



**INSTITUTO
FEDERAL**

Roraima

Reitoria

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS** 5

EDIÇÃO N.º 44/2018

Unidade: Reitoria

Publicado em 03 de agosto de 2018

Resoluções do Conselho Superior



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Michel Miguel Temer Elias Lulia

Ministro da Educação: Rossieli Soares da Silva

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica: Romero Portella Raposo Filho

Reitora do IFRR: Sandra Mara de Paula Dias Botelho

Pró-Reitora de Administração: Regina Ferreira Lopes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Diogo Saul Silva Santos

Pró-Reitora de Ensino: Sandra Grützmacher

Pró-Reitor de Extensão: Nadson Castro dos Reis

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Fabiana Letícia Sbaraini

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretor-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Eliezer Nunes Silva

Diretor-Geral do *Campus* Amajari: George Sterfson Barros

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Maria Aparecida Alves de Medeiros

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Leila Ghedin

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N.º 382/CONSELHO SUPERIOR	5
RESOLUÇÃO N.º 383/CONSELHO SUPERIOR	6
RESOLUÇÃO N.º 384/CONSELHO SUPERIOR	35
RESOLUÇÃO N.º 385/CONSELHO SUPERIOR	141
RESOLUÇÃO N.º 386/CONSELHO SUPERIOR	148
RESOLUÇÃO N.º 387/CONSELHO SUPERIOR	189



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N.º 382/CONSELHO SUPERIOR, DE 25 DE JULHO DE 2018.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 319/CONSELHO SUPERIOR, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE APROVOU, AD REFERENDUM, O PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NA MODALIDADE PRESENCIAL E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23229.000577.2017-07 e a decisão do colegiado tomada na 55.ª sessão plenária realizada em 9 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar a Resolução N.º 319/CONSELHO SUPERIOR, de 19 de dezembro de 2017, que aprovou *ad referendum* do Conselho Superior, o Plano Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na Modalidade Presencial e Educação à Distância.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 25 de julho de 2018.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 383/CONSELHO SUPERIOR, DE 25 DE JULHO DE 2018.

**APROVA O MANUAL DE USO
DAS REDES SOCIAIS DO
INSTITUTO FEDERAL DE
RORAIMA.**

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23231.000426.2016-11 e a decisão do colegiado tomada na 46.^a sessão plenária realizada em 4 de novembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Manual de Uso das Redes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 25 de julho de 2018.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO

Presidente

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA**

**ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 383/CONSELHO SUPERIOR, DE 25 DE JULHO DE
2018.**

Manual de Uso das Redes Sociais do Instituto Federal de Roraima

**Boa Vista-Roraima
Julho/2018**

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Temer Elias Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Rossieli Soares da Silva

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Romero Portella Raposo Filho

REITORA DO IFRR

Sandra Mara de Paula Dias Botelho

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Regina Ferreira Lopes

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Diogo Saul Silva Santos

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sandra Grützmacher

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Nadson Castro dos Reis

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA**

Fabiana Letícia Sbaraini

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS NOVO PARAÍSO

Eliezer Nunes Silva

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS AMAJARI

George Sterfson Barros

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Maria Aparecida Alves de Medeiros

DIRETORA DO CAMPUS AVANÇADO BONFIM

Leila Marcia Ghedin

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Assessora de Comunicação Social da Reitoria

Sofia Rodrigues Lampert

Coordenador de Comunicação do *Campus* Boa Vista

Marcos Ferreira Sá

Coordenador de Comunicação do *Campus* Amajari

Bruna Dionísio Castelo Branco

Coordenador de Comunicação do *Campus* Novo Paraíso

Marcio Patrício dos Santos Mota

Coordenador de Comunicação do *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Gildo Sousa dos Santos Junior

Projeto editorial e redação

Virginia Guedelho de Albuquerque Carvalho

Antonio de Souza Matos

Antonio Evaldo Soares

Simone Gomes Moreira

Anderson Danilo Cardoso Caldas

Gildo Sousa dos Santos Junior

Maria Edjane Matias Silva

Carlos Felipe Rocha Carneiro

Laura Patrícia Lopes Veras

Rebeca Silva Lopes

Revisão de conteúdo

Virginia Guedelho de Albuquerque Carvalho

Revisão de texto

Antonio de Souza Matos

Projeto gráfico

Simone Gomes Moreira

Diagramação

Simone Gomes Moreira



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Assessoria de Comunicação Social da Reitoria do Instituto Federal de Roraima

Endereço: *Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá*
Boa Vista - RR / CEP: 69.303-220

Site: www.ifrr.edu.br

e-mail: ccs@ifrr.edu.br

Coordenação de Comunicação Social do Campus Boa Vista

Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã
Boa Vista - RR CEP: 69.303-340
Fone/Fax: (095) 3621-8000 / 3621-8014
e-mail: ccs.boavista@ifrr.edu.br

Coordenação de Comunicação Social do Campus Novo Paraíso

BR-174, Km -512 - Vila Novo Paraíso
Caracará - RR
e-mail: ccs.novoparaíso@ifrr.edu.br

Coordenação de Comunicação Social do Campus Amajari

Vicinal de acesso que liga a balsa de Aparecida à Vila Brasil
Km 03, Amajari - RR / CEP 69343-000
e-mail: ccs.amajari@ifrr.edu.br

Coordenação de Comunicação Social do Campus Boa Vista Zona Oeste

Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976
Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão)
Boa Vista - RR / CEP: 69.318-060
Fone: (95) 3625-4527
e-mail: ccs.cbvzo@ifrr.edu.br

Campus Avançado Bonfim

Escola Estadual Argentina Castelo Branco (end. provisório)
Rua Rodrigo Pires Figueredo, nº 44 - Centro Boa Vista - RR / CEP 69380-000
E-mail: gabinete.bonfim@ifrr.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

INTRODUÇÃO

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (PBM), encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, praticamente a metade dos brasileiros, 48%, usa internet no Brasil. O percentual de pessoas que a utilizam todos os dias cresceu de 26% na PBM 2014 para 37% na PBM 2015. O hábito de uso da internet também é mais intenso do que o obtido anteriormente. Os usuários dessas novas mídias ficam conectados, em média, 4h59 por dia, durante a semana, e 4h24 nos finais de semana.

A pesquisa ainda apontou que 42% dos brasileiros utilizam mais a internet. O meio de comunicação perde apenas para a televisão (93%) e, por uma pequena diferença, para o rádio (46%). Outra informação relevante foi a classificação das redes sociais e dos programas de troca de mensagens instantâneas mais utilizados: Facebook (83%), WhatsApp (58%), YouTube (17%), Instagram (12%) e Google+ (8%). O Twitter, popular entre as elites políticas e os formadores de opinião, foi mencionado apenas por 5% dos entrevistados.

Esses ambientes virtuais constituem redes que interligam pessoas de interesses comuns, sejam econômicos, sejam amorosos, sejam afetivos, sejam políticos, sejam religiosos. As redes sociais são importantes porque todos os que participam dela o fazem por motivação própria, e não por serem obrigados ou devido a hierarquias. Trata-se, então, da produção de conteúdos de forma descentralizada e sem o controle editorial de grandes grupos. Ou seja, significa a produção de muitos para muitos.

As "ferramentas de mídias sociais" são, em outra definição, sistemas *online* projetados para permitir a interação social por meio do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos mais diversos formatos. Eles possibilitam a publicação de conteúdos por qualquer pessoa, baixando a praticamente zero o custo de produção e distribuição em massa – antes essa atividade se restringia aos grandes grupos econômicos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Por isso, é perceptível o volume gigantesco de informações nessas redes, de forma que a instituição (pública ou privada) que prescindir desse suporte perde uma importante ferramenta de comunicação com os seus públicos.

Pensando nisso, o Manual de Uso das Redes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) foi criado com o intuito de padronizar as especificidades das publicações de cunho público nas redes sociais. Com isso, pretende-se definir melhores práticas e guiar os profissionais da comunicação social do instituto nessas mídias, no que concerne à geração de conteúdo educacional, à interação com os usuários e à atuação, em casos de crise.

1 Principais Redes Sociais

A seguir, listamos as principais redes sociais que impressionam pelo grande número de usuários e pela importância como veículos de comunicação formadores de opinião.

1.1 Facebook



Inclui diversas funcionalidades de outros *sites*, por isso é considerado a maior e mais importante rede social da atualidade. É possível, por meio dele, acompanhar as postagens de outros usuários, criando uma base de seguidores, além de adicionar fotos, vídeos e utilizar diversos aplicativos (a exemplo de jogos e sistemas bancários).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Além de comentar postagens feitas por terceiros, o Facebook permite que usuários possam clicar em botões chamados “curtir”, indicando que um usuário se identificou com aquele conteúdo/aquela marca. Todos os seus cliques, comentários e postagens ficam registrados em sua página, a qual é alimentada com conteúdo referente a tudo o que o usuário fez, gostou ou desgostou, desde que passou a utilizar a rede.

O Facebook possibilita também a criação de perfil institucional, que demonstra a evolução e a aceitabilidade das postagens de empresas, órgãos e entidades públicas e privadas. Essa ferramenta se aproxima bastante dos *blogs*.

1.2 Twitter



É uma ferramenta de *microblog* que permite que usuários postem mensagens curtas de até 140 caracteres, fazendo relatos do dia a dia e expondo suas opiniões sobre diversos assuntos. Dentro da rede, tem a opção “seguir outros usuários”, por meio da qual é possível acompanhar as postagens dos usuários escolhidos.

1.3 YouTube



O YouTube é uma rede exclusivamente focada em vídeos, que permite aos usuários fazer *uploads* (publicação), visualizar e fazer *downloads* de vídeos de forma gratuita. Atualmente, o YouTube é a maior videoteca existente no mundo, com extratos de filmes e *trailers* e um sem-número de filmagens pessoais sobre todos os temas. Os vídeos têm o número de visualizações,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
permitem comentários, e o usuário pode deixar registrado se gostou ou não das postagens.
Pessoas e empresas podem ter canal no YouTube.

1.4 Flickr



A exemplo do YouTube, o Flickr é uma rede de compartilhamento de arquivos, mas apenas de fotografias.

1.5 Instagram



O Instagram é uma mídia social com foco em imagens. Ele permite que seus usuários criem um perfil, façam fotos ou vídeos, escolham um filtro para mudar sua aparência e publiquem para os amigos. A plataforma permite o compartilhamento do conteúdo com outras redes sociais a exemplo do Facebook e do Twitter. Há ainda a possibilidade do uso de *hashtags*



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

(#) para que seja possível encontrar imagens relacionadas a um mesmo tema, mesmo que as pessoas que tiraram essas fotos não sejam suas amigas.

2 Aspectos Relevantes Observados nas Redes Sociais

2.1 Aspecto 1: rápido compartilhamento sem confirmação da informação

O usuário de redes sociais possui pouco tempo disponível para acessá-las, e as opiniões oriundas delas são consideradas como verdadeiras. Em outras palavras, os usuários comentam e compartilham informações que, na grande maioria das vezes, não são de fontes seguras ou verdadeiras.

Em muitos casos, as instituições e as empresas são pegas de surpresa com boatos que acabam sendo considerados como “verdades absolutas” pela sua base de seguidores, tão somente por terem nascido nas redes sociais e se nutrido do boca a boca inerente a elas.

Por isso, é necessário um monitoramento diário e contínuo das redes sociais. Não há uma receita para não ser atingido por esse tipo de problema, mas a forma como lidar com ele é fundamental. É preciso reagir rapidamente para esclarecer possíveis boatos que maculem a imagem da instituição.

2.2 Aspecto 2: grandes organizações sempre estão erradas, até que se prove o contrário

Esse aspecto é fundamentado na base cultural latino-americana. Nos países que fazem parte da comunidade latino-americana, a relação com empresas é baseada em históricos de lutas de classe, bem como na crença de que empresas de grande porte existem e crescem unicamente por explorar funcionários e enganar seus clientes.

Por mais que se busque combater esse conceito, o fato é que empresas isoladas dificilmente conseguem tirar essa imagem embasada na própria base cultural latino-americana.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Isso acaba criando uma barreira em comunicados oficiais, pois qualquer informação explicativa, às vezes, é encarada como mais uma tentativa de “continuar enganando os clientes”.

Por isso, é importante o monitoramento nas redes sociais para coibir o desenvolvimento de uma imagem negativa da instituição por conta de boatos. É também de extrema importância que esses casos sejam cuidados com muita cautela, pois respostas mal interpretadas podem agravar uma crise.

2.3 Aspecto 3: a linguagem da rede

O usuário somente entende quem fala a mesma língua que ele. Por isso, qualquer interação com o usuário não deve ser feita por meio de linguajar jurídico, e é preciso haver moderação de comentários.

Vale ressaltar que, dependendo da força do usuário, a atitude de moderar comentários públicos que ele fez, apenas por serem negativos, pode gerar mais comentários e acusações, inflamando a comunidade como um todo. Às vezes, é melhor deixar o comentário presente e simplesmente responder a ele.

O conteúdo da resposta, porém, é ainda mais importante. Enquanto estão em redes sociais, os usuários buscam um tipo de relacionamento mais pessoal e mais próximo com empresas. Portanto, respostas com linguagem jurídica acabam gerando a imediata insatisfação não apenas desses usuários, mas também de todos os que estiverem lendo a conversa, que, por natureza, é aberta ao público.

3 Presença Constante do IFRR nas Redes Sociais

Para dar maior visibilidade e facilitar o acesso dos usuários das redes sociais às ações do Instituto Federal, é necessário que os perfis das unidades da instituição se mantenham atualizados, para que os usuários sintam o IFRR presente no dia a dia. O ideal é que essas atualizações sejam diárias, podendo ser feitas por meio da postagem de mensagens novas ou até



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
mesmo do compartilhamento de informações oriundas da Rede Federal, do Ministério da Educação e/ou de outras instituições que publiquem notícias de interesse dos servidores e/ou alunos do IFRR.

3.1 Linguagem, editorial e relacionamento com o usuário

Destinado a um público amplo que possui pouco tempo para acessar as redes sociais, a linguagem em mídias sociais deve primar pela simplicidade, e os conteúdos postados devem ser fáceis, diretos e com a menor extensão possível. Caso contrário, é possível que o usuário leia apenas o começo da postagem, interprete incorretamente e replique a informação com a sua opinião ligada a ela.

Entretanto, quando se fala em simplicidade, não se deve confundir com uma linguagem íntima ou difusão da informação pela metade. Apesar do ambiente da rede social possuir linguagem diferenciada, deve-se lembrar de que o emissor da mensagem é o Instituto Federal de Roraima (IFRR) e de que a linguagem utilizada reflete diretamente na credibilidade da instituição pública.

Para as redes sociais Facebook e Twitter, ressalta-se que a extensão máxima do texto é de 110 caracteres, permitindo que os usuários tenham espaço para fazer “RTs – *retweets*” (no caso de Twitter) e que o compartilhamento seja mais eficaz. Os *posts* no Twitter devem sempre carregar *links* para aprofundamento do conteúdo, e os *posts* no Facebook devem sempre carregar algum complemento, preferencialmente imagens. No caso de utilização de textos puros, evitar ultrapassar também os 110 caracteres no Facebook para que o texto não seja automaticamente encurtado pela plataforma, eliminando a possibilidade de chamar a atenção dos usuários.

No que se refere ao relacionamento com o usuário, recomendam-se as seguintes práticas:

- Modere comentários negativos de usuários apenas quando as críticas contiverem insultos pessoais a funcionários ou a clientes – caso contrário, mantenha os comentários visíveis e, na medida do possível, responda a eles.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- Convide usuários com problemas a conversas privadas, buscando resolver cada uma de suas questões fora de ambientes públicos.
- Seja sempre agradecido pela participação, com postura educada e evitando utilizar qualquer tipo de tonalidade jurídica.
- Se estiver errado, peça desculpas.
- Sempre agradeça críticas, sugestões ou comentários.

O moderador da página também tem que se atentar aos conteúdos de mais ‘sucesso’ entre os usuários, aqueles mais compartilhados, postagens que tiveram mais interações, e utilizar essas informações para aprofundar mais o assunto, transformando os usuários em seguidores fiéis da página.

À medida que vai aumentando o número de fãs/seguidores nas páginas, vão surgindo os usuários influenciadores, que começam a acompanhar constantemente as atualizações da instituição. Essa relação de influenciadores deve ser monitorada pela instituição de forma próxima, servindo de base para qualquer tipo de ação ou resposta a ser dada, principalmente em casos de crise em potencial ou de lançamento de campanhas.

Os usuários considerados influenciadores mais fortes são aqueles com mais seguidores e/ou fãs. Porém, todos os usuários que participam e compartilham devem ser considerados como influenciadores.

3.2 Moderação

Deve ser utilizada em casos extremos, pois o conteúdo publicado em rede social é livre e sob o controle do usuário e da comunidade.

Entretanto, conteúdos e comentários que trazem aspectos ilegais ou que, de alguma forma, firam credos e etnias devem ser suspensos das mídias sociais. Nesses casos, a suspensão do conteúdo deve ser explicada, evitando passar a imagem de arbitrariedade no controle editorial



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
e frisando que o papel da instituição é zelar para que o conteúdo – gerado por ela própria ou por terceiros – tenha como objetivo aumentar o conhecimento dos usuários.

4 Formato de Conteúdos

Quanto mais complexo é o conteúdo, melhor fica com a utilização dos grandes recursos de multimídia. Assim, quanto mais simples e menos relevante for um determinado conteúdo, menos recursos multimídia devem ser utilizados. Esse entendimento auxilia o usuário a compreender a informação de forma completa, facilitando inclusive a disseminação correta da mensagem.

4.1. Texto puro

Deve ser utilizado para conteúdos simples, lineares, e funcionar como apoio à navegação como um todo.

4.2 Imagens e/ou infográficos

A maior parte do conteúdo das redes enquadra-se nesse recurso, composto por informações relevantes, mas simples de ser entendidas. Isso inclui desde postagens de relacionamento a ilustrações de resultados de programas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

4.3 Vídeos e/ou infográficos

Voltados para conteúdos complexos e de apoio, o uso de infográficos deve ser a primeira opção, já que eles têm um custo mais baixo do que os vídeos e despertam um interesse maior do que os textos simples. Mas, quando o conteúdo for muito complexo e exigir mais, os vídeos devem entrar em cena, uma vez que conseguem passar mais informações que os infográficos.

4.4 Metasites

São uma estrutura de navegação independente, incluindo páginas hierarquizadas sob um *menu* próprio, porém necessariamente subordinado a uma estrutura macro. Assim, quando o conteúdo for altamente relevante e complexo, deve-se inseri-lo em um *metasite* próprio, com navegação interna que permita ao usuário se aprofundar nas questões.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

5 Número de Postagens

Para cada rede social, há um diferente número de postagens para que nada fique cansativo e maçante. Portanto, listamos as características de quantidade e os modos de postagem das principais redes sociais.

Rede Social	Volume de Postagens	Tonalidade	Deve Incluir
Facebook	1 a 3 <i>posts</i> por dia útil	1ª pessoa do plural (nós) Informal e direta Convite à interação (compartilhe, veja, curta, etc.) Teor emocional, envolvendo o usuário no assunto Textos de, no máximo, 110 caracteres	Ao menos uma imagem por postagem
Twitter	1 a 3 <i>posts</i> por dia útil	1ª pessoa do plural (nós) Informal e direta Convite à interação (retuíte, saiba mais) Teor emocional, envolvendo o usuário no assunto Textos de, no máximo, 110 caracteres (para que usuários comentem, compartilhem ou adicionem <i>links</i> encurtados)	<i>Link</i> para que o usuário se aprofunde na informação
YouTube	Mínimo de 2 por mês	Descritivo completo do vídeo e teor mais formal Divisão dos vídeos em <i>playlists</i> por assunto	Possibilidade de se “embedar” (inserir) o vídeo liberado para usuários
Flickr	Mínimo de 2 séries de imagens por mês	Descritivo completo da foto e teor mais formal Divisão das fotos em “canais” por assunto	Possibilidade de utilizar as imagens liberadas para usuários

Fonte: Manual de Orientação para Atuação em Redes Sociais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

6 Publicação de Imagens

De forma geral, as imagens devem ser de domínio público e utilizáveis por todos os usuários, afinal o Instituto Federal de Roraima é uma instituição pública que pode ter seus objetivos alcançados também por meio do compartilhamento de imagem/informação.

Todas as imagens devem ser publicadas em uma biblioteca única, segmentada por tema e contendo informações sobre as possibilidades de uso (*copyright, copyleft*). As imagens devem também estar disponíveis em alta resolução para *download*.

Devem ser inseridos título e legenda nas imagens, para identificá-las. É recomendável que, em pelo menos uma delas, constem os nomes das personalidades envolvidas, o local e a data (dia, mês, ano). Além de outras vantagens, isso faz com que a imagem seja mais facilmente encontrada nas ferramentas de busca.

De uma maneira geral, as imagens devem seguir alguns preceitos na hora de sua construção:

- Imagens que mostrem os bastidores de um determinado programa ou ação devem ser publicadas sem muito trabalho artístico, tendo como foco principal o seu conteúdo em si e o imediatismo da postagem;
- Imagens que apresentem cenas ou regiões, por sua vez, devem ser trabalhadas em um nível mais artístico, atraindo audiência pela sua beleza.

7 Publicação de Vídeos

Os vídeos também precisam ser disponibilizados apenas com regras simples, evitando que se criem barreiras a mais para a existência de um canal mais completo.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Eles devem ser publicados em uma biblioteca única, segmentada por tema e contendo informações sobre as possibilidades de uso (*copyright, copyleft*). Devem poder ser “embedados”¹ pelos usuários que desejarem fazê-lo. Além disso, todos devem ter título e legenda descrevendo-os e indicando nomes de personalidades envolvidas, local e data (dia, mês, ano).

Segundo o Manual de Orientação para a Atuação em Redes Sociais, há três categorias de vídeo:

- Minidocumentários mostrando casos práticos em que determinadas ações, programas e políticas foram colocados em prática (sempre destacando os números). Essas peças serão de maior utilidade para completar conteúdos postados em *blogs* ou em outras rede.
- Publicação de propagandas oficiais, em muitos casos feitas para a TV e postadas nas redes. Há uma demanda constante por esse tipo de vídeo nas próprias redes (como o YouTube). Apesar de ter pouco compartilhamento, sempre há usuários chegando a eles por meio de buscas no YouTube.
- Vídeos de teor mais artístico carregando teores mais dramáticos ou cômicos. Essas peças são as mais fáceis de propagar, ensejando um boca a boca fundamental para que a propagação alcance níveis maiores.

8 Controle e Monitoramento das Redes Sociais

É a constante procura de todos os termos relacionados ao nome do Instituto Federal de Roraima nas redes sociais. Essa varredura é feita utilizando-se uma mescla de ferramentas de mercado com serviço humano na categorização de cada uma das menções feitas, seguindo os passos abaixo:

¹ O termo “embedar”, do inglês *embed* (incorporar), possibilita que qualquer página na internet disponibilize um vídeo postado na rede.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

1. Configuração de palavras-chave;
2. Criação de temas e regras de classificação;
3. Análises em tempo real;
4. Relatórios *online*, diário e mensal.

8.1 Configuração de palavras-chave

Trata-se da configuração da marca a ser monitorada. O objetivo do monitoramento da marca é entender como os usuários enxergam a empresa em si, e não o tema no qual ela se insere.

8.2 Criação de temas e regras de classificação

Desde o momento da ativação da configuração da marca, a ferramenta de monitoramento começa a capturar todas as citações feitas a ela. E é nesse estágio que começa o processo de filtragem. Essa filtragem se divide de acordo com duas características:

- **Tema** – É fundamental criar uma série de temas sob os quais as citações possam ser “alocadas”, permitindo ao Gestor de Comunidades uma visão mais clara sobre os principais assuntos que estão sendo falados. Não deve haver limites para a criação de temas, mas deve-se aplicar o bom senso para evitar que a lista seja tão extensa, que próprio processo de análise acabe comprometido.
- **Polarização** – As citações à marca podem carregar características positivas, negativas ou neutras. É necessário que a pessoa responsável pelo monitoramento saiba classificar as citações de acordo com a polarização, criando, assim, indicadores que reflitam, de maneira mais simples e direta, a saúde da instituição nas redes sociais.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

8.3 Análises em tempo real

Configurada a marca e estabelecidas as regras, entra em cena o cotidiano do monitoramento. A partir daí, um processo transparente para a instituição deve iniciar-se, com as citações sendo coletadas automaticamente e classificadas de forma manual. Novos serviços, programas ou ações lançados devem sempre ser informados à pessoa responsável pelo monitoramento, que ajustará os filtros de configuração, de modo a captar cada vez mais as citações que reflitam a saúde da instituição.

8.4 Relatórios *online*, semanais e mensais

Com a configuração do monitoramento ativada e com os devidos filtros ajustados à marca, devem ser enviados ao Gestor de Comunidades três tipos de relatório:

8.4.1 Relatório *online*

Acesso a um painel disponível no próprio perfil do Facebook institucional que permite que o usuário acompanhe, em tempo real, todas as movimentações dessa rede social, incluindo:

- Volume de *posts* por hora;
- Volume de *posts* por tema;
- Volume de *posts* por polarização;
- Nuvem de *tags* com as palavras mais citadas.

Esse painel deve ser mantido de forma visual, gráfica, para que o Gestor de Comunidades consiga detectar eventuais oscilações que indiquem crises ou oportunidades.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

8.4.2 Relatório semanal

Traz uma visão de médio prazo, apresentando o comportamento dos dados e do público um pouco mais aprofundado para um nível mais gerencial do projeto. Aqui a entrega também pode ser feita por *e-mail*, mas é importante, até por questões documentais, construir uma apresentação que pode ser compartilhada com outras áreas. Entre os principais dados que devem constar, estão:

- Principais pontos de atenção ou algo que tenha se destacado no período com algumas tendências que apontem caminhos para a semana seguinte de trabalho;
- *Posts* que movimentaram a semana, sejam positivos, sejam negativos, e as principais razões disso ter ocorrido;
- Evolução das citações ao longo da semana;
- Temas com maior repercussão (positiva e negativa), com as respectivas justificativas;
- Divisão de menções por polarização (positivo/negativo/neutro) do período;
- TagCloud (nuvem de tags) da marca apontando, de forma visual, os temas mais impactantes para a marca (tanto positivos quanto negativos);
- Evolução dos canais proprietários (fãs/seguidores);
- Evolução das interações nos canais proprietários;
- Comparativos com semana anterior entre dados semelhantes.

8.4.3 Relatório mensal

Finalmente, todo mês deve ser finalizado com um relatório analítico, qualitativo e quantitativo, posicionando de forma clara a marca da instituição. Esse relatório deve incluir:

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- Movimentos da marca no período;
- Evolução do Índice de Saudabilidade Geral da marca;
- Relação dos principais evangelizadores e detratores da marca nas mídias sociais (mapa social);
- Análise do desempenho de campanhas específicas lançadas pela instituição nas mídias sociais;
- Pontos fortes e fracos da marca em relação à sua presença nas mídias sociais no período.

9 Guia de Conduta para Servidores e Colaboradores em Redes Sociais

As principais crises estão atreladas aos servidores-colaboradores da instituição. Todos têm, e devem continuar tendo, liberdade de opinião, mas, a partir do momento em que se está vinculado a uma instituição, tudo o que for postado pode ser encarado pelos usuários-internautas como mensagem da própria instituição (mesmo que não exista nada oficializado nesse sentido).

Na prática, isso ocorre porque usuários em redes sociais passam a ser, quer queiram, quer não, pessoas públicas. Os desafios, ao lidar com redes sociais, portanto, incluem:

- Representar uma empresa sem que esta o tenha nomeado porta-voz oficial;
- Manter a própria liberdade de expressão (que é diferente de liberdade de opinião);
- Conviver em uma realidade em que todos são pessoas públicas (a não ser que não se tenha nenhum perfil pessoal em mídias sociais)

9.1 Perfil pessoal e diretrizes



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Algumas boas práticas são recomendadas para servidores públicos, visando a manter a integridade de todos os envolvidos: instituição, fornecedores, parceiros e, claro, os próprios servidores. Não cabe a nenhuma instituição a prerrogativa de proibir que colaboradores tenham os seus próprios perfis em mídias sociais – isso deve ser livre e mantido como opção para cada indivíduo. As informações escritas na rede são de responsabilidade do servidor, mas atingem pessoas e empresas contidas nos conteúdos de suas mensagens.

Por isso, os conteúdos postados são sempre de ordem pessoal, porém, a partir do momento em que o usuário definir o seu local de trabalho, eles invariavelmente terão também um teor profissional. Com base nisso é que listamos algumas simples diretrizes que devem ser seguidas:

- **Em rede social, toda pessoa é pública:** sempre que postar algo nas redes sociais, entenda que o conteúdo da sua mensagem será visto por colegas, chefes, clientes, fornecedores, parceiros de negócio, amigos e familiares. Nunca poste nada que possa ser usado contra você.
- **“Eu” pessoal versus “eu” profissional:** você pode não ser o porta-voz oficial do seu local de trabalho, mas, a partir do momento em que deixá-lo público, será visto pelos demais usuários (amigos, seguidores, colegas, fãs) como alguém que fala em nome da instituição. Evite postar qualquer coisa que possa gerar danos à instituição em que atue.
- **Escrever na rede social não é o mesmo que falar:** suas palavras, seus *posts* ficam na *web* e são indexados quase que instantaneamente por outras redes. Assim, mesmo que apague um *post* do qual tenha se arrependido, ele provavelmente já terá sido indexado pelo Google e por outros *sites*, perenizando-se na internet e ficando ao alcance de todos os usuários. Pense antes de publicar; se for para se arrepender, arrependa-se antes de escrever.
- **Previna-se:** uma crise envolvendo *posts* em redes sociais feitos por um colaborador cujo conteúdo prejudique a Rede Federal nunca tem o instituto como alvo único; o



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
próprio colaborador acaba marcado na rede, o que dificulta a sua carreira no mercado como um todo.

- **Seja você:** isso não significa que não possa ter opinião. Como qualquer cidadão, você é livre para pensar e expressar o que desejar, da forma que preferir. Entretanto, como qualquer pessoa pública, tem de entender que tudo o que expressar provavelmente trará consequências, sejam positivas, sejam negativas.

10 Crises de Imagem

Segundo o Manual de Orientação para Atuação em Redes Sociais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, um dos maiores riscos na reação a uma crise é justamente errar na sua dimensão, isto é, em alguns casos, instituições podem interpretar críticas simples à marca como uma situação de crise, respondendo a elas e gerando assim uma atmosfera pública de debate sobre um assunto, por natureza, danoso à marca.

Ao se interpretar a forma de reação, é sempre importante ter em mente que qualquer resposta pública da marca/instituição a uma situação adversa acabará aumentando também a massa de usuários que conhecem o problema.

É fundamental ponderar antes de tomar qualquer atitude, bem como saber o que configura uma crise que demanda algum tipo de atitude, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Crise é...	Crise não é...
Volume de menções que tenha alcançado grandes audiências	Usuário mostrando descontentamento com algum programa ou ação
Volume de menções alto e com fundamento	Usuário declarando preferência à gestão de algum outro partido
Volume de menções alto e com amparo legal contrário aos interesses da instituição	Usuário reclamando sobre algum representante da instituição, em alguma situação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Menções com potencial viral alto

Menções restritas a um número pequeno de usuários

Fonte: Manual de Orientação para Atuação em Redes Sociais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

10.1 Fato gerador

Toda crise é iniciada por algum fato específico, seja um boato, seja uma denúncia. Há várias maneiras de interpretar fatos geradores, pois diferentes situações demandam diferentes reações. Porém, o monitoramento é essencial para que se consiga antever situações potencialmente danosas.

Ao se analisar um fato gerador, portanto, é de fundamental importância enquadrá-lo em um tipo distinto ou categoria, pois cada um leva a reações específicas.

Os diferentes tipos de fato gerador incluem três variações, conforme o Manual de Orientação para Atuação em Redes Sociais:

10.1.1 Sensacionalismo

Quando é...	Indica...	Resolução
Pouco interessante	Probabilidade de crise escalar é pequena	Monitorar e agir apenas se volume de menções aumentar de forma acentuada
“Bomba sensacionalista”	Probabilidade de crise escalar é alta	Preparar ações de combate à crise, dependendo do teor dos fatos geradores

10.1.2 Origem

Quando é...	Indica...	Resolução
Interna, iniciada por servidores ou colaboradores	Maior probabilidade de controle	Contato com servidor alertando sobre violação de políticas da instituição e remoção de conteúdos danosos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Externa, iniciada por usuários sem vínculo empregatício com a marca	Menor probabilidade de controle	Avaliação dos perfis viralizadores – contato direto (e privado) pode ser feito apenas se usuários não se mostrarem “agressores” incondicionais da marca
---	---------------------------------	---

10.1.3 Veracidade

Quando é...	Indica...	Resolução
Verdade	Problema concreto do volume de menções crescer ao encontrar bases sólidas que confirmem eventuais acusações	Correção do problema Comunicado explicando soluções que estão sendo tomadas
Mentira	Bases para crescimento de crise são menores, mas ainda assim concretas	Ação lúdica de esclarecimento a usuários

10.2 Danos à marca

Quando uma crise se consolida, a imagem de marca fica imediatamente prejudicada por meio do seu Índice de Saudabilidade nas Redes Sociais. Esse índice, segundo o Manual de Orientação para Atuação em Redes Sociais, é a expressão do seguinte contexto:

$$iS = \text{soma de menções positivas ou neutras} / \text{totalidade de menções à marca}$$

Ou seja: se a marca x tiver 2.000 menções nas redes sociais em um determinado período, das quais 1.000 forem positivas, 600 neutras e 400 negativas, o seu Índice de Saudabilidade (iS) será:

$$iS = (1.000 + 600) / 2.000 = 0,8 = 80\%$$



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Se uma crise de grandes proporções ocorrer, é natural que esse índice caia quase que de imediato, sendo essa a expressão exata dos danos institucionais causados nas redes sociais.

Contudo, o cálculo do iS deve ser feito de forma mensal, marcando a sua evolução ao longo dos meses e apontando, com uma visão de tempo mais ampla, os reais danos que uma determinada crise acabou causando.

Se, por exemplo, a saudabilidade da marca exemplificada acima cair para 60% e se recuperar para 70% após alguns meses, não crescendo além desse patamar, então o dano concreto no longo prazo fica já estabelecido em 10% da percepção saudável da marca nas redes.

10.3 Como atuar em tempos de crise

São inúmeras as decisões que podem ser tomadas para atuar em uma crise consolidada. Entretanto, é possível descrever algumas das principais opções de reação, cuja decisão por uma ou algumas delas deve ser tomada diretamente pelo gestor, de acordo com o fluxo de detecção e reação a crises, apresentado mais adiante neste documento.

10.3.1 Constante monitoramento

O monitoramento deve ser feito sempre, mas principalmente quando uma crise estiver em vigor. Em alguns casos, no entanto, monitorar deve ser também a única atitude a ser tomada pela marca, quando ficar claro que qualquer reação terá como efeito único o aumento da crise em si.

A reação pública a uma determinada situação fará com que a base de seguidores e fãs de uma marca, possivelmente desconhecedores da situação, acabe tomando ciência dela. Em outras palavras, deve-se sempre considerar que um dos efeitos colaterais de se reagir publicamente a qualquer crise é divulgar a sua existência e ampliar o seu potencial de viralização.

10.3.2 SEO reativo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Um dos efeitos que crises de grande proporção têm é deixar as suas marcas nos buscadores por um tempo prolongado. Por mais que o “assunto” tenha acabado, os seus picos foram tão altos em determinado momento, que *sites ou blogs* que fazem referência a ele permanecerão nas primeiras páginas de buscadores como o *Google* quando usuários procurarem pela marca lá.

A melhor maneira de combater esses rastros é trabalhar com SEO (“search engine optimization”, ou otimização de buscadores) reativo, que basicamente consiste em se gerar um volume grande de conteúdo em páginas diversas, utilizando todas as técnicas de otimização para forçar conteúdos danosos a perder relevância perante os algoritmos de busca.

Nesse aspecto, recomenda-se contratar serviços especializados em otimização de buscadores aliados à produção em larga escala de conteúdo, tendo como prioridade máxima remover das primeiras duas páginas de resultado toda e qualquer menção a uma crise passada ou mesmo presente.

10.3.3 Transparência

Em boa parte das situações, a melhor forma de combater uma crise, principalmente quando ela já se fizer conhecida pela ampla maioria dos usuários, é agir de forma pessoal e transparente.

Para tanto, a instituição deve utilizar os seus canais nas redes sociais para explicar a situação aos usuários, expondo causas do problema, medidas que estiverem sendo tomadas e expectativas claras de solução. Mesmo a atualização de *status* de resolução deve ser postada no ritmo em que a crise estiver se desenrolando.

Essa postura costuma render resultados altamente positivos na reversão de imagens negativas, pois deixa clara a predisposição da empresa para assumir erros e empenhar-se na resolução deles de maneira franca e honesta.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

11 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Manual de Orientação para Atuação em Mídias Sociais**. Brasília: Secom, 2014.
- Guia Básico para Utilização das Redes Sociais do Conselho Federal de Administração e Conselhos Regionais de Administração. Disponível em: <<http://cfa.org.br/categorias/publicacoes/>>. Acesso em: 21 de outubro de 2014.
- LEITE, Luis Marcos. **O que são redes sociais**. Disponível em: <<http://ogestor.eti.br/o-que-sao-redes-sociais/>>. Acesso em: 21 de outubro de 2014.
- NOGUEIRA, Josicleido. **O que são redes sociais?**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/o-que-sao-redes-sociais/45628/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2014.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 384/CONSELHO SUPERIOR, DE 30 DE JULHO DE 2018.

**APROVA O PROJETO
PEDAGÓGICO DO CURSO
SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM SANEAMENTO
AMBIENTAL.**

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23229.000450.2016-07 e a decisão do colegiado tomada na 56.ª sessão plenária realizada em 15 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 30 de julho de 2018.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS BOA VISTA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
SANEAMENTO AMBIENTAL**

**BOA VISTA
2018**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS BOA VISTA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
SANEAMENTO AMBIENTAL**

**BOA VISTA
2018**

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (EM EXERCÍCIO)
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Eline Neves Braga Nascimento

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA
Sandra Mara de Paula Dias Botelho

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA
Sandra Grutzmacher

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* BOA VISTA
Joseane de Souza Cortez

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
Cristiane Pereira de Oliveira

COORDENADOR (A) DO CURSO DE TECNOLOGIA EM SANEAMENTO
AMBIENTAL
Cintiara Souza Maia

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Hermes Barbosa de Melo Filho

Joseane Leão de Souza

Udine Garcia Benedetti

COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO (Portaria Nº 148 de 12 de abril de 2016)

Cristiane Pereira de Oliveira

Gyulle Anne Teixeira Cunha

Ismayl Carlos Cortez

Leovergildo Rodrigues Farias

Roselis Bastos da Silva



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2. APRESENTAÇÃO	7
2.1 HISTÓRICO DO IFRR	7
2.2 MISSÃO.....	45
2.3 VISÃO DE FUTURO	45
2.4 VALORES	45
2.5 ATO LEGAL DE AUTORIZAÇÃO.....	46
3 JUSTIFICATIVA	10
3.1 JUSTIFICATIVA DE IMPLANTAÇÃO	47
3.2 JUSTIFICATIVA DE REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CURSO	12
4 OBJETIVOS	13
4.1 OBJETIVO GERAL	50
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	51
5 REQUISITO DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA.....	51
5.1 REQUISITOS DE ACESSO	51
5.2 REQUISITOS DE PERMANÊNCIA	51
5.2.1 Com fomento institucional interno	52
5.2.2 Com fomento externo	53
5.2.3 Outras atividades de permanência	53
5.3 REQUISITOS DE MOBILIDADE ACADÊMICA	53
6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	54
6.1 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO	55
6.2 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	55
7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	56
7.1 ESTRUTURA CURRICULAR	56



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

7.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO	60
7.3 EMENTÁRIO	61
7.3.1 Módulo I	61
7.3.2 Módulo II	70
7.3.3 Módulo III	78
7.3.4 Módulo IV	86
7.3.5 Módulo V	94
7.3.6 Módulo VI	102
7.4 PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA.....	110
7.5 ESTÁGIO CURRICULAR.....	111
7.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	114
7.7 PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES	114
7.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	116
8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	117
8.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	117
8.2 AVALIAÇÃO DO CURSO.....	120
8.2.1 Da avaliação externa	120
8.2.2 Da avaliação interna	121
8.3 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO.....	122
8.3.1 Do Núcleo Docente Estruturante.	122
8.3.2 Colegiado do Curso.	123
8.4 APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS... 123	
8.5 ATENDIMENTO AO DISCENTE.	125
9 ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA	130
10 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	131
10.1 DO NÚCLEO DE INCLUSÃO.....	131
10.2 DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO – BRASILEIROS E INDÍGENA	132
11 COLEGIADO DO CURSO	132



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

12 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA.....133

12.1 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS 133

12.2 ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA 134

13 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO.....135

13.1 CORPO DOCENTE 135

13.2 PESSOAL TÉCNICO 136

14 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA137

15 REGISTRO PROFISSIONAL137

16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS137



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- 1.1 DENOMINAÇÃO DO CURSO: Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental
- 1.2 TIPO: Tecnologia
- 1.3 MODALIDADE: Presencial
- 1.4 EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA DO CONHECIMENTO: Ambiente, Saúde e Segurança
- 1.5 ENDEREÇO DE OFERTA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Boa Vista
- 1.6 TURNO DE FUNCIONAMENTO: Noturno
- 1.7 NÚMERO DE VAGAS: 35 (trinta e cinco)
- 1.8 PERIODICIDADE DE OFERTA: Anual
- 1.9 CARGA HORÁRIA TOTAL: 2385
- 1.10 REGIME LETIVO: Modular
- 1.11 TÍTULO OUTORGADO: Técnico em Saneamento Ambiental
- 1.12 TEMPO MÍNIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: Seis Módulos
- 1.13 COORDENADOR DO CURSO: Cristiane Pereira de Oliveira



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

2. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a alteração no Plano do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental (CSTSA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR.

A partir do processo de implantação e implementação do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental em 2008, possibilitou aprofundar a leitura acerca da formação inicial na área, tanto no contexto regional quanto nacional nas áreas de saúde e meio ambiente.

Nesse sentido, a reformulação no plano do curso tem o propósito de atender as diretrizes curriculares nacionais que regulamentam os cursos de tecnologias às exigências do mundo trabalho, com foco nas questões pertinentes à gestão do curso, que estão permeadas por pressupostos epistemológicos, filosóficos e pedagógicos.

Este plano se propõe a implantar um modelo didático-pedagógico, voltado para a realidade social e profissional, local, regional e nacional com o compromisso de implementar um processo acadêmico e pedagógico pautado na premissa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reiterando os princípios do IFRR, que é o de desenvolver Educação de Qualidade promovendo o Ensino, a Pesquisa Científica e Tecnológica e a Extensão, contribuindo para o Desenvolvimento Social e Econômico do Estado e do País.

Desta forma, a proposta do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental está alicerçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e a preocupação com a realidade que se defronta hoje o profissional em um mundo globalizado, em constantes mudanças, que exigem das Instituições Educacionais a tornarem seus currículos flexíveis, de modo a formarem profissionais com visão empreendedora, crítica, autônoma e criativa que, embora adquiram uma especialização, necessitam também de formação que possibilite uma atuação generalista e humanista, desafios teórico-metodológicos que no seu bojo revertam de uma cumplicidade dada às relações sociais presentes na sociedade capitalista.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

2.1 HISTÓRICO DO IFRR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR – teve sua trajetória iniciada como Escola Técnica de Roraima, autorizada e reconhecida por meio do Parecer nº. 26/89 do Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) de 21 de dezembro de 1989 e federalizada pela Lei Nº 8.670 de 30 de junho de 1993.

O IFRR é uma instituição autárquica integrante do Sistema Federal de Ensino, está vinculada ao Ministério de Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), com sede e foro na cidade de Boa Vista e atuação no Estado de Roraima.

São objetivos da instituição: ministrar educação profissional técnica de nível médio; cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores; cursos de graduação; realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão; além de oferecer cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização e cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado.

Em seu processo evolutivo, o IFRR passou por várias etapas diferenciadas. A primeira delas, Escola Técnica de Roraima, teve início em 1987, ofertando dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos; e Edificações, com 70 alunos. Em 1994, a Escola, já federalizada, implanta o Curso Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série, que foi descontinuado a partir de 1996.

A segunda etapa deu-se em 2002, quando passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, oferecendo também cursos de Nível Superior em Tecnologia e Licenciaturas. A terceira se deu em dezembro de 2008, com o advento de sua transformação para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, IFRR. Hoje a instituição conta com quatro *campi*: Boa Vista, Novo Paraíso, Amajari, Bonfim e na Zona Oeste do Município de Boa Vista.

Em seu Relatório de Auto avaliação de 2012, a Comissão Própria de Avaliação do IFRR – CPA – indicou que, em 2012, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima, CAMPUS BOA VISTA CENTRO, ofereceu 08 (oito) cursos de graduação na modalidade presencial (04 Licenciaturas: Licenciatura Plena em Educação Física, Licenciatura em

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Matemática e Licenciatura em Letras: Espanhol e Literatura Hispânica e 04 Tecnólogos: Tecnologia em Gestão Hospitalar, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Gestão de Turismo) e 1 (um) à distância (Letras: Espanhol e Literatura Hispânica). A Educação a Distância atende a 08 polos, situados nos Municípios de Alto Alegre, Caracaraí, Rorainópolis, Amajari, São João do Baliza, Pacaraima, Boa Vista e Iracema.

Inserido no contexto local e regional, o IFRR é um centro de referência educacional que vem contribuindo há mais de 20 anos para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima, ao promover a inclusão social de jovens e adultos, por meio das ações de formação profissional.

2.2 MISSÃO

O IFRR tem como missão, promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

2.3 VISÃO DE FUTURO

Ser referência no País como instituição de formação profissional e tecnológica na promoção de ensino, pesquisa e extensão.

2.4 VALORES

O IFRR possui os seguintes valores:

- ✓ Ética
- ✓ Compromisso social
- ✓ Gestão Democrática
- ✓ Excelência

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- ✓ Sustentabilidade
- ✓ Respeito à Diversidade
- ✓ Justiça

2.5 ATO LEGAL DE AUTORIZAÇÃO

Considerando o histórico, missão, visão e valores do IFRR, em consonância com a Lei nº 11.892/08, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu Art. 7º, o IFRR possui como um de seus objetivos delineados no PDI, a oferta de cursos superiores de Tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia (VI, a).

Em julho de 2006, o Ministério da Educação, com o propósito de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia e em cumprimento ao Decreto nº 5773/06, publicou e regulamentou o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Esse Catálogo foi inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para educação profissional de nível tecnológico e estruturado em sintonia com a dinâmica do setor produtivo. Além disso, foi constituído em eixos tecnológicos, dentre os quais, o eixo tecnológico de Ambiente, Saúde e Segurança que inclui o curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

A Portaria nº 10 de 28 de julho de 2006 e a Portaria normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006 em cumprimento ao Decreto 5773/06 adequaram os Cursos Superiores de Tecnologia.

O ato legal de autorização do curso se deu através do parecer nº 012/2007/CONDIR, em 2010, entretanto, após a visita *in loco*, o curso teve uma medida cautelar de suspensão de autonomia pelo Despacho nº02/2013/e-MEC.

3 JUSTIFICATIVA



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
3.1 JUSTIFICATIVA DE IMPLANTAÇÃO

O Brasil e, em especial a Amazônia, tem dedicado cada vez mais tempo e recursos à compreensão e solução das mais graves questões ambientais que afligem nossa população.

Dessa forma, a demanda por profissionais voltados a essa área, vem se tornando cada vez mais imprescindível num mundo em que o constante e vertiginoso desenvolvimento acarreta consequências, muitas vezes desastrosas, para a espécie humana e para o meio ambiente.

A partir desse contexto a importância do profissional formado em Saneamento Ambiental se manifesta nas mais diferentes formas: seja no âmbito privado de produção, na esfera pública do planejamento e gerenciamento, seja na dimensão conscientizadora inerente a qualquer profissão e, particularmente, importante nesta área ambiental.

Grandes partes das atividades econômicas desenvolvidas atualmente no plano local regional e global exercem uma forte pressão sobre o meio ambiente, deteriorando-o progressivamente. A poluição, em seus diversos aspectos, a extinção ecológica local e mundial de espécies da flora e da fauna, o desmatamento, o inchamento das cidades, as graves disparidades regionais e a má distribuição de renda são exemplos dos efeitos provocados pelo paradigma do desenvolvimento econômico. Portanto, contrapondo-se ao paradigma vigente, surge, na década de 1970, a noção de desenvolvimento sustentável, que analisa os problemas da sociedade global de forma sistêmica, onde economia, tecnologia, sociedade e política são vistos como aspectos interdependentes. Ressalta-se a necessidade de uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade socioambiental por parte das gerações presentes e futuras.

Por outro lado, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado encontra-se previsto na Constituição Federal (Artigo 225) como um direito fundamental, essencial à manutenção da qualidade de vida. No Brasil, o meio ambiente é considerado bem de uso comum do povo, sendo imperativo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Na mesma direção, o alto nível dos impactos negativos das atividades produtivas, a crescente preferência dos consumidores por produtos considerados menos agressivos ao meio ambiente, além das exigências impostas pela legislação ambiental vigente, são fatores que impõem grandes desafios ao setor produtivo.

O novo cenário evidencia que a proteção ambiental deixa de ser considerada responsabilidade exclusiva dos órgãos oficiais de meio ambiente e passa a ser compartilhada por todos os demais setores da sociedade. A incorporação do conceito de responsabilidade social na gestão das empresas tem multiplicado a demanda por profissionais qualificados para atuar na área de controle ambiental.

Diante do quadro caracterizado, impõe-se a necessidade da formação de profissionais cada vez mais qualificados para atuar no Estado, na região e no país visando contribuir para minimizar os impactos ambientais e dentro do possível, contribuir para a melhoria da qualidade ambiental.

Essa qualidade ambiental se faz fundamental, à medida que o Estado de Roraima, vem implementando políticas de pesquisa de desenvolvimento econômico de forma a vislumbrar o potencial de negócios e renda para a região. Nesta perspectiva, a preocupação com o ambiente e a qualidade de vida serão requisitos importantes na implantação de empresas e negócios que garantam progresso, renda e preservação ambiental.

Assim sendo, o IFRR, em consonância com o seu Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, visa contribuir para melhoria da oferta ao estudante um processo formativo que lhe habilite como um profissional apto a produzir e aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos na área ambiental, como cidadão ético e com capacidade técnica e política.

Considerando a natureza dinâmica da realidade do Estado, passamos a gerar oportunidade e ingresso no mundo do trabalho, acreditando que a formação do Tecnólogo em Saneamento Ambiental seja viável ao acompanhamento do crescimento da economia local, gerando com isto, muitos postos de trabalho e renda e melhorando a qualidade de vida da comunidade roraimense.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Além disso, consultou-se também a clientela em potencial para o curso, através da pesquisa de demanda realizada pelo IFRR, em junho de 2007. Especificamente para o Tecnólogo em Saneamento Ambiental, cerca de 190 informantes apontaram como preferência para estudos superiores, dos 300 questionários aplicados em evento da categoria.

Também foi realizada uma audiência pública no Auditório do IFRR, onde participaram representantes do corpo docente da Instituição, representantes de empresas e instituições que lidam com questões ambientais, associação às quais puderam analisar e contribuir com a discussão e criação do curso na instituição.

Neste sentido observa-se a necessidade premente do IFRR, enquanto instituição pública e comprometida com a sociedade local, oferecer o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, para atender à demanda que se apresenta. Desta forma estará cumprindo o seu papel como Instituição formadora que visa o desenvolvimento sustentável da região na qual está inserida.

3.2 JUSTIFICATIVA DE REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CURSO

Nas últimas décadas o mundo vem passando por transformações amplas e profundas, tanto de natureza científica, como tecnológica, política, ambiental econômica, social e cultural. Este processo nos leva a enfrentar sucessivos e complexos acontecimentos que modificam as relações humanas e as próprias instituições e organizações, exigindo novas ações para a resolução dos problemas da vida cotidiana.

No contexto do ensino superior, essas mudanças nos remetem a um (re) pensar das funções sociais e econômicas que a informação e o conhecimento têm ocupado na sociedade, bem como, adequar-nos às novas demandas sociais, políticas, econômicas e de ordem legal. Esse conjunto de fatores tem gerado renovadas funções às instituições que ofertam o Ensino Superior, bem como, o questionamento de como, para quem e com que finalidade o conhecimento vem sendo veiculado.

Não sendo diferente das mais diversas Instituições de Ensino Superior, o IFRR também tem procurado acompanhar as constantes mudanças que o mundo do trabalho e os



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

órgãos que Regulamentam os Cursos de Tecnologia têm apresentado nos últimos anos. Em se tratando do curso em questão, este teve início em Fevereiro de 2008, com ingresso de 01 (uma) turma de 35 (trinta e cinco) alunos, no turno noturno. Em março de 2011, teve a sua primeira outorga de grau.

Conforme o relatório 82906 e protocolo 200911447, resultado final do processo de reconhecimento do curso, verificou-se, que o PROJETO PEDAGÓGICO do Curso não deixa claro a atuação profissional do egresso, bem como existe a necessidade de se definir os órgãos estaduais, municipais e privados, onde o profissional poderá atuar.

Sendo assim, várias discussões com o corpo docente e discente foram realizadas, com o intuito de melhorias no que tange as questões acadêmico-pedagógicas e organizacionais deste curso.

Assim a matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental (CSTSA) leva em conta a necessidade de profissionais aptos à implantação de tecnologias tradicionais e inovadoras no setor de saneamento básico, objeto este com imensa carência no Brasil, responsável por provocar sérios problemas ao meio ambiente e a saúde pública.

Levando em consideração o resultado da avaliação do curso outrora mencionado e, ainda, a missão desse Instituto Federal, o projeto em tela propõem as adequações arguida pela avaliação, tendo como objetivo corrigir as inconsistências e corrigir as falhas detectadas no mesmo.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Formar o Tecnólogo em Saneamento Ambiental capaz de desenvolver suas atividades junto ao processo produtivo, empreendendo negócios sustentáveis, utilizando de maneira racional a natureza e a cultura local, com a finalidade de aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos na área ambiental de forma ética e com capacidade técnica e política.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Oferecer a formação que possibilite aos tecnólogos:

- ✓ Compreender e atuar com as variáveis ambientais considerando a relação homem/natureza, através dos fundamentos de diferentes ramos das ciências naturais e exatas, articulando esses conhecimentos com os outros campos do saber;
- ✓ Analisar e avaliar as condições das variáveis ambientais com vistas à produção e aplicação de alternativas tecnológicas de prevenção, mitigação e/ou recuperação de áreas degradadas;
- ✓ Atuar junto aos setores público e privado na gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos naturais com vistas ao equilíbrio ambiental e ao desenvolvimento sustentável;
- ✓ Participar e atuar na organização e na coordenação de equipes multidisciplinares de Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA);
- ✓ Organizar e coordenar campanhas, cursos e treinamentos nas áreas de educação ambiental e saúde;

5 REQUISITO DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA.

5.1 REQUISITOS DE ACESSO

O acesso de ingressantes ao CTSA do IFRR respeita a seguinte proporção: 50% das vagas ofertadas através Sistema de Seleção Unificado (SISU) e outro 50% através de processo seletivo interno. Caso a dinâmica de ingresso apontar para outros meios, este será modificado considerando estudo de novas formas de acesso consonantes com a Organização Didática vigente.

5.2 REQUISITOS DE PERMANÊNCIA

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Após o ingresso, com a finalidade de garantir uma formação superior de qualidade e subsidiar a permanência do estudante até a conclusão do curso, o IFRR dispõe de uma política de assistência ao estudante. Assim, o estudante CSTSA poderá participar de programas que promovam a permanência e a conclusão do curso, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, numa perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

Sendo assim, considerando o exposto acima, além de oferecer ambientes para atividades em laboratórios de informática, em biblioteca, acesso a internet sem fio, de prestação de serviços à comunidade, destacando-se a realização do IF Comunidade, os estudantes regularmente matriculados no CSTSA do IFRR-CBV poderão participar de concessão de bolsas e/ou auxílios com fomento interno ou externo conforme edital de concessão.

5.2.1 Com fomento institucional interno

O IFRR-CBV, conforme definido em seu PDI, oferece os seguintes programas com bolsas e/ou auxílios:

- ✓ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT);
- ✓ Programa de Bolsas de Ação de Extensão (PBAEX);
- ✓ Programa de Monitoria;
- ✓ Programa Menores Aprendizes;
- ✓ Programas de esporte, artes, lazer e cultural;
- ✓ Auxílio Alimentação;
- ✓ Auxílio Transporte;
- ✓ Auxílio Moradia;
- ✓ Auxílio Material Escolar;
- ✓ Auxílio Emergencial;
- ✓ Auxílio a Eventos Estudantis.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

5.2.2 Com fomento externo

Além dos programas com bolsas e auxílio supracitados, o estudante matriculado no IFRR-CBV poderá, desde que selecionado segundo edital, dispor das seguintes bolsas com fomento externo:

- ✓ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID);
- ✓ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC);
- ✓ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).

5.2.3 Outras atividades de permanência

- ✓ Atividades laboratoriais;
- ✓ Uso do Acervo nos campi do IFRR;
- ✓ Computadores com acesso a rede sem fio e Internet;
- ✓ Avaliações contínuas com objetivo da recuperação de possíveis deficiências constatadas nos currículos e nas práticas pedagógicas dos docentes, tendo em vista o alcance de um padrão de excelência na formação acadêmica;
- ✓ Programa de combate à repetência, evasão e retenção de estudantes, em módulos e disciplinas.

5.3 REQUISITOS DE MOBILIDADE ACADÊMICA

O acadêmico do CSTSA poderá envolver-se em ações de Mobilidade Acadêmica fomentada pela Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER), vinculada ao Gabinete da Reitoria, é o órgão responsável pela definição, planejamento, execução, acompanhamento, registro e avaliações das ações de Mobilidade Acadêmica do IFRR.

A Mobilidade Acadêmica no âmbito do IFRR é o processo que possibilita ao discente regularmente matriculado desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em outra



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Instituição de Ensino Superior. Tal Mobilidade Acadêmica no Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental do IFRR se pauta na Resolução nº 157 do CONSELHO SUPERIOR.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Conforme o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2010), o Tecnólogo em Saneamento Ambiental atua no planejamento, na gestão e operação de sistemas de saneamento ambiental. Entre outras atividades, ele gerencia o abastecimento e tratamento de águas, fiscaliza sua qualidade, implanta tratamento de efluentes e de resíduos domésticos e industriais com o respectivo sistema de drenagem. O tecnólogo em saneamento ambiental atua ainda, na gestão de redes de monitoramento ambiental, planejamento e implementação de campanhas de educação sanitária e ambiental.

O Tecnólogo em Saneamento Ambiental a ser formado neste curso será um profissional com predominância da formação humanística sobre a técnica, com capacidade reflexiva na articulação dos saberes (saber conhecer, saber fazer, saber ser, saber conviver) e domínio das competências profissionais que lhe favoreçam:

- ✓ Conhecimento dos fundamentos de diferentes ramos das ciências naturais e exatas, articulando esses conhecimentos com os outros campos do saber;
- ✓ Desenvolvimento de postura ética na qual o ambiente é responsabilidade da sociedade;
- ✓ Compreensão dos princípios organizacionais da sociedade e a relação entre saúde, segurança e meio ambiente;
- ✓ Aplicação de alternativas metodológicas de prevenção, mitigação e/ou recuperação ambiental;
- ✓ Conhecer, interpretar e aplicar os princípios do direito e da legislação ambiental;
- ✓ Organizar e coordenar campanhas, cursos e treinamentos nas áreas de educação, poluição e saúde ambiental;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
6.1 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO

O Tecnólogo em Saneamento Ambiental, cujas atividades são amparadas em lei, poderá atuar em diversos setores de pesquisas, em laboratórios de análises de tratamento de águas e tratamento de esgotos de iniciativas públicas e/ou privadas, em fundações de meio ambiente, nas secretarias de saúde, em empresas privadas do setor de drenagem urbana, nas secretarias e/ou departamentos públicos ou privados responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos e, ainda, em empresas e órgãos públicos responsáveis pelo sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicado.

6.2 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento do egresso se dará em conformidade com a política de egresso do IFRR. Esta é descrita como “um conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.” (IFRR, 2014, p. 112).

De acordo com o disposto no PDI (2014-2018), o IFRR tem como ações e metas desenvolver um sistema de acompanhamento de egressos por meio da interlocução com os setores responsáveis (Pró-reitorias, Diretorias ou Coordenações) pelas relações interinstitucionais e visa aos seguintes objetivos:

- ✓ Cadastrar os egressos do IFRR de modo a mantê-los informados sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela instituição por meio do portal dos egressos;
- ✓ Promover encontros periódicos para a avaliação e a adequação dos currículos dos cursos, por intermédio das instituições e organizações sociais, especialmente dos ex-alunos;
- ✓ Possibilitar as condições de avaliação de desempenho dos egressos em seus postos de trabalho;
- ✓ Ter indicadores para a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas e dos conteúdos empregados pela instituição no processo de ensino-aprendizagem;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- ✓ Disponibilizar aos formados as oportunidades de emprego encaminhadas à instituição por empresas e agências de recrutamento e seleção de pessoal;
- ✓ Promover atividades festivas, artísticas, culturais e esportivas que visem à integração dos egressos com a comunidade interna;
- ✓ Promover o intercâmbio entre ex-alunos;
- ✓ Identificar nas empresas e organizações os seus critérios de seleção e contratação;
- ✓ Incentivar a leitura de bibliografia especializada disponível nas bibliotecas.

Ademais, O IFRR pretende identificar, por meio do portal de egressos, as dificuldades encontradas por eles no mundo do trabalho, bem como informações pertinentes, a fim de contribuir com a ampla formação de profissionais cada vez mais capacitados para interpretar e atuar com competência na realidade produtiva.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo do curso está organizado e estruturado em módulos em conformidade com a Resolução CNE/CP n° 436/2001 a Resolução CNE/CP3 de 18/12/2002, este curso terá duração mínima de seis módulos, distribuídos em três anos, sendo os conteúdos ministrados em 200 dias letivos ao ano, somando um total de 2385 horas.

Os componentes curriculares se interagem no pressuposto da interdisciplinaridade e com suas epistemologias específicas. A interação de conteúdo se materializa na relação teoria-prática.

Na organização da estrutura geral do curso buscou-se evitar compartimentar o conhecimento, buscando a integração dos conhecimentos do CSTSA com as áreas afins.

7.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Primeiro Módulo

Código	Componente	CH
--------	------------	----



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

PI	Português Instrumental	60
MAI	Matemática Aplicada I	60
AL	Álgebra Linear	45
FI	Física I	30
BAS	Biologia Aplicada ao Saneamento	60
TOP	Topografia Básica	60
QA	Química Ambiental	60
ICC	Introdução a Ciência da Computação	30
TOTAL		405

Segundo Módulo

Código	Componente	CH
INFA	Informática Aplicada	60
HID	Hidrologia	45
FISII	Física II	30
EA	Estatística Aplicada	45
MAII	Matemática Aplicada II	45
CAR	Cartografia	45
DT I	Desenho Técnico I	45
MPC	Metodologia da Pesquisa Científica	60
TOTAL		375

Terceiro Módulo

Código	Componente	CH
GA	Geologia Ambiental	30
HID	Hidráulica	60
SAA	Sistema de Abastecimento de Águas	60
EEA	Ecologia e Educação Ambiental	60
AS	Saneamento Ambiental	60
QSL I	Química sanitária e Laboratório de Saneamento I	45
DT II	Desenho Técnico II	45
MC	Materiais de Construção	45
TOTAL		405



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Quarto Módulo

Código	Componente	CH
ECA	Ética, Cidadania e Meio Ambiente	45
MS	Mecânica dos Solos	60
SER	Sistema de Rede de Esgotos	45
MP	Microbiologia e Parasitologia	45
TA	Tratamento de Águas	45
QSL II	Química Sanitária e Laboratório de Saneamento II	45
SGO	Segurança Ocupacional	30
OR	Orçamento	45
TOTAL		360

Quinto Módulo

Código	Componente	CH
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental	45
RAD	Instalações Hidro-Sanitárias e Pluvial	60
DRE	Sistema de Drenagem Urbana	45
VSE	Vigil. Sanit. E Controle Epidemiológico	45
TE	Tratamento de Esgoto	45
GRS	Gerenciamento e Tratamento de Resíduos Sólidos	30
PA	Poluição Ambiental	30
TCC I	Trabalho de Conclusão de Curso I	40
TOTAL		340

Sexto Módulo

Código	Componente	CH
RAD	Recuperação de Áreas Degradadas	45
RGA	Regulamentação e Gestão Ambiental	60
MA	Monitoramento Ambiental	30
TCC II	Trabalho de Conclusão de Curso II	60
LB	Linguagem Brasileira de Sinais-LIBRAS	30
SRG	Sensoriamento Remoto e Geop. Aplicado	45
ELP	Ética e Legislação Profissional	30
ES	Estágio Supervisionado	100
TOTAL		400



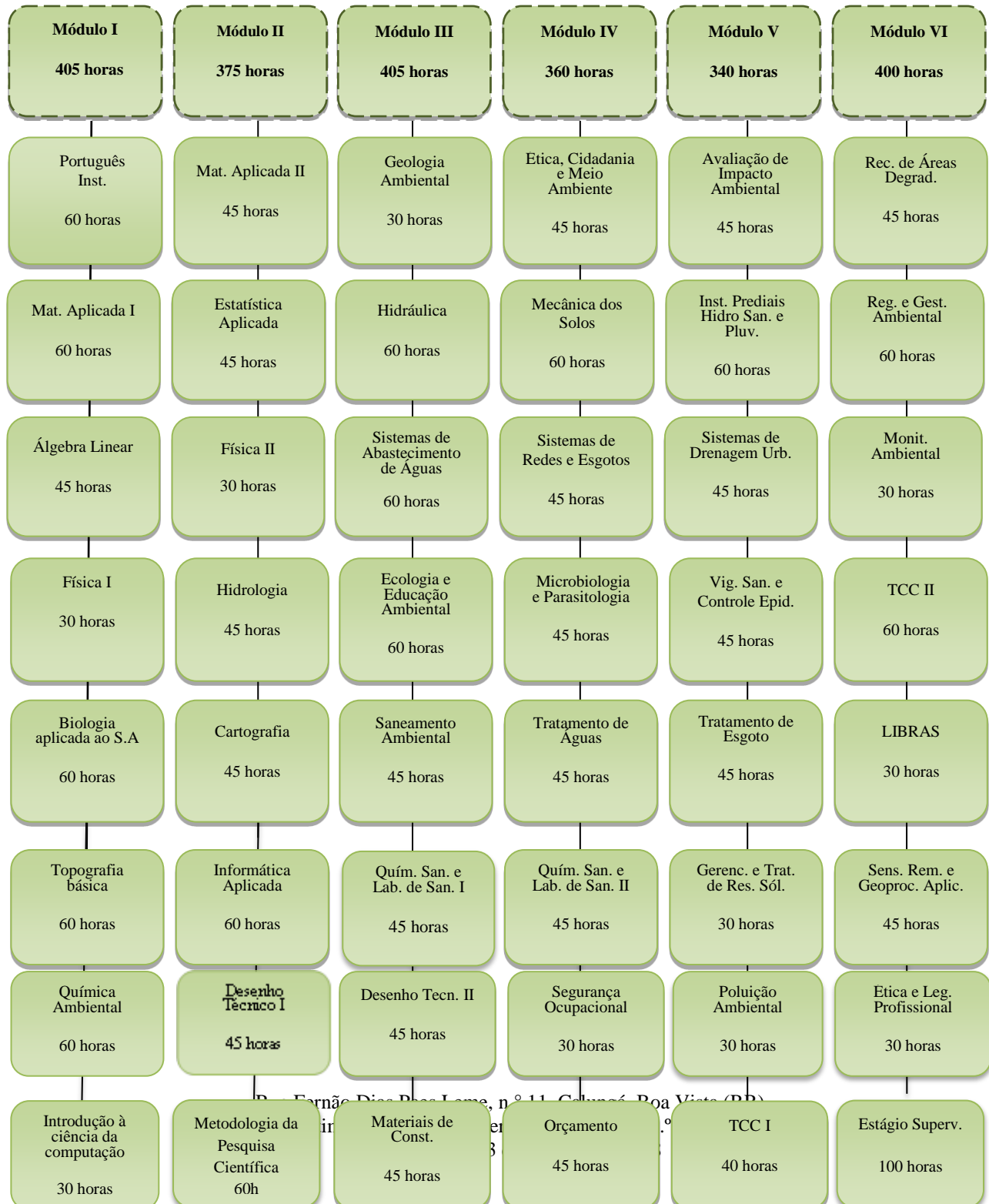
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	C.H.
Atividades Formativas	2185
Estágio Supervisionado	100
Atividades Complementares	100
CARGA HORÁRIA TOTAL	2385



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
3 EMENTÁRIO

7.3.1 Módulo I

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL		CÓDIGO: PI
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: I
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
<p>Língua Portuguesa como fonte de comunicação oral e escrita. A linguagem falada e escrita, níveis, funções, figuras e vícios de linguagem. Técnicas de utilização de recursos audiovisuais e técnicas de oratória para exposições orais. A utilização dos gêneros textuais / discursivos no ensino e aprendizagem da leitura e da produção escrita. Técnicas para interpretações de textos. Técnicas de leituras. Técnicas para esquematizar, sublinhar, resumir, fichar, sintetizar, e resenhar. Formas de desenvolvimento do parágrafo. Elementos da textualidade (coesão, concisão, clareza e coerência). Elaboração de textos com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Aspectos linguístico-gramaticais aplicados ao texto em seus diversos gêneros.</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<p><u>BÁSICA</u> ANDRADE, Maria Margarida de. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 7. ed.; 8. ed. e 9. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2004. FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. Como ler, entender e redigir um texto. 23. ed. Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 2011. POLITO, Reinaldo. Como Falar corretamente e sem Inibições. 111. ed. rev. atual. ampl. 2. tiragem. São Paulo. Editora Saraiva, 2009.</p>		
<p><u>COMPLEMENTAR</u> CIPRO NETO, Pasquale. O Dia a dia da nossa língua: o professor Pasquale analisa a língua portuguesa e você aprende em exercícios com respostas. São Paulo. Editora Publifolha, 2001. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A Coesão textual. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2007 MANDRYK, Davi e FARACO, C. Alberto. Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental: contém técnicas de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. NADÓLSKIS, Hêndricas. Comunicação redacional atualizada. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2003</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA APLICADA I		CÓDIGO: MAI
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: I
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
Conjuntos numéricos. Função de uma variável real: tipos e gráficos. Limites: noção, propriedades operatórias, limites fundamentais. Função contínua: continuidade e propriedades		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um Curso de cálculo . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed. 2008 e 2010. LEITHOLD, Louis. O Cálculo com geometria analítica . 3.ed. São Paulo: Harbra, 1994. MORETTIN, Pedro A. Cálculo: funções de uma e várias variáveis . 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Saraiva, 2010. WEIR, Maurice D. Cálculo George B. Thomas . V. 1. 11.ed. Rio de Janeiro: A. Wesley, 2009.		
<u>COMPLEMENTAR</u> ÁVILA, Geraldo. Cálculo das funções de uma variável, volume 1 . 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. BARCELOS NETO, João. Cálculo: para entender e usar . São Paulo: Livraria da Física, 2009. FLEMMING, Diva Marília. Calculo A: funções, limite, derivação, integração . 6. ed. 8. reimp. São Paulo: Pearson Prentice Holl, 2012. IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, 8: limites, derivadas e noções de integral . 6. ed. 7. reimp. São Paulo: Atual, 2005. MACHADO, Nilson José. Matemática por assunto, 9: noções de cálculo . São Paulo: Scipione, 1988.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: ÁLGEBRA LINEAR		CÓDIGO: AL
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: I
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Matrizes; Determinantes; Sistemas lineares; Vetores; Adição e subtração de vetores; Multiplicação de um vetor por um escalar; Vetores; Espaços vetoriais: espaço vetorial, subespaços. Combinações lineares, independência linear, bases e dimensão. Transformações lineares: definição e exemplos. Teorema do núcleo e imagem, aplicações. Representação matricial de uma transformação linear. Mudança de base e de coordenadas. Autovalores e Auto vetores. Diagonalização de Operadores.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BOLDRINI, J. L. et all. Álgebra linear . 3. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986. LANG, Serge. Álgebra para graduação . 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. LIPSCHUTZ, Seymour. Teoria e problemas de álgebra linear . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.		
<u>COMPLEMENTAR</u> CALLIOLI, Carlos C. Álgebra linear e suas aplicações . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. FLEMMING, Diva Marília. Calculo A: funções, limite, derivação, integração . 6. ed. 8. reimp. São Paulo: Pearson Prentice Holl, 2012. LAY, David C. Álgebra linear e suas aplicações . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999 LEITHOLD, Louis. O Cálculo com geometria analítica . 3.ed. São Paulo: Harbra, 1994. LIMA, Elon Lages. Álgebra linear . 3.ed. Rio de Janeiro: Instituto de Matemática Pura e Aplicada, 1998.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: FÍSICA I		CÓDIGO: FI
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: I
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA		
<p>Cinemática: movimento linear e angular. Dinâmica: Leis de Newton e Aplicações (elevadores, polia fixa, polia móvel, decomposição de forças, plano inclinado). Forças de Atrito: atrito dinâmico e estático, atrito entre sólidos, ângulo de atrito. Trabalho e potência. Energia. Impulso e quantidade de movimento. Hidrostática: fundamento, densidade, peso aparente, pressão, pressão hidrostática, pressão atmosférica, princípio de Pascal, empuxo, Teoremas de Arquimedes e de Stevin. Ondulatório.</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<p><u>BÁSICA</u> ALONSO&FINN. Física- Um curso universitário. V. 1. São Paulo: Edgar Blucher, 1972. CHAVES, Alaor Silvério. Física. V.1. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001. HALLIDAY, D., RESNICK, R.,WALTER J. Física. V. 1. Rio de Janeiro: LTC, 1996.</p>		
<p><u>COMPLEMENTAR</u> GOLDEMBERG, José. Física Geral e Experimental. V.1. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968. NUSSENZVEIG, H. M.. Curso de Física Básica: Mecânica. V.1. São Paulo: Edgard Blücher, 4ª edição, 2002. Revista Brasileira do Ensino de Física. SBF (Sociedade Brasileira do Ensino de Física). São Paulo: Gráfica e Editora F.C.A. SERWAY, Raymond A.. Princípios de Física. V.1. Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos S.A., 2005. TIPLER, P. A. Física. V.1. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: BIOLOGIA APLICADA AO SANEAMENTO AMBIENTAL		CÓDIGO: BAS
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: I
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
<p>Funções e Evolução das Células. Organização Celular. Tamanho e Forma Celulares. Características das Células Procarióticas e Eucarióticas. Funções Celulares; Bactérias e Arqueas metanogênicas - Formação de Biofilmes e Agregados Celulares; Vírus, Fungos, Protozoários e Algas - Importância na Qualidade da Água. Conceitos essenciais de Metabolismo; Noções sobre Catabolismo e Anabolismo; Introdução à Fotossíntese e a Respiração; Condições Nutricionais e Físicas para o Crescimento Celular. Componentes Químicos da Célula (Bases Macromoleculares da Constituição Celular, Proteínas e Ácidos Nucléicos. Código Genético. Aplicação de Técnicas de Biologia Molecular); Hidrobiologia sanitária (Análises bacteriológicas da água e de águas residuárias); Problemas causados por organismos ao abastecimento de água (Controle de organismos em águas de abastecimento); Ciclos Biogeoquímicos (carbono nitrogênio, oxigênio, fósforo e enxofre); Efeitos biológicos da poluição (autodepuração, eutrofização); Depuração biológica das águas residuárias; Estratificação térmica de lagos e reservatórios.</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<p><u>BÁSICA</u> AMABIS, J.M.; MATHO, G.R. Conceitos de Biologia. São Paulo: Moderna, 2007. _____. Fundamentos da Biologia Moderna- 4ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007. Volume único. 839p. CURTIS, H. Biologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

COMPLEMENTAR

LOGON. **Vestibulando Digital. Biologia: Sistema, Organismos e Ecologia.** Editora multimídia. 217min.
LOPES, S. & ROSSO, S.. **Biologia** – Volume Único. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
POLIZELI, M.L.T.M. **Manual Prático de Biologia Celular.** 1ª Ed. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2008.
SILVA JÚNIOR, C. da & SEZAR, Sasson. **Biologia** – Volume 3. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva 2005. TAMAYO, J.F. **Aulas Práticas de Biologia.** 1ª Ed. São Paulo: Conceitual, 2007.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
COMPONENTE CURRICULAR: TOPOGRAFIA BÁSICA		CÓDIGO: TB
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: I
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
Introdução ao Estudo da Topografia: conceito, finalidade e importância. Origem, evolução, limite e divisão da Topografia, utilização da ciência na execução de projetos ligados a área de controle e preservação ambiental. Unidades de medidas: Lineares, Angulares e de superfícies, unidades de volume e de capacidade. Avaliação de superfície: figuras geométricas planas regulares e irregulares. Processos gráfico, numérico e trigonométrico. Orientação topográfica: azimute e rumo. Cálculo do azimute em função do ângulo horizontal. Sistemas de Coordenadas: polares e plano-retangulares. Levantamento planimétrico: objetivo e Finalidade, acidentes naturais e artificiais, caderneta de campo e croquis. Noções de métodos de Levantamento: trilateração, irradiação, caminhamento com irradiação, poligonal de levantamento. Cálculo analítico de coordenadas. Cálculo de rumos, azimutes e distâncias em função das coordenadas plano retangulares. Cálculo analítico de superfície. Altimetria: conceitos e finalidade, plano de referência, altitude, cota e referência de nível. Nivelamento geométrico e nivelamento trigonométrico: conceitos e aplicações, classificação quanto a precisão, manuseio e leituras, cálculos geométricos. Planialtimetria: conceito e aplicação, processos e produtos obtidos. Noções gerais dos principais equipamentos topográficos.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

BÁSICA

BORGES, Alberto Campos. **Topografia: aplicada a engenharia civil**. V.1, 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977.
ERBA, Diego Alfonso. **Topografia para estudantes de arquitetura, engenharia e geologia**. São Paulo: Unisinos, 2003.
ESPATEL, Lélis. **Curso de Topografia**. 9 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

COMPLEMENTAR

BORGES, Alberto Campos. **Topografia: aplicada a engenharia civil**. V.2, 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977.
_____. **Exercícios de Topografia**. 3. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Edgard Blucher, 1977.
CASACA, João Martins. **Topografia geral**. 4. ed. atual e aum. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
COMASTRI, José Aníbal. **Topografia: Altimetria**. 2. ed. Viçosa – MG: UFV, 1990.
COSTA, Aluizio Alves da. **Topografia**. Curitiba: Livro Técnico, 2011.
LOCH, Carlos. **Topografia contemporânea: planimetria**. 2. ed. Florianópolis – SC: Ed. da UFSC, 2000.
MINETTE, Enivaldo. **Mapas e cortes geológicos**. Viçosa – MG: UFV – Departamento de Engenharia Civil, 1988.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA AMBIENTAL		CÓDIGO: QA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: I
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
Química Atmosférica e Poluição do Ar; Energia e Mudanças Climáticas; Compostos Orgânicos Tóxicos; Química da Água e Poluição da Água; A bioquímica Microbiana Aquática.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BAIRD, C. Química Ambiental . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. MANAHAN, S. E. Química Ambiental . 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. ROCHA, J. C. et all. Introdução a Química Ambiental . Porto Alegre: Bookman, 2004.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BRANCO, Samuel Murgel. Poluição do ar . 2. ed. reform. 13. impr. São Paulo: Moderna, 2010. BRASIL. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica . Brasília: Ministério da Saúde, 2006. EVES, M.C. Emissão de gases do efeito estufa provenientes da queima de resíduos agrícolas no Brasil . Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, SP, 1999. MAGOSSI, Luiz Roberto. Poluição das águas . São Paulo: Moderna, 1990. MANO, Eloisa Biasotto. Meio ambiente, poluição e reciclagem . 2. ed. São Paulo: Blücher, 2012. RODRIGUES, Rosicler Martins. Vida na terra: conhecer para proteger . 13. ed. São Paulo: Moderna, 1996.		




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: INTRODUÇÃO A CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO		CÓDIGO: ICC
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: I
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA		
Conceitos de introdução a computação. Conceitos de software e hardware. Noções de programação. Conceitos de algoritmos e lógica de programação estruturada.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> FORBELLONE, A.L.V.; EBERSPACHER, H.F. Lógica de programação – a construção de algoritmos e estruturas de dados . São Paulo: Makron Books, 2005. NORTON, P. Introdução a Informática . São Paulo: Makron Books, 2000. PEREIRA, Silvio do Lago. Algoritmos e lógica de programação em C: uma abordagem didática . 1. ed. São Paulo: Érica, 2012 RAMALHO, José Antônio. Introdução a Informática . São Paulo: Berkeley, 2000.		
<u>COMPLEMENTAR</u> GUIMARÃES, Ângelo de Moura. Introdução à ciência da computação . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2005. MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Análise e gestão de requisitos de software: onde nascem os sistemas . São Paulo: Érica, 2011. MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações . 3. ed. rev. 8. reimp. São Paulo: Érica, 2012. MEIRELLES, Fernando de Souza. Informática: novas aplicações com microcomputadores . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. PEREIRA, Silvio do Lago. Algoritmos e lógica de programação em C: uma abordagem didática . 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

7.3.2 Módulo II

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA APLICADA II		CÓDIGO: MA II
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: II
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Limites, continuidade e suas aplicações. Derivadas e suas aplicações. Noções de integral, métodos de integração e suas aplicações.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> GUIDORIZZI, H.L. Um curso de cálculo . 3 ed. São Paulo: Livros Técnicos, 2000. HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo I – Um curso moderno e suas aplicações . São Paulo: LTC, 1999. IEZZI, G. Fundamentos da Matemática Elementar . São Paulo: Atual, 2000. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar . V1. São Paulo: Atual, 1985. SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica – V.1 . São Paulo: Mc Graw-Hill, 1983. _____ Cálculo com Geometria Analítica – V.2 . São Paulo: Mc Graw-Hill, 1983. _____ Cálculo com Geometria Analítica – V.3 . São Paulo: Mc Graw-Hill, 1983.		
<u>COMPLEMENTAR</u> DOLCE, Osvaldo. Fundamentos de matemática elementar, 10: geometria espacial, posição e métrica . 4. ed. São Paulo: Atual, 1985. GONÇALVES JÚNIOR, Oscar. Matemática por assunto, 6: geometria plana e espacial . 2. ed. São Paulo: Scipione, 1989. HARIKI, Seiji. Matemática aplicada: administração, economia, contabilidade . São Paulo: Saraiva, 2003. HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar, 5: combinatória, probabilidade: combinatória e probabilidade: 43 exercícios resolvidos, 439 exercícios propostos com respostas e 155 testes de vestibulares com respostas . 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. PINHEIRO, Virgilio Athayde. Noções de geometria descritiva: ponto, reta, plano . 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1968.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: ESTATÍSTICA APLICADA		CÓDIGO: EA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: II
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
<p>Estatística descritiva: população e amostras. Distribuição de frequências: histogramas e polígonos de frequência. Medidas de tendência central: médias, moda, mediana, quartis, decis e percentis. Medidas de dispersão: variância, desvio padrão, coeficiente de variância. Séries e gráficos estatísticos. Medidas de assimetria e curtose. Probabilidade. Distribuições: Binomial, Poisson e Normal. Amostragem. Estimação. Testes de hipótese. Intervalos de confiança. Regressão. Correlação. Noções de probabilidade, o Teorema de Bayes, distribuição normal, distribuição binomial, testes de hipóteses. Conceitos Básicos da Estatística (Amostra, População, Variável). Organização de dados (Técnica Ramos-e-Folhas, tabelas, séries estatísticas, gráficos). Distribuição de frequência. Medidas de tendência central (Moda, Média, Mediana), separatrizes (Quartil, Decil, Percentil). Medidas de Dispersão (Variância, Desvio-Padrão, Coeficiente de Variação e Região Normal). Estatística na Prática</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<p><u>BÁSICA</u> FONSECA, Jairo Simon de; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística, 6ª ed. São Paulo: Atlas 2006. MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. Rio de Janeiro: LTC, 2011 MORETTIN, L.G. Estatística Básica. São Paulo: Makron Books, 2000.</p>		
<p><u>COMPLEMENTAR</u> BARBOSA, Dalva Regina Ribeiro. Estatística aplicada ao turismo e hotelaria. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004 CALLEGARI-JACQUES, Sídia M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003. CRESPO, Antonio Arnot. Estatística fácil. 19.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2012 KIRSTEN, José Tiacci. Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo. São Paulo: Saraiva, 2006. MARTINS, Gilberto de Andrade. Princípios de estatística: 900 exercícios resolvidos e propostos. 4. ed. e 13. reimp. São Paulo: Atlas, 2010 e 2012. 255</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p> 	
COMPONENTE CURRICULAR: FÍSICA II		CÓDIGO: FII
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: II
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA		
Termologia: termometria, calorimetria, propagação de calor, dilatação de sólidos e líquidos, estudo dos gases. Eletricidade básica: grandezas elétricas (corrente resistência e potência). Aparelhos de medição elétrica. Geradores, receptores e dispositivos elétricos. Leis de Kirchhoff		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> ALONSO&FINN. Física- Um curso universitário V2. São Paulo: Edgar Blucher, 1972. CHAVES, ALAOR SILVÉRIO. Física . V2. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001. HALLIDAY, D., RESNICK, R.,WALTER J. Física . V2. Rio de Janeiro: LTC, 1996.		
<u>COMPLEMENTAR</u> GONÇALVES, Dalton. Física: termologia, ótica, ondas . 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. _____. Física: eletricidade, eletromagnetismo e corrente alternada . 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991. HOROWICZ, Ricardo J. Luz, cores... ação: a ótica e suas aplicações . São Paulo: Moderna, 1999. LANG, Johannes G. Corrente, tensão, resistência . 2. ed. São Paulo: SIEMENS, 1977. MORETTO, Vasco Pedro. Óptica, ondas, calor . São Paulo: Ática, 1979.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: HIDROLOGIA		CÓDIGO: HG
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: II
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Introdução: o ciclo hidrológico, a importância da água e balanço hídrico; Função e importância da Hidrologia; Bacia hidrográfica; Precipitações atmosféricas; Evapotranspiração; Infiltração; Escoamento superficial; Hidrologia estatística; Estudo de estiagens; Estudo de precipitações intensas e seu emprego no projeto de drenagem; Hidrologia de drenagem e controle de cheias; Regularização de vazões.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> PINTO, N.L. de S.; HOLTZ, A.C.T.; MARTINS, J.A. e GOMIDE, F.L.S. Hidrologia básica . Rio de Janeiro: Editora Edgar Blücher Ltda., 2000. TUCCI, C.E.M. Hidrologia: ciência e aplicação . Rio Grande do Sul: UFRGS, 1993. VILELLA, S.M.; MATOS, A. Hidrologia Aplicada . São Paulo: McGraw-Hill, 1975.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BRASIL. Manual técnico de geomorfologia . Rio de Janeiro: IBGE, 1995. CANHOLI, A. P. Drenagem urbana e controle de enchentes . São Paulo: Oficina de Textos, 2005. GARCEZ, L.N.; ALVAREZ, G.A. Hidrologia . São Paulo: Editora Edgar BlücherLtda, 2002. GRIBBIN, John B. Introdução à hidráulica, hidrologia e gestão de águas pluviais . São Paulo: Cengage Learning, 2009. JABÔR, Marcos Augusto. Drenagem de rodovias: estudos hidrológicos e projetos de drenagem . São Paulo: CETESB, 2011.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
COMPONENTE CURRICULAR: CARTOGRAFIA		CÓDIGO: CG
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: II
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
<p>Origem, conceitos, esboço histórico e classificação das cartas: mapa, carta topográfica, planta topográfica e escala. Esfera terrestre: meridianos e paralelos, coordenadas geográficas, fusos horários. Noções de Projeções Cartográficas: projeção de Mercator, Sistema de Coordenadas UTM. Fotogrametria: características das fotografias aéreas; medidas fotográficas, estereoscopia, interpretação topográfica, carta do mundo ao Milionésimo. Representação cartográfica. Planimetria: hidrografia, solo e vegetação, unidades políticas e linhas de limites, localidade, sistema viário e de comunicação. Altimetria: curvas de nível e interpolação, relevo e perfil topográfico, pontos de controle. Informações marginais: avaliação de áreas e distâncias sobre mapas. Mapa Índice. Desenho em planta topográfica. Noções de GPS.</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica . São Paulo: Unilasalle, 2005. MARTINELLI, Marcello. Mapas de geografia e cartografia temática . São Paulo: Contexto, 2007. OLIVEIRA, Cêurio. Curso de cartografia moderna . 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.		
<u>COMPLEMENTAR</u> ACIOLE, Giovanni Gurgel. A Saúde no Brasil: cartografias do público e do privado . São Paulo: HUCITEC: Sindicato dos médicos de Campinas e Região. 2006. COSTA, Aluizio Alves da. Topografia . Curitiba: Livro Técnico, 2011. LOCH, Carlos. Elementos básicos de fotogrametria e sua utilização prática . 3. ed. Florianópolis – SC: UFSC, 1994. _____. Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais . 2. ed. Florianópolis – SC: UFSC, 1989. MINETTE, Enivaldo. Mapas e cortes geológicos . Viçosa – MG: UFV – Departamento de Engenharia Civil, 1988.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: INFORMÁTICA APLICADA		CÓDIGO: IA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: II
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
AutoCad. Aplicativos hidráulicos (Hydros). Aplicativos elétricos (Lumine). Aplicativos em topografia(Topograph). Aplicativos em estabilidade de taludes (slope, swpe, Sigma).		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u>		
FORBELLONE, A.L.V.; EBERSPACHER, H.F. Lógica de programação – a construção de algoritmos e estruturas de dados . São Paulo: Makron Books, 2005.		
MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações . 3. ed. rev. 8. reimp. São Paulo: Érica, 2012.		
NORTON, P. Introdução a Informática . São Paulo: Makron Books, 2000.		
<u>COMPLEMENTAR</u>		
CUNHA, Murilo Bastos da. Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia . Brasília: Briquet de Lemos, 2001.		
DEWEY, Melvil. Sistema de classificação decimal . 19. ed. Nova York: Forest Press, 1980.		
MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações . 3. ed. rev. 6. reimp. São Paulo: Érica, 2011.		
MEIRELLES, Fernando de Souza. Informática: novas aplicações com microcomputadores . 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.		
OLIVEIRA, Renato da Silva. Minidicionário compacto de informática: inclui termos relacionados à Internet e a multimídia e um glossário de gírias e expressão . São Paulo: Rideel, 1999.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: DESENHO TÉCNICO I		CÓDIGO: DT I
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: I
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Introdução: ponto, linha e plano. Noções fundamentais para o desenho técnico. Símbolos e convenções. Caligrafia técnica. Escalas. Cotagem. Formatos e carimbos. Projeto arquitetônico.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u>		
FRENCH, Thomas Ewing; VIERCK, Charles J. Desenho técnico e tecnologia gráfica . São Paulo: Gráfica, 2000.		
_____. Desenho técnico e tecnologia gráfica . 2. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 1999.		
IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: Volume 2 : logaritmos . 9. ed. São Paulo: Atual, 2004.		
<u>COMPLEMENTAR</u>		
CARVALHO, Benjamim de A. Desenho geométrico .		
DOLCE, Osvaldo. Fundamentos de matemática elementar, 10: geometria espacial, posição e métrica . 4. ed. São Paulo: Atual, 1985.		
NEIZEL, Ernst. Desenho técnico para a construção civil . São Paulo: EPU/EDUSP, 2011.		
PEREIRA, Aldemar. Desenho técnico básico . 9. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.		
PEREIRA, Reginaldo de Lima. Interpretação de textos matemáticos: dificuldades na resolução de problemas de geometria plana . 2010.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA		CÓDIGO: MPC
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: III
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
Fundamentos teóricos e metodológicos da Ciência e do Conhecimento. Noções de Métodos Científicos. Pesquisa Científica. Noções de elaboração de projeto de pesquisa.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica: Ciência, conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 001.42 M321m 6ex. _____, Metodologia de Trabalho Científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001. IFRR. Manual de Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos . 2013.		
<u>COMPLEMENTAR</u> DYNIEWICZ, Ana Maria. Metodologia da Pesquisa em saúde para iniciantes . 2. ed. São Caetano- SP: Difusão, 2009. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas 2010. OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica . 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. PEDRO, Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação . 14 ed. Porto Alegre: FURASTÉ 2008. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 23. ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2009.		





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

7.3.3 Módulo III

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: GEOLOGIA AMBIENTAL		CÓDIGO: GA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: III
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA		
Fundamentos da Geologia. Evolução conhecimento sobre a Geologia Ambiental. Dinâmica interna e externa da terra. Minerais e Rochas. Formação do solo. Intemperismo. Aspectos relacionados à interação Homem, Geologia e Meio Ambiente.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. Para entender a terra . 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. SALGADO – LABOURIAU, M. L. História ecológica da terra . 2 ed. São Paulo; Edgard Blücher, 2004. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. Decifrando a terra . São Paulo: Oficina de textos, 2003.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BRASIL. Manual técnico de geomorfologia . Rio de Janeiro: IBGE, 1995. CHRISTOFOLETTI, Antônio. Geomorfologia . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blücher, 1980. CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (orgs.) A Questão ambiental . 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.) Erosão e conservação dos solos; conceitos, temas e aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 340p, 1999. LEINZ, Viktor. Geologia geral . 11. ed. São Paulo: Nacional, 1989. SUGUIO, Kenitiro. Geologia sedimentar . 3. reimp. São Paulo: E. Blücher, 2010.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: HIDRÁULICA		CÓDIGO: HD
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: III
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
Generalidades/conceitos básicos. Hidrostática: pressões e empuxo. escoamento livre (canais) sob regime permanente: princípios básicos, escoamento uniforme e escoamento variado. escoamento através de bueiros. Medição de vazão. Estudo de escoamento em canais, hidrometria.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> AZEVEDO NETO, J.M.; ALVAREZ, G.A. Manual de hidráulica . 8 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. AZEVEDO NETTO, José Martiniano de. Manual de hidráulica . 7. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1991. GILES, Ranald V. Mecânica dos fluídos e hidráulica . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.		
<u>COMPLEMENTAR</u> CHRISTOFOLETTI, Antônio. Geomorfologia . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blücher, 1980. CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1991. GARCEZ, Lucas Nogueira. Elementos de engenharia hidráulica e sanitária . 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1999. MELO, Vanderley de Oliveira. Instalações prediais hidráulicas sanitárias . São Paulo: Edgard Blücher, 1988. PYNE, Sandra. Oxford dictionary of computing for learners of english . Oxford: Oxford University Press, 1996.		





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR:	SISTEMAS DE	CÓDIGO: SAA
ABASTECIMENTO DE ÁGUAS		
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: III
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
Conceituação dos conhecimentos básicos sobre a importância dos Sistemas de Abastecimento de Água para a qualidade de vida da população; importância da água; qualidade e quantidade de água; abastecimento de água no meio rural; abastecimento de água no meio urbano; dimensionamento de reservatórios; dimensionamento: Introdução e parâmetros; adução e redes de distribuição de água; tipos de redes: malhadas, ramificadas e mistas.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u>		
BRASIL. Manual de Saneamento . 4 ed. Brasília: FUNASA, 2006. GOMES, Heber Pimentel. Sistemas de abastecimento de água: dimensionamento econômico e operação de redes e elevatórias . 2. ed. João Pessoa – PB: UFPB, 2004. GRIBBIN, John B. Introdução à hidráulica, hidrologia e gestão de águas pluviais . São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
<u>COMPLEMENTAR</u>		
ANCUSO, Pedro Caetano Sanches; SANTOS, Hilton Felício dos. Reúso de água . Barueri, SP: Manole, 2003. BRASIL. Manual prático de análise de água . 2. ed. Brasília: FUNASA, 2006. NUVOLARI, A. (coord). Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola . 1ª Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. RICHTER, Carlos A. Água: métodos e tecnologia de tratamento . São Paulo: Blücher, 2009. _____. Tratamento de água: tecnologia atualizada . São Paulo: Blücher, 1991. SOUZA, Walterler Alves de. Tratamento de Água . Natal: CEFET/RN, 2007. TSUTIYA, Milton Tomoyuki. Abastecimento de água . São Paulo: USP, Escola Politécnica, Dep. de Engenharia Hidráulica e Sanitária, 2004.		




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
COMPONENTE CURRICULAR: ECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL		CÓDIGO: EEA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: III
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
Caracterização geral. Fatores ecológicos. Ciclos biogeoquímicos. Noções de ecologia de populações. Conceito de comunidade biótica. Noções básicas sobre ecossistema. Natureza dos ecossistemas. Dinâmica dos ecossistemas. Fluxo de energia. Fatores ecológicos. Disfunção ecológica. Introdução à educação ambiental (EA); Marcos referenciais em Educação Ambiental: Primeiros movimentos em direção a uma Educação Ambiental, Conferência de Estocolmo, Carta de Belgrado, Conferência de Tbilisi, Congresso de Moscou, Eco-92 e outros; Política nacional de educação ambiental; Metodologias para projetos de Educação Ambiental (Planejamento, Processo, Produto Diagnóstico para a resolução de problemas - Estudo de caso); Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – PEAMSS.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u>		
CAVALCANTI, C. Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas . São Paulo: Cortez, 1997. LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder . Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001. 343p. PHILIPPI Jr., A.; PELICIONI, M.C.F. Educação ambiental e sustentabilidade . São Paulo: Manole, 2005.		
<u>COMPLEMENTAR</u>		
BRASIL. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica . Brasília: Ministério da Saúde, 2006. _____. Manual de saneamento . 3. ed. Brasília: FUNASA, 2004 GOMES NETO, Octavio da Costa. Diretrizes para elaboração de propostas de projetos . Rio de Janeiro: IBAM, 2007. NUVOLARI, A. (coord). Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola . 1ª Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. SANT'ANNA JR., Geraldo Lippel. Tratamento biológico de efluentes: fundamentos e aplicações . Rio de Janeiro: Interciências, 2010.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
COMPONENTE CURRICULAR: SANEAMENTO AMBIENTAL		CÓDIGO: SA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: III
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Introdução ao Saneamento Ambiental, Saneamento Ambiental no Brasil, Saneamento e Recursos Hídricos na Amazônia. Saneamento e Saúde, A Poluição do Meio Ambiente, Saneamento Básico, Proteção da Paisagem, Controle de Cheias e Recuperação de Terras, Saneamento em áreas Urbanas e Rurais, Saneamento em situação de emergências.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BRASIL. Manual de Saneamento . 4 ed. Brasília: FUNASA, 2006. CARVALHO, Anésio Rodrigues de. Princípios básicos do saneamento do meio . 7. ed. São Paulo: Ed. PHILIPPI Jr. Arlindo (Ed.). Saneamento, saúde e ambiente: fundamento para um desenvolvimento sustentável . Barueri-SP: Manole, 2005.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BLOCH, Didier. Criança, catador, cidadão: experiências de gestão participativa do lixo urbano . Recife: UNICEF, 1999. CAVINATTO, Vilma Maria. Saneamento básico: fonte de saúde e bem estar . 3. ed. São Paulo: Moderna, 1992. MAGOSSI, Luiz Roberto. Poluição das águas . São Paulo: Moderna, 1990. PEREIRA NETO, João Tinoco. Gerenciamento do lixo urbano: aspectos técnicos e operacionais . Viçosa: Ed. UFV, 2007. PHILIPPI Jr. Arlindo (Ed.). Princípios básicos do saneamento do meio . 10. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2004.		




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA SANITÁRIA E LABORATÓRIO DE SANEAMENTO I		CÓDIGO: QSL5 I
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: III
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Importância da água. Características físicas, químicas e organolépticas. Características químicas inorgânicas. Análises físico-químicas e importância dos principais parâmetros e Legislação Ambiental.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u>		
BRASIL. Manual prático de análise de água . 3ª ed. rev. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2009. DI BERNARDO, Luiz. Ensaio de tratabilidade de água e dos resíduos gerados em estações de tratamento de água . São Carlos – SP: RIMA, 2002. VOGEL, A. Análise Química Quantitativa . 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2002.		
<u>COMPLEMENTAR</u>		
BACCAN, N. Química analítica quantitativa elementar . 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 1979. LANFREDI, Geraldo Ferreira. Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. MAGOSSI, Luiz Roberto. Poluição das águas . São Paulo: Moderna, 1990. PIZA, Fábio de Toledo. Conhecendo e eliminando riscos no trabalho . Rio de Janeiro: CNI, 1997. ROSSIT, Liliansa Allodi. O Meio ambiente de trabalho no direito ambiental brasileiro . São Paulo: LTr, 2001.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
COMPONENTE CURRICULAR: DESENHO TÉCNICO II		CÓDIGO: DTII
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: III
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Desenho em perspectivas. Autocad, Arq3D. Perfis plano-altimétrico. Desenho e interpretação de projetos com curvas de níveis.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> FRENCH, Thomas Ewing. Desenho Técnico e tecnologia gráfica . 2 ed. São Paulo: Globo, 1989. NEIZEL, Ernst. Desenho técnico para a construção civil . São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. PEREIRA, Aldemar. Desenho técnico básico . 9 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.		
<u>COMPLEMENTAR</u> AGUIAR, Fábio Calciolari. 3Ds Max 2009: modelagem, render, efeitos e animação . 2. reimp. São Paulo: Érica, 2010. AYMONE, José Luís Farinatti. AutoCAD 3D: modelando e renderring . São Paulo: Artliber, 2001. FRIEWALD, Leah. Guia do autodesk animator . Rio de Janeiro: Berkeley, 1992. LADEIRA, Marcelo Chaves. AutoCAD 14: guia prático . 2. ed. São Paulo: Érica, 1999. PENTEADO, José de Arruda. Desenho . São Paulo: Nacional, 1965.		




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
COMPONENTE CURRICULAR: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	DE	CÓDIGO: MC
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: III
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Introdução aos materiais de construção. Característica exigida nos materiais de construção. Propriedades Mecânicas. Propriedades Físicas e Químicas. Classificação dos materiais. Aglomerantes- Cimento Portland - Agregados miúdos e graúdos. Granulometria dos agregados. Concreto. Concretos especiais, concretos de alto desempenho. Argamassas. Materiais cerâmicos. PVC. Pré-moldados.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u>		
BAUER, L.A. Materiais de construção civil . V.1. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. _____. Materiais de construção civil . V.2. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. BOTELHO, M.H.C. Concreto armado eu te amo . São Paulo: Edgard Blucher, 1997. GIAMUSSO, S.E. Manual de concreto . São Paulo: Oini, 1992.		
<u>COMPLEMENTAR</u>		
BAUER, L.A. MATERIAIS de construção . 4. ed. e 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1992. _____. MATERIAIS de construção . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. CASCUDO, O. O Controle da corrosão de armaduras de concreto: inspeção e técnicas eletroquímicas . São Paulo: PINI, 1997 GOMIDE, Tito Lívio Ferreira. Engenharia diagnóstica em edificações . São Paulo: PINI, 2009. PETRUCCI, Eládio Gerardo Requião. Materiais de construção . 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1982. RIBEIRO, Carmen Couto. Materiais de construção civil . 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Escola de Engenharia da UFMG, 2002. THOMAZ, Ercio. Trincas em edifícios: causas, prevenção e recuperação . São Paulo: PINI, 1989.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

7.3.4 Módulo IV

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: ÉTICA, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE		CÓDIGO: ECMA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: IV
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Conceito e fundamentos. Cidadania: princípios norteadores. Relação Cidadania e Meio ambiente. Ética e cidadania no movimento ambientalista. Discussões atuais sobre ética ambiental.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> LEFF, Enrique. (Coord.). A complexidade ambiental . São Paulo: Cortez, 2003. _____. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder . Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001. OLIVEIRA, Fátima. Bioética: uma face da cidadania . 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004		
<u>COMPLEMENTAR</u> EIGOTA, Marcos. O Que é educação ambiental . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2009. GRÜN, Mauro. Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária . São Paulo: Papirus, 1996. MACEDO, Edison Flávio. Código de ética profissional comentado: engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, geografia e meteorologia . 4. ed. rev. Brasília: CONFEA, 2011. SÁ, Antonio Lopes de. Ética profissional . 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. SENAC. DN. Ética e trabalho . Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1996.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: MECÂNICA DOS SOLOS		CÓDIGO: MS
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: IV
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
<p>Origem e Natureza dos Solos. A Mecânica dos Solos na Engenharia. As partículas constituintes do solo. Forma e estrutura das Partículas do Solo. O Estado do Solo. Índices Físicos. Identificação tátil – visual dos solos. Grupos de solos: Características gerais dos solos. Prática de ensaios (limites de Atterberg, granulometria, massa específica dos sólidos, umidade e outros). Classificação dos solos. Compactação de solos. Índice de Suporte Califórnia (CBR). Hidráulica dos Solos Introdução. Distribuição pressões no solo. Compressibilidade de Solos. Recalque.</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u>		
<p>CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos solos e suas aplicações: fundamentos. v. 1. 6. ed. rev. e ampl. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p> <p>GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.) Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.</p> <p>PINTO, Carlos de Sousa. Curso básico de mecânica dos solos: em 16 aulas. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.</p>		
<u>COMPLEMENTAR</u>		
<p>A, J. T.; SILVA, A. S. da; BOTELHO, R.G. M. (Org.). Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações. 6. ed. e 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.</p> <p>BRASIL. Manual Técnico de Pedologia. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.</p> <p>CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos solos e suas aplicações, v 2. 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2008.</p> <p>_____. Mecânica dos solos e suas aplicações, volume 3: exercícios e problemas resolvidos. 4. ed. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2010.</p> <p>VARGAS, Milton. Introdução à mecânica dos solos. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.</p> <p>VIEIRA, Lúcio Salgado. Amazônia: seus solos e outros recursos naturais. São Paulo: Agronômica “CERES”, 1987.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: SISTEMAS DE REDES E ESGOTOS		CÓDIGO: SRE
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: IV
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Problemas relacionados às águas residuárias. Impacto devido às águas residuárias. Sistemas de esgotos sanitários. Vazões e contribuições de esgoto. Dimensionamento de rede coletora de esgoto sanitário. Tipos de redes: ramificadas com um só ponto de descarga ou vários. Elaboração de rede de esgoto. Reuso de águas residuárias.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> JORDÃO, Eduardo Pacheco. Tratamento de esgotos domésticos . 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 1995 RODRIGUES, Kelly. Fungos e águas residuárias industriais: nova tecnologia . Recife: Imprima, 2012. VON SPERLING, M. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias – Introdução à qualidade da água e ao tratamento dos esgotos . Belo Horizonte: DESA/UFMG, 1998.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BRASIL. Manual prático de análise de água . 2. ed. Brasília: FUNASA, 2006. CAVINATTO, Vilma Maria. Saneamento básico: fonte de saúde e bem estar . 3. ed. São Paulo: Moderna, 1992. NUVOLARI, A. (coord). Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola . 1ª Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. SOUZA, Walterler Alves de. Tratamento de Água . Natal: CEFET/RN, 2007. VAN ELK, Ana Ghislane Henrique Pereira. Redução de emissões na disposição final . Rio de Janeiro: IBAM, 2007.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: MICROBIOLOGIA E PARASITOLOGIA	CÓDIGO: MP	
MODALIDADE: PRESENCIAL	MÓDULO: IV	
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Conhecimentos básicos de classificação, morfologia, reprodução, fisiologia, genética e cultivo de microrganismos (vírus, bactérias e fungos). Micorrizas: conceito e importância. Microrganismos gram-positivos e gram-negativos: conceito e importância. Noções básicas de Ecologia de microrganismos. Eutrofização. Microrganismos parasitas de interesse à Biologia Sanitária.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BRASIL. Biossegurança em laboratórios biomédicos e microbiologia . Brasília: Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde, 2001. MARSHALL, Jacquelyn R. Manual de laboratório clínico: microbiologia . São Paulo: Livraria Santos, 1995. TRABULSI, Luiz Rachid. Microbiologia . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1996.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BRASIL. Lei 8080 de 18 de setembro de 1990 . Brasília, 1990. CIMERMAN, Benjamin. Atlas de parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos . São Paulo: Atheneu, 2005. MEZZARI, Adelina. Micologia no laboratório . 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001. NEVES, David Pereira. Parasitologia Humana . 9. ed. São Paulo: Atheneu, 1997. RIBEIRO, M. C. Microbiologia prática: roteiro e manual; bactérias e fungos . São Paulo: Atheneu, 2000.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: TRATAMENTO DE ÁGUAS		CÓDIGO: TA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: IV
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
<p>Características das águas. Padrões de potabilidade (legislações). Seleção de tecnologias de tratamento em função da qualidade da água bruta. Pré-tratamento e tratamento convencional (ciclo completo). Correção de pH. Teorias da coagulação. Mistura rápida. Floculação. Decantação. Filtração. Flotação. Desinfecção. Rede de distribuição. Tratamento e disposição dos resíduos gerados nas ETAs (lodo). Estações de tratamento de água (ETAs). Consumo de água. Captação das águas subterrâneas. Captação das águas superficiais. Reservatórios de acumulação e barragens. Linhas adutoras e órgãos acessórios. Reservatórios de distribuição de água. Dessalinização de água.</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<p><u>BÁSICA</u> BRASIL. Manual prático de análise de água. 2. ed. Brasília: FUNASA, 2006. DI BERNARDO, Luiz. Ensaio de tratabilidade de água e dos resíduos gerados em estações de tratamento de água. São Carlos – SP: RIMA, 2002. TSUTIYA, Milton Tomoyuki. Abastecimento de água. São Paulo: USP, Escola Politécnica, Dep. de Engenharia Hidráulica e Sanitária, 2004.</p>		
<p><u>COMPLEMENTAR</u> ANCUSO, Pedro Caetano Sanches; SANTOS, Hilton Felício dos. Reúso de água. Barueri, SP: Manole, 2003. BOTELHO, Manuel Henrique Campos. Águas de chuva: engenharia das águas pluviais nas cidades. São Paulo: Edgard Blücher, 1985. JORDÃO, Eduardo Pacheco. Tratamento de esgotos domésticos. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 1995. NUVOLARI, A. (coord). Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola. 1ª Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. RICHTER, Carlos A. Água: métodos e tecnologia de tratamento. São Paulo: Blücher, 2009.</p>		




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA SANITÁRIA E LABORATÓRIO DE SANEAMENTO II		CÓDIGO: QSLs II
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: IV
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Resíduos líquidos sanitários e industriais. Composição das águas residuais: abordagem inicial. Estudos de Caracterização de Águas Residuais. Características das Águas Residuais. Efeitos do Lançamento de Águas residuais no meio ambiente. Legislação Ambiental. Necessidade de tratamento de águas residuais. Determinações laboratoriais dos parâmetros exigidos na legislação.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u>		
BRASIL. Manual prático de análise de água . 2. ed. Brasília: FUNASA, 2006		
VOGEL, Arthur Israel. Química analítica qualitativa . 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.		
_____. Química analítica quantitativa elementar . 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 1979		
<u>COMPLEMENTAR</u>		
BRASIL. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica . Brasília: Ministério da Saúde, 2006.		
BOTELHO, Manuel Henrique Campos. Águas de chuva: Engenharia das águas pluviais nas cidades . São Paulo: Edgard Blücher, 2011		
JORDÃO, Eduardo Pacheco. Tratamento de esgotos domésticos . 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 1995.		
NUVOLARI, A. (coord). Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola . 1ª Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANT'ANNA JR., Geraldo Lippel. Tratamento biológico de efluentes: fundamentos e aplicações . Rio de Janeiro: Interciências, 2010.		
VON SPERLING, Marcos. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgoto . 3. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental; Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: SEGURANÇA OCUPACIONAL		CÓDIGO: SO
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: IV
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA		
O ambiente de trabalho e os riscos à saúde. Higiene. Prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Aspectos legais. Segurança do trabalho. Noções de toxicologia ocupacional. Controle de emergências. Primeiros socorros.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho & gestão ambiental . São Paulo: Atlas, 2001. LIMA, HELLEN.; GARCIA, JULIANNA MARIA REBOUÇAS. Técnicas e práticas na agroindústria, na construção civil e no ambiente hospitalar . 1. ed. Goiânia: AB VIEIRA, Sebastião Ivone (Coord). Manual de saúde e segurança do trabalho . 2.ed. São Paulo: LTr, 2005.		
<u>COMPLEMENTAR</u> ARAÚJO, G. M. Normas Regulamentadoras Comentadas: legislação de segurança e saúde no trabalho . 8 ed. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora, 2011. BELLUSCI, Silvia Meirelles. Doenças profissionais ou do trabalho . 5. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2003. BISSO, Ely Moraes. O Que é Segurança do trabalho . São Paulo: Brasiliense, 1990. CAMPOS, A. et al. Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações . São Paulo: Senac São Paulo, 2010. CAMPOS, A. CIPA: uma nova abordagem . 16 ed. São Paulo: SENAC, 2011. CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas . São Paulo: Atlas, 1999. PACHECO, J. W. Gestão de segurança e Higiene do Trabalho . São Paulo: Atlas, 1999. PONZETTO. G. Mapa de Riscos Ambientais: Aplicado à engenharia de segurança do trabalho – CIPA NR 05 . 3 ed. São Paulo: LTR, 2010 SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C; AMARAL, L. S. Higiene do Trabalho e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais . São Paulo: LTR, 2002.		





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: ORÇAMENTO		CÓDIGO: OÇ
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: IV
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Conceituação dos elementos constantes de um orçamento de preços de uma obra de saneamento tais como: projeto gráfico e descritivo, etapas e serviços de uma obra de saneamento, quantitativo de serviços, elaboração de composições de custo unitário, coleta de preços de insumos, elaboração de planilha orçamentária de custo e de preço, elementos constantes do BDI, elaboração de cronograma físico-financeiro.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> ANVICENTE, Antonio Zoratto. Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1983. LUNKES, Rogério João. Manual de orçamento . São Paulo: Atlas, 2003. PADOVEZE, Clóvis Luís. Planejamento orçamentário . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BERNARDES,C.; ARKIE,A.; FALCAO,C. de M.; KNUDSEN,F.; VANOSSI,G.; BERNARDES,M.; GIAMMUSSO, Salvador E. Manual do concreto . São Paulo: PINI, 1992. GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira . 3. ed. São Paulo: PINI, 2000. GONÇALVES, Augusto. Alvenaria e pavimentação . Porto Alegre: Sagra, 1982. MANZIONE, Leonardo. Projeto e execução de alvenaria estrutural . São Paulo: O Nome de Rosa, 2004. MATTOS, Aldo Dorea. Como preparar orçamentos de obras: dicas para orçamentistas, estudos de caso, exemplos . 11. imp. São Paulo: PINI, 2011. SILVA, Mozart Bezerra da. Manual da BDI: como incluir benefícios e despesas indiretas em orçamentos de obras de construção civil . São Paulo: Blucher, 2006. TISAKA, Maçahico. Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução . 2. ed. São Paulo: PINI, 2011. YAOKITI,T.U. QUALIDADE e o custo das não-conformidades em obras de construção civil . São Paulo: PINI, SECOVI – SP, 1998.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

7.3.5 Módulo V

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p> 	
COMPONENTE CURRICULAR: AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL		CÓDIGO: AIA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: V
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Conceituação e Definição de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental – Conceitos Gerais. Análise de Risco. Análise preliminar de I.A. Estudo prévio de I.A. Audiências Públicas. Análise custo benefício socioambiental. Ordenamento Territorial. Análise de I.A. – objetivos, conceitos e definições. Estudos de I.A. (EIA). Área de Influência. Diagnóstico Ambiental. Prognóstico. Medidas mitigadoras. Relatório de I.A. (RIMA). Estudos de caso.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> OLIVEIRA, Antonio Inagê de Assis. Introdução à legislação ambiental brasileira e licenciamento ambiental . Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005. PINHEIRO, Antonio Carlos F. B. Ciências do ambiente: ecologia, poluição e impacto ambiental . São Paulo: Makron Book, 1992. SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos . 3. reimp. São Paulo: Oficina de textos, 2008.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BRASIL. Manual prático de análise de água . 2. ed. Brasília: FUNASA, 2006. HELENE, Maria Elisa Marcondes. Florestas: desmatamento e destruição . São Paulo: Scipione, 2001. LANFREDI, Geraldo Ferreira. Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. LANFREDI, Geraldo Ferreira. Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. ROSSIT, Liliana Allodi. O Meio ambiente de trabalho no direito ambiental brasileiro . São Paulo: LTr, 2001.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: INSTALAÇÕES PREDIAIS HIDRO SANITÁRIAS E PLUVIAIS		CÓDIGO: IPHSP
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: V
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
Instalação predial de água fria. Instalação predial de água quente. Instalação predial de esgoto sanitário. Instalação predial de água pluvial. Instalação predial de combate a incêndio. Instalação predial de gás.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BORGES, Ruth Silveira. Manual de instalações prediais hidráulico-sanitárias e de gás . 4. ed. São Paulo: Pini, 1992. BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Instalações hidráulicas prediais: usando tubos de PVC e PPR . 3. ed. São Paulo: E. Blücher, 2012. _____. Manual técnico de instalações hidráulicas e sanitárias . 2. ed. São Paulo: Pini, 1991.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BORGES, R.S.; BORGES, W. L. Instalações Prediais Hidráulico-Sanitárias e de Gás . São Paulo: Pini, 1992. CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1991. GARCEZ, Lucas Nogueira. Elementos de engenharia hidráulica e sanitária . 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1999. MELO, Vanderley de Oliveira. Instalações prediais hidráulicas sanitárias . São Paulo: Edgard Blücher, 1988. TUCCI, Rubem Laina Porto. Drenagem urbana . Porto Alegre: ABRH/Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA		CÓDIGO: SDU
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: V
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Conceituação dos conhecimentos básicos sobre a hidrologia de bacias urbanas e os impactos no ciclo hidrológico provenientes da urbanização; Sistemas de drenagem urbana e rural; plano diretor de drenagem urbana; ocupação das baixadas e suas consequências; planejamento de macro drenagem; propagação de cheias; estudo e avaliação das relações intensidade-duração-frequência; sistema geral de drenagem; sistema de galerias pluviais; relação entre o sistema de galerias pluviais e o sistema geral de drenagem.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BRASIL. Manual de saneamento . 4 ed. Brasília: FUNASA, 2006. CANHOLI, Aluísio Pardo. Drenagem urbana e controle de enchentes . São Paulo: Oficina de Textos, 2005. _____. Drenagem urbana e controle de enchentes . São Paulo: Oficina de Textos, 2009. TUCCI, Rubem La Laina Porto. Drenagem urbana . Porto Alegre: ABRH / Ed. da Universidade / UFRGS, 1995.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BRASIL. 1º caderno de pesquisa em engenharia de saúde pública . 2. ed. rev. Brasília: FUNASA, 2006. _____. 2º caderno de pesquisa em engenharia de saúde pública . Brasília: FUNASA, 2006. LOUREIRO, Blanor Torres. Pequenas barragens de terra . Viçosa – MG: UFV / Dep. de Engenharia Civil, 1995. VON LINSINGEN, Irlan. Fundamentos de sistemas hidráulicos . 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. _____. Avaliação de pequenas barragens . Brasília: Secretaria de Irrigação, 1993.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
COMPONENTE CURRICULAR: VIGILANÇA SANITÁRIA E CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO		CÓDIGO: VSCE
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: V
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Conceituação de Saúde. Epidemiologia – Conceitos Gerais. Vigilância Epidemiológica. Ecologia das doenças (Vetores). O que são doenças emergentes e doenças ré emergentes. Vigilância Sanitária. Aspectos gerais das grandes epidemias no Brasil. Resíduos sólidos de serviços de saúde. Saúde Ambiental. Estudos de caso.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de (Orgs.). Resíduos: como lidar com recursos naturais . São Leopoldo: Oikos, 2008. BIDONE, Ricardo Figueira. Tratamento de lixo de aterro sanitário por um sistema composto por filtros anaeróbicos seguidos de banhados construídos: estudo de caso – central de resíduos do recreio, em Minas do Leão – RS . São Carlos: Blücher Acadêmico, 2008. TSUTIYA, Milton Tomoyuki. Abastecimento de água . São Paulo: USP, Escola Politécnica, Dep. de Engenharia Hidráulica e Sanitária, 2004.		
<u>COMPLEMENTAR</u> ANCUSO, Pedro Caetano Sanches; SANTOS, Hilton Felício dos. Reúso de água . Barueri, SP: Manole, 2003. BOTELHO, Manuel Henrique Campos. Águas de chuva: engenharia das águas pluviais nas cidades . São Paulo: Edgard Blücher, 1985. _____. Águas de chuva: engenharia das águas pluviais nas cidades . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blücher, 2011. BRASIL. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica . Brasília: Ministério da Saúde, 2006. RODRIGUES, Kelly. Fungos e águas residuárias industriais: nova tecnologia . Recife: Imprima, 2012. SANT'ANNA JR., Geraldo Lippel. Tratamento biológico de efluentes: fundamentos e aplicações . Rio de Janeiro: Interciências, 2010. VON SPERLING, Marcos. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgoto . 3. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental; Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: TRATAMENTO DE ESGOTO		CÓDIGO: TE
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: V
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Águas residuárias: Visão de saúde e Ambiental. Aspectos conceituais. Características das águas residuárias. Esgotamento sanitário. Sistema de tratamento de águas residuárias (SAR). Partes constituintes de um sistema de tratamento de águas residuárias. Tratamento de águas residuárias. Sistemas de tratamento. Tratamento e destino final dos esgotos domésticos.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BRASIL. Manual de saneamento . 3. ed. Brasília: FUNASA, 2004. JORDÃO, Eduardo Pacheco. Tratamento de esgotos domésticos . 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 1995 VON SPERLING, Marcos. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgoto . 3. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental; Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.		
<u>COMPLEMENTAR</u> FURTADO, Eliana Fernandes. Bioensaio toxicológico com cianobactérias do efluente da lagoa de estabilização e do igarapé grande, Boa Vista-RR . Boa Vista, RR: 2011. NUVOLARI, A. (coord). Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola . 1ª Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. RICHTER, Carlos A. Água: métodos e tecnologia de tratamento . São Paulo: Blücher, 2009. _____, Carlos A. Tratamento de água: tecnologia atualizada . São Paulo: Blücher, 1991. SOUZA, Walterler Alves de. Tratamento de Água . Natal: CEFET/RN, 2007.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		CÓDIGO: GTRS
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: V
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA		
Caracterização dos resíduos sólidos; Disposição final dos resíduos sólidos; Controle dos resíduos sólidos (acondicionamento, coleta, transporte, armazenamento); Resíduos sólidos especiais (Lixo hospitalar); Técnicas de tratamento de resíduos sólidos secos e hospitalar; Aterro Sanitário, Reciclagem e Reutilização, Normas Técnicas.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BIDONE, Ricardo Figueira. Tratamento de lixiviado de aterro sanitário por um sistema composto por filtros anaeróbicos seguidos de banhados construídos: estudo de caso – central de resíduos do recreio, em Minas do Leão – RS. São Carlos: Blücher Acadêmico, 2008. LIMA, Luiz Mário Queiroz. Remediação de lixões municipais (aplicação da biotecnologia). São Paulo: Hemus, 2005. MESQUITA JÚNIOR, José Maria de. Gestão integrada de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BATALHA, Isso Hur Luttembarck. Fossa séptica. 2. ed. São Paulo: CETESP, 1989. FURTADO, Eliana Fernandes. Bioensaio toxicológico com cianobactérias do efluente da lagoa de estabilização e do igarapé grande, Boa Vista-RR. Boa Vista, RR: 2011. MONTEIRO, J.H.P. et al. Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. NUVOLARI, A. (coord). Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola. 1ª Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. RICHTER, Carlos A. Água: métodos e tecnologia de tratamento. São Paulo: Blücher, 2009. SOUZA, Walterler Alves de. Tratamento de Água. Natal: CEFET/RN, 2007.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: POLUIÇÃO AMBIENTAL		CÓDIGO: PA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: V
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA		
Noções sobre Poluição ambiental; Sistemas de controle de poluição hídrica; Sistemas de controle de poluição atmosférica; Sistema de controle de poluição do solo.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BRANCO, Samuel Murgel. Poluição do ar . 2. ed. reform. 13. impr. São Paulo: Moderna, 2010. MAGOSSI, Luiz Roberto. Poluição das águas . São Paulo: Moderna, 1990. MANO, Eloisa Biasotto. Meio ambiente, poluição e reciclagem . 2. ed. São Paulo: Blücher, 2012		
<u>COMPLEMENTAR</u> BIDONE, Ricardo Figueira. Tratamento de lixiviado de aterro sanitário por um sistema composto por filtros anaeróbicos seguidos de banhados construídos: estudo de caso – central de resíduos do recreio, em Minas do Leão – RS . São Carlos: Blücher Acadêmico, 2008. MESQUITA JÚNIOR, José Maria de. Gestão integrada de resíduos sólidos . Rio de Janeiro: IBAM, 2007. NASCIMENTO, J. W. do; SILVA, E. P. da; BARBOSA, N. P. Resíduos industriais: na construção de habitações de interesse social . Campina Grande – PB: Agenda, 2010. ROMANI, Andréa Pitanguy de. Agregando valor social e ambiental . Rio de Janeiro: IBAM, 2007. VAN ELK, Ana Ghislane Henrique Pereira. Redução de emissões na disposição final . Rio de Janeiro: IBAM, 2007.		





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		CÓDIGO: TCC I
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: V
CARGA HORÁRIA: 40H		
EMENTA		
Delineamento da Pesquisa; Elaboração do Projeto de TCC, desde o levantamento e fichamento da bibliografia até a estrutura do projeto; Qualificação.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> CERVO, Amado L. Metodologia científica . 6. reimp. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. FIGUEIREDO, Antonio Macena de. Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica a apresentação do texto final . 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação . São Paulo: Loyola, 2005.		
<u>COMPLEMENTAR</u> DYNIEWICZ, Ana Maria. Metodologia da Pesquisa em saúde para iniciantes . 2. ed. São Caetano do S-SP: Difusão, 2009. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas 2006. MARTINS, Gilberto de Andrade. Guia para elaboração de monografias e trabalho de conclusão de curso . São Paulo: Atlas, 2000. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 23. ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2009.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

7.3.6 Módulo VI

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS		CÓDIGO: RAD
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: VI
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
<p>O projeto de recuperação de áreas degradadas está ligado com avaliação de um ecossistema; avaliação da qualidade do solo na sua forma física (erosão), química (nutrientes) e biológica; avaliação dos componentes hídricos como: corpos d'água naturais, sistema de drenagem, impermeabilização da superfície e infiltração; adequação da área a atividades sustentáveis e manejo ambiental.</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<p><u>BÁSICA</u> ALCÂNTARA, Josina Maria Pontes Ribeiro de; PLESE, L. P. M. (Org.); ROWEDER, C. (Org.); TEIXEIRA, M. A. C. (Org.); SANCHEZ, E. C. O. (Org.); TEIXEIRA, S. T. (Org.); GARCIA, A. M. L. (Org.); FARIAS, C. S. (Org.). Áreas Degradadas da Amazônia: Perspectivas Sustentáveis para a Exploração Econômica. 1. ed. Rio Branco: PROIN/IFAC, 2013. ARAÚJO, Gustavo Henrique de Sousa. Gestão ambiental de áreas degradadas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. CORRÊA, Rodrigo Studart. Recuperação de áreas degradadas pela mineração no cerrado: manual para revegetação. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Universa, 2009.</p>		
<p><u>COMPLEMENTAR</u> BRASIL. Agenda 21: o caso do Brasil: perguntas e respostas. Brasília: MMA, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998. BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Brasília: MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio CDS / UnB / Abipti, 2000. _____. Gestão dos recursos naturais. Brasília: MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio TC / BR / FUNATURA, 2001. CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. CUNHA, Sandra Baptista da. Avaliação e perícia ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. PHILIPPI JUNIOR, A., ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Orgs.). Política e gestão ambiental: Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Manole, 2004. MARTINS, S. V. Recuperação de áreas degradadas: ações em áreas de preservação permanente,</p>		




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

voçorocas, taludes rodoviário e de mineração. Viçosa: Aprenda Fácil, 2009.
MOERI, E.; COELHO, R.; MARKER, A. **Remediação e revitalização de áreas contaminadas: aspectos técnicos, legais e financeiros.** São Paulo: Signus, 2004.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: REGULAMENTAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL		CÓDIGO: RGA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: VI
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
<p>A disciplina de Regulamentação e Gestão Ambiental apresenta o tratamento concedido pelo ordenamento jurídico brasileiro ao meio ambiente, abordando a tutela constitucional do meio ambiente, sua relação com o Estado, através da Política Nacional do Meio Ambiente, a sua estrutura legal formada pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente, o conhecimento da legislação específica que trata da proteção da fauna, flora, recursos hídricos, poluição, resíduos, responsabilidade administrativa e penal do gestor ambiental, através do reconhecimento e conhecimento da Lei dos Crimes Ambientais.</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<p><u>BÁSICA</u> ALCÂNTARA, Josina Maria Pontes Ribeiro de; PLESE, L. P. M. (Org.); ROWEDER, C. (Org.); TEIXEIRA, M. A. C. (Org.); SANCHEZ, E. C. O. (Org.); TEIXEIRA, S. T. (Org.); GARCIA, A. M. L. (Org.); FARIAS, C. S. (Org.). Áreas Degradadas da Amazônia: Perspectivas Sustentáveis para a Exploração Econômica. 1. ed. Rio Branco: PROIN/IFAC, 2013. ARAÚJO, Gustavo Henrique de Sousa. Gestão ambiental de áreas degradadas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. CORRÊA, Rodrigo Studart. Recuperação de áreas degradadas pela mineração no cerrado: manual para revegetação. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Universa, 2009.</p>		
<p><u>COMPLEMENTAR</u> ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002. ARAÚJO, Gustavo Henrique de Sousa. Gestão ambiental de áreas degradadas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Brasília: MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio CDS / UnB / Abipti, 2000. _____. Gestão dos recursos naturais. Brasília: MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio TC / BR / FUNATURA, 2001. QUINTAS, José Silva. Introdução à gestão ambiental pública. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR:	MONITORAMENTO	CÓDIGO: MAB
AMBIENTAL		
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: VI
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA		
<p>Bases para monitoramento. Monitoramento como parte integrante de sistema de gestão ambiental. Conceitos de qualidade ambiental, poluição, padrões de qualidade e de emissão. Atividades de degradação em bacias hidrográficas, meio urbano e reservas naturais. Indicadores ambientais. Fontes de poluição atmosféricas móveis e estacionárias. Técnicas de monitoramento de poluentes atmosféricos. Técnicas de monitoramento de ruídos, odores, emissões veiculares, emissões gasosas e particulados de chaminés. Mapeamento e zoneamento do meio ambiente.</p>		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<p><u>BÁSICA</u> ALBUQUERQUE, M. C. S. Diagnóstico e proposta de monitoramento da unidade de conservação parque municipal de Lajinha. Juiz de Fora: UFJF, 1999. FORESTE, Celina. Análise Ambiental. São Paulo: Ed. T. A. Queiroz, 1995. SILVA, E. Técnicas de avaliação de impactos ambientais: Série Saneamento e Meio Ambiente. Manual n. 199. Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 1999.</p>		
<p><u>COMPLEMENTAR</u> CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. CUNHA, Sandra Baptista da. Avaliação e perícia ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. LOCH, Carlos. Elementos básicos de fotogrametria e sua utilização prática. 3. ed. Florianópolis – SC: UFSC, 1994. _____. Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais. 2. ed. Florianópolis – SC: UFSC, 1989. MINETTE, Enivaldo. Mapas e cortes geológicos. Viçosa – MG: UFV – Departamento de Engenharia Civil, 1988.</p>		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		CÓDIGO: TCC II
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: VI
CARGA HORÁRIA: 60H		
EMENTA		
Finalização da execução da pesquisa devidamente planejada em forma de projeto no TCC I; Redação final do TCC; Preparação para a defesa frente à banca examinadora.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> FURASTÉ, Augusto Pedro. Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação . 14. ed. Porto Alegre: 2008. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica: Ciência, conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. _____. Metodologia de Trabalho Científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
<u>COMPLEMENTAR</u> DYNIEWICZ, Ana Maria. Metodologia da Pesquisa em saúde para iniciantes . 2. ed. São Caetano do S-SP: Difusão, 2009. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas 2006. MARTINS, Gilberto de Andrade. Guia para elaboração de monografias e trabalho de conclusão de curso . São Paulo: Atlas, 2000. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 23. ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2009.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: LIBRAS		CÓDIGO: LB
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: IV
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; Legislação; Parâmetros da LIBRAS; Comunicação em contexto.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> FERNANDES, E. Surdez e Bilinguismo . Porto Alegre: Mediação, 2005. QUADROS, R. M. Educação de surdos . Porto Alegre: Artmed, 1997. SKLIAR, C. Atualidade da educação Bilíngue para Surdos . 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BRASIL. Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades educativas especiais . Brasília: MEC / SEESP, 1995. _____. Política nacional de educação especial . Brasília: a Secretaria, 1994. LUCHESE, Maria Regina C. Educação de pessoas surdas: experiências vividas, histórias narradas . Campinas – SP: Papirus, 2003. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 4. imp. São Paulo: Moderna, 2005. _____. Inclusão escolar: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2006. _____. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema . São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997. MARQUEZINE, Maria Cristina. Procedimentos de ensino em educação especial . Londrina: Eduel, 2003. NUNES, Terezinha. Dificuldades na aprendizagem da leitura: teoria e prática . São Paulo: Cortez, 1992. RAMOS, Rossana. Passos para a inclusão: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais . 5. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2010 RECHICO, Cinara Franco. Da educação especial à educação inclusiva: significados políticos, filosóficos e legais . Boa Vista: Ed. da UFRR, 2008. REILY, Lúcia. Escola inclusiva: linguagem e mediação . Campinas – SP: Papirus, 2004. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas . São Paulo: Plexus, 2007. SKLIAR, C. Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística . 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: SENSORIAMENTO REMOTO E GEOPROCESSAMENTO APLICADO		CÓDIGO: SRGA
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: VI
CARGA HORÁRIA: 45H		
EMENTA		
Conhecer o histórico e a evolução do sensoriamento remoto, princípios físicos do sensoriamento remoto e os elementos de representação com a aplicação de Sistema de Informação Geográfica – SIG. Geoprocessamento: técnicas e geotecnologias e interpretação de imagens.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> CÂMARA, G.; CASANOVA, M. A.; HEMERLY, A. S.; MAGALHÃES, G. C.; MEDEIROS, C. M. B. Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica . Campinas: Instituto de Computação, UNICAMP, 1996. FLOREZANO, T.G. Iniciação em sensoriamento remoto . 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos 2007 SILVA, J.X. Geoprocessamento e análise ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.		
<u>COMPLEMENTAR</u> BRASIL. Zoneamento geoambiental e agroecológico do Estado de Goiás: região nordeste . Rio de Janeiro: IBGE, 1995. _____. Desenvolvimento e conservação do meio ambiente: pesquisa de opinião com lideranças e a população da Amazônia . Brasília: WWF-Brasil, 2001. CUNHA, Sandra Baptista da. Avaliação e perícia ambiental . 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. JACOBI, Pedro Roberto. Cidade e meio ambiente: percepção e práticas em São Paulo . São Paulo: Annablume, 2000. NOVO, Evlyn Márcia Leão de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações . 2 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1992.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL		CÓDIGO: ELP
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: VI
CARGA HORÁRIA: 30H		
EMENTA		
A regulamentação do MEC e sua legislação para o sistema de educação superior. Os paradigmas resultantes da formação tecnológica. A nova ótica do exercício profissional. Organização do sistema CONFEA/CREA's. A legislação profissional e trabalhista. As atribuições profissionais. A Constituição Federal e o direito do trabalho. O Código de Defesa do Consumidor. O Código de ética profissional. A organização profissional. Noções de direito e cidadania. Responsabilidade e direitos dos profissionais.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> ALVES, Júlia Falivene. Ética e cidadania . São Paulo: Copidart, 2000. PUSCH, Jaime. Ética e direitos profissionais . Curitiba, 2006. _____. Ética e organização profissional . Curitiba, 2006.		
<u>COMPLEMENTAR</u> CARVALHO, A. R. de. Princípios básicos do saneamento do meio . 10. ed. São Paulo:Ed. SENAC São Paulo, 2004. MACEDO, Edison Flávio. Código de ética profissional comentado: engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, geografia e meteorologia . 4. ed. rev. Brasília: CONFEA, 2011. SÁ, Antonio Lopes de. Ética profissional . 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. SANTOS, Adriana Paula Oliveira. Ecopráticas na EPT: desenvolvimento, meio ambiente e sustentabilidade . Maceió: IFAL, 2011. SENAC. DN. Ética e trabalho . Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1996.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
COMPONENTE CURRICULAR: ESTÁGIO SUPERVISIONADO		CÓDIGO: ES
MODALIDADE: PRESENCIAL		MÓDULO: VI
CARGA HORÁRIA: 100H		
EMENTA		
Consolidação e complementação do processo de ensino- aprendizagem da gestão dos serviços hospitalares de forma a proporcionar a vivência prática do gerenciamento e organização do cuidado e da unidade hospitalar; Planejamento, organização, execução e avaliação da assistência e do serviço gerencial da unidade hospitalar; Produção e socialização de relatório.		
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA		
<u>BÁSICA</u> BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: Estágio supervisionado . 3. ed. São Paulo- SP: Thomson, 2003. INSTITUTO EUVALDO LODI. Lei de estágio: tudo o que você precisa saber . Brasília, 2010. PORTELA, Keyla Christina Almeida. Estágio supervisionado: teoria e prática . Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2007.		
<u>COMPLEMENTAR</u> Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10719 – apresentação de relatórios técnicos e científicos . Rio de Janeiro. 01 de agosto de 1989 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia de Trabalho Científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 23. ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2009. ROSSIT, Liliana Allodi. O Meio ambiente de trabalho no direito ambiental brasileiro . São Paulo: LTr, 2001.		

7.4 PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

As práticas profissionais integram o currículo do curso, contribuindo para que a relação teoria-prática e sua dimensão dialógica estejam presentes em todo o percurso formativo. São momentos estratégicos do curso em que o estudante constrói conhecimentos e experiências por meio do contato com a realidade cotidiana. É um momento ímpar de conhecer e praticar *in loco* o que está aprendendo no ambiente acadêmico. Caracteriza-se pelo efetivo envolvimento do sujeito com o dia a dia das decisões e tarefas que permeiam a atividade profissional.

O desenvolvimento da prática profissional ocorrerá de forma articulada possibilitando a integração entre os diferentes componentes curriculares.

Por não estar desvinculada da teoria, a prática profissional constitui e compõe o currículo sendo desenvolvida ao longo do curso por meio de atividades, tais como: estudo de caso, conhecimento do mercado e das unidades de saúde, visitas técnicas, pesquisas individuais e em equipe, desenvolvimento de projetos e eventos científicos, exercícios profissionais efetivos, entre outros.

A definição dessas atividades poderá ser efetuada conjuntamente por estudantes e professores dos diversos componentes curriculares a partir de sugestões das partes envolvidas e em parcerias com órgãos vinculados ao IFRR/CBV.

7.5 ESTÁGIO CURRICULAR

Com base na Resolução nº 028 do Conselho Superior, de 21 de fevereiro de 2011 do Instituto Federal de Roraima, na Instrução Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008 da Secretaria de Recursos Humanos/Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como na Lei Nacional de Estágio Nº 11.788/2008 da Presidência da República, o estágio curricular supervisionada é um dos instrumentos para a prática profissional no curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental e tem como objetivo articular os conhecimentos construídos durante o curso à prática de trabalho na área.

As modalidades de Estágio Curricular Supervisionado, previstas nos cursos do Instituto Federal de Roraima, são: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, aquele



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

definido como pré-requisito no Projeto Pedagógico do Curso para aprovação e obtenção do diploma; Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório, aquele de caráter opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória do curso e com prévia tramitação pelo Setor de Estágios. A realização em ambas as modalidades, deve atender a regulamentação específica de estágio do IFRR.

O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado em empresas pública ou privada, desde que previamente oficializadas com a Entidade Educacional e que apresentem condições de proporcionar experiências na área de formação do educando. Os Profissionais liberais com registros em Conselhos Profissionais, que atendam às condições legais, podem receber estagiários de área afim.

O IFRR e a Instituição onde será desenvolvido o Estágio caracterizarão e definirão o Estágio Curricular Supervisionado por meio de Termos de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado.

A jornada diária do estágio será compatível com o horário escolar do estudante e não poderá prejudicar suas atividades acadêmicas. De acordo com a legislação vigente os alunos de ensino superior e da educação profissional poderão cumprir uma carga horária máxima de estágio de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, o aluno em estágio poderá ter jornada de até 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

O tempo previsto para Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será contado a partir do início do período letivo, precedido de matrícula no componente curricular e cumprirá as etapas previstas no Plano de Ensino deste componente. O acadêmico que deixar de cumprir as atividades de Estágio Curricular Supervisionado nas datas previstas e não oficiar o Departamento/Diretoria de Extensão e o Professor Orientador perderá o direito de conclusão de seu Estágio naquele semestre letivo.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental terá duração de 100 horas, devendo iniciar a partir da segunda metade do curso, a partir do momento em que o aluno tenha cursado 1200 horas em componentes curriculares obrigatórios.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Os procedimentos formais para efetivação do estágio seguirão os seguintes passos:

- ✓ Visita ao ambiente de estágio para conhecer a realidade, coletar dados sobre a instituição objeto de estágio e/ou aula teórica com o professor orientador;
- ✓ Elaboração do plano de estágio, sob a orientação do professor orientador;
- ✓ Oficialização do estágio a partir da assinatura do Termo de compromisso de Estágio (DIREX/IFRR);
- ✓ Desenvolvimento das atividades de estágio;
- ✓ Realização de visitas periódicas ao estagiário em seu ambiente de estágio, por parte do professor orientador;
- ✓ Realização de reuniões periódica entre estagiário, professores-orientadores e coordenação do curso;
- ✓ Avaliação do estagiário, realizada pela instituição concedente;
- ✓ Auto-avaliação do estagiário;
- ✓ Avaliação do estagiário, realizada pelo professor orientador do estágio;
- ✓ Elaboração e apresentação do Relatório de Estágio.

Uma vez concluído o Estágio, o aluno deverá entregar o Relatório de Estágio Curricular Supervisionado assinado pelo Professor Orientador, ao docente orientador de estágio do curso e participar da Defesa/ Apresentação de Estágio perante uma Banca de Avaliação, conforme calendário a ser estabelecido pelas Coordenações responsáveis.

A assinatura do Professor Orientador subentende que ele aprovou o relatório, segundo critérios mínimos de aprovação.

Os instrumentos para a avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental serão:

- ✓ Ficha de Avaliação do estagiário, realizada pela instituição concedente;
- ✓ Relatório de Estágio;
- ✓ Explicação oral perante a Banca Avaliadora.

Será aprovado o aluno que obtiver a nota mínima 7,0 (sete) na referida avaliação.

A carga horária de estágio, bem como a avaliação do estágio, deve ser integralizada no prazo do período letivo em que está matriculado, ao contrário, o aluno será reprovado no



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
estágio devendo realizar nova matrícula no semestre de oferta seguinte e concluir o estágio observado o prazo para integralização do curso.

O estudante poderá, ao longo do curso, realizar estágio não obrigatório em instituições que o IFRR/CBV possua convênio. A realização do estágio não obrigatório não dispensa o estudante da realização do estágio curricular obrigatório para o curso.

7.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será baseado nos objetivos de formação do Curso, desenvolvido com a finalidade de aprimorar as habilidades e competências práticas do profissional.

Os temas ou áreas e abordagem para elaboração do TCC, poderão ser retiradas dos trabalhos desenvolvidos durante as atividades práticas do curso, principalmente dos trabalhos interdisciplinares, com informações obtidas durante o estágio, práticas pedagógicas, atividades de pesquisa, entre outras.

Este trabalho de conclusão consistirá na elaboração de uma monografia que será acompanhada e orientada por um professor do IFRR e será regulamentada com as normas do manual para elaboração de TCC do IFRR, para a sua elaboração e apresentações escrita e defesa oral, perante uma banca examinadora.

7.7 PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

A interdisciplinaridade será promovida por meio do Projeto Integrador, planejado antecipadamente a cada módulo, cujo eixo condutor será definido pelo conjunto dos componentes curriculares a serem desenvolvidos por mais de um componente curricular do módulo, garantindo: contextualização com a proposta curricular do módulo; inter-relação entre conteúdos, garantindo a expressão de vivências construídas durante o desenvolvimento do processo pedagógico de cada módulo; ampliação dos conhecimentos teórico-práticos que serão demonstrados mediante uma ação concreta; formação continuada das ações



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

desenvolvidas a cada módulo, de maneira a favorecer a conexão entre os módulos, garantindo a construção do perfil profissional proposto no curso; a possibilidade de autonomia e empreendedorismo na organização de ações e projetos inovadores que a cada módulo se intensificam e ampliam sua complexidade.

Neste sentido, o processo de ensino-aprendizagem seguirá os seguintes passos:

- ✓ Chuva de ideias: feita pelos alunos sob orientação dos professores orientadores, os quais auxiliarão o grupo no desenvolvimento dos projetos definidos;
- ✓ Delimitação: tema ou problema a ser trabalhado;
- ✓ Organização: por grupo de alunos, sob a orientação de um professor-coordenador, que mediante planejamento prévio deverá garantir os saberes desenvolvidos no decorrer do módulo;
- ✓ Desenvolvimento: coleta de informações; compilação e organização do material para a realização do projeto (produto final):
- ✓ Apresentação do projeto;
- ✓ Avaliação do processo ensino aprendizagem tendo como parâmetro os princípios da proposta pedagógica e curricular, a função social e os objetivos da escola, os objetivos da área de conhecimento e as respectivas competências e habilidades gerais e específicas compreendendo todas as dimensões do comportamento humano, no aspectos cognitivos, afetivo e psicomotor.

Já as atividades de pesquisa organizar-se-ão em linhas de pesquisa que constituem sistemas de referência no qual formam a base de grupos de pesquisa, congregando professores, pesquisadores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação e seus respectivos projetos de pesquisa.

Está contemplado no presente projeto pedagógico de curso a linha de pesquisa: “Meio Ambiente e Saúde”, como eixo principal de integração no qual serão estruturados os projetos e as atividades de pesquisa e de iniciação científica do curso.

A iniciação científica está fundamentada na participação dos estudantes do Curso em atividades e projetos de pesquisa, estimulando o desenvolvimento do pensamento, da prática



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
científica e do senso crítico sobre as questões ambientais e de saúde, sob a orientação de pesquisadores e/ou professores do IFRR e de outras Instituições, com a devida ciência ao Coordenador do Curso.

Este incentivo dar-se-á através da participação dos estudantes em atividades de pesquisa através de projetos de Iniciação Científica, desenvolvidos via instituição: Projeto PIBICT – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica, para estudantes de Graduação e do Ensino Técnico); PIBAEX; PIPAD; INOVA; Revista Norte Científico e programas desta natureza de outras Instituições. Através deste processo, o estudante deverá ser qualificado para o ingresso em programas de pós-graduação; aprimorando o processo de formação de profissionais para o setor produtivo; estimulando o incremento da produção científica da Instituição e despertando a vocação para a pesquisa.

7.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares visam proporcionar experiências educativas que ampliam a formação acadêmica dos estudantes e desenvolvem a capacidade de interpretação das questões científico-pedagógicas e sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa.

São cursos de pequena duração, seminários, fóruns, palestras, dias de campo, visitas técnicas, realização de estágios não curriculares e outras atividades que articulem os currículos a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis, que não ultrapasse 10% da carga horária mínima do curso.

As atividades complementares no Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental seguem com carga horária de 100 (cem) horas e estão previstas para terem início no segundo semestre, no entanto, o estudante poderá participar das mesmas a partir do primeiro semestre. As atividades Complementares são as seguintes:

- ✓ Participação em evento de cunho científico como: simpósios, fóruns de debate, congressos, seminários;
- ✓ Participação como ouvinte em palestras;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- ✓ Elaboração e execução de projetos de intervenção pelos estudantes, sob orientação do professor de determinado componente curricular ou de forma interdisciplinar;
- ✓ Redação de artigos, capítulos de livros, resenhas, papers e outros nas diversas áreas e componentes curriculares;
- ✓ Monitoria nas disciplinas explicitadas neste plano;
- ✓ Curso, projeto e outras atividades de Extensão;
- ✓ Projeto de Iniciação Científica.

Para a comprovação da carga horária da participação em eventos, palestras, curso e atividades de extensão o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação no evento.

A comprovação da carga horária da redação de artigos, capítulos de livros, resenhas, papers e outros, elaboração e execução de projetos de intervenção, iniciação científica e extensão e das atividades de monitoria será feita por meio de relatórios elaborados pelo estudante sob orientação de um professor do curso.

As atividades que poderão ser consideradas e avaliadas, bem como as horas consideradas, seguirão em regulamento das Atividades Complementares do Curso de Saneamento Ambiental.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

8.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.

O Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental utilizará o sistema de avaliação da aprendizagem do discente adotada pela organização didática do IFRR, no sentido de verificar os níveis de assimilação do conhecimento, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam através das competências requeridas para a qualificação profissional. Durante o processo, a avaliação da aprendizagem assumirá as funções diagnósticas, formativa e somativa, sendo realizada de forma contínua, observando-se o



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

equilíbrio entre os aspectos quantitativos e qualitativos. O sistema estabelece duas fases distintas:

a) Pelo menos dois instrumentos avaliativos, expressos no plano de ensino dos docentes e previamente apresentados aos discentes, no início do componente curricular.

A avaliação dos alunos pode se dar, de acordo com as especificidades da disciplina, mediante instrumentos explícitos na organização didática: observação contínua, elaboração de portfólio, trabalhos individuais e/ou coletivos, provas escritas, resolução de exercícios, desenvolvimento e apresentações de projetos, seminários, relatórios, provas práticas, provas orais, visita técnica e outras a critério do professor.

O docente também considerará no processo de avaliação da aprendizagem do aluno, além do conhecimento específico, o comportamento, a assiduidade e pontualidade, princípios éticos e morais, espírito de solidariedade, companheirismo, respeito ao outro e ao bem comum.

Além disso, é direito do discente avaliação de segunda chamada, desde que solicitada pelo aluno na Coordenação de Curso que está lotada a disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da prova á qual não se fez presente e mediante a apresentação dos documentos justificados, conforme mencionados na organização didática: Atestado médico, Declaração de corporação militar, Declaração da direção de ensino do *Campus*, Ordem Judicial, Certidão de óbito. A desatenção em relação a esse prazo resultará em nota 0,0 (zero) na respectiva avaliação.

O prazo de aplicação da segunda chamada são de 8 (oito) dias a contar do deferimento do pedido, emitido após a análise do requerimento realizada pela coordenação do curso e pelo docente responsável do componente curricular, dentro do prazo de 24 horas após notificação ao docente.

b) Exame final: ocorre ao final do período letivo. Esta avaliação é aplicada aos alunos que não obtiveram desempenho acadêmico suficiente para aprovação direta, como menciona a organização didática vigente: o discente fará o exame final desde que obtenha nota na média modular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete). Neste caso a Média Final (MF) será calculada somando a Média Modular (MM) á nota do Exame Final (EF) e dividindo este



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

resultado por 2 (dois): $MF = (MM + EF) / 2$. Caso a nota modular, após o exame final, seja inferior a 7,0 (sete) o aluno será considerado Reprovado por nota.

O curso caracteriza-se por ser modular, podendo ofertar disciplinas na modalidade semipresencial, integral ou parcial, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso e as avaliações sejam aplicadas na forma presencial. De acordo com a Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 – MEC caracteriza-se como modalidade semipresencial quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

Neste contexto, o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental disponibiliza aos alunos aulas na modalidade semipresencial. Por intermédio de atividades orientadas, tais como leituras e trabalhos que poderão ser desenvolvidos fora do ambiente de sala de aula. Deste modo, os estudantes aprendem a lidar com as ferramentas tecnológicas, administrando atividades à distância, sem qualquer prejuízo à sua formação.

O desenvolvimento das disciplinas semipresenciais reúne atividades presenciais com atividades à distância nas quais poderá utilizar a plataforma Moodle disponibilizada pela Direção de Ensino à Distância do IFRR, essa modalidade não está restrita à interação entre alunos e professores no ambiente virtual. Sabendo que o alcance do uso de mídias é de vital importância para criar e sustentar a comunicação pessoal, se contará com o apoio de livros, vídeos, slides, apresentação de áudio, entre outros meios além da relação presencial com professor.

A avaliação da aprendizagem será por componente curricular e de forma independente. O registro da avaliação dos componentes curriculares para fins de promoção é regido pela Organização Didática e os resultados serão expressos em notas, com variação de zero (0,0) a dez (10,0). Sendo considerado Aprovado quando o acadêmico obtiver pontuação igual ou superior a 7,0 (sete), em cada componente curricular, e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) da carga horária total do módulo.

O discente que discordar do resultado obtido no procedimento avaliativo poderá requerer revisão da avaliação junto a coordenação do curso do qual a disciplina está lotada,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
fundamentando sua discordância, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da avaliação. Cabe a coordenação do curso supracitado notificar o professor, que no prazo de até 2 (dois) dias úteis deve emitir parecer. Caso o docente se negue a revisar a avaliação, a coordenação do curso terá de designar uma comissão formada por professores do curso/área e representante da equipe pedagógico, para deliberação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

Os casos omissos serão resolvidos pela instância maior do curso, o Colegiado, de acordo com a competência do mesmo.

8.2 AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental do IFRR será avaliado de forma contínua e processual, favorecendo um diagnóstico do processo educativo como um todo, tornando possível as correções e os ajustes necessários para que o estudante tenha reais condições de aprendizagem e um perfil egresso consolidado com a proposta do curso.

Assim, a avaliação do curso far-se-á de dois tipos: avaliação externa e avaliação interna, onde em ambas, devem ser avaliadas dimensões comuns que permita a compreensão de seus resultados de forma geral.

8.2.1 Da avaliação externa

A avaliação externa do curso de Saneamento Ambiental dar-se-á através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual é composto por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Esse sistema avalia todos os aspectos que giram em torno do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos alunos, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações entre outros aspectos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior durante o processo de avaliação utiliza três grandes dimensões para avaliar os cursos superiores, a saber:

- ✓ Organização didática pedagógica;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- ✓ Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo;
- ✓ Instalações físicas.

O curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental é avaliado ainda, de forma externa, pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sinaes e tem como objetivo, aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso, e as habilidades e competências em sua formação.

Os resultados dessas avaliações externas possibilitará traçar um panorama da qualidade do curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental ofertado pelo Instituto Federal de Roraima.

De modo geral, a avaliação externa do curso em questão será coordenada e supervisionada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), sendo de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a operacionalização.

Caberá ao Departamento de Ensino de Graduação em conjunto com a coordenação do curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental o total acompanhamento da avaliação externa, principalmente no que tange à visita *in loco*.

8.2.2 Da avaliação interna

A avaliação interna tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pelo curso, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos.

Conforme o art. 11 da Lei n° 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sinaes, toda instituição de ensino superior constituirá uma Comissão Própria de Avaliação, cuja atribuição



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

é conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. Tal processo de avaliação conduzido pela CPA, subsidiará o credenciamento e recredenciamento do Instituto Federal de Roraima, bem como o reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação oferecidos pelo IFRR.

Nesse sentido, o curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental do IFRR, terá sua avaliação interna realizada pela CPA, designada através de portaria pelo gabinete da reitoria.

8.3 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO.

Considerando o processo de formação, esse Projeto Pedagógico será avaliado de forma contínua, podendo sofrer alterações que visam melhorar a proposta em tela para atender as necessidades do curso e legislações vigentes. Esta avaliação será subsidiada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso. Quando necessária sua reestruturação, o processo será acompanhado pelo NDE e deliberado pelo Colegiado de Curso.

8.3.1 Do Núcleo Docente Estruturante.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental do IFRR-CBV, é um órgão consultivo, composto por um grupo de docentes que atuam ou atuaram no curso, responsável pela concepção, consolidação, acompanhamento e atualização contínua deste projeto pedagógico.

Em concordância com a Resolução N° 160- Conselho Superior de 10 de julho de 2014, que normatiza os núcleos docentes estruturantes dos cursos de graduação, são funções do Núcleo: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; zelar pelo incentivo e desenvolvimento das linhas de pesquisas e extensão oriundas das necessidades do curso de graduação, das exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso e do



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação; acompanhar a elaboração e/ou reestruturação, quando necessária do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo sua concepção e fundamentos; avaliar continuamente o PPC, encaminhando proposições de atualizações ao Colegiado de Curso; propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada.

8.3.2 Colegiado do Curso.

O Colegiado do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental do IFRR-CBV, é um órgão normativo e consultivo, regido pela Resolução nº 147- Conselho Superior de 18 de fevereiro de 2014, responsável pelo acompanhamento da implantação dos projetos pedagógicos, avaliação das alterações dos currículos, discussão dos temas ligados ao curso, planejamento e avaliação das atividades acadêmicas, observando as políticas e normas institucionais. São atribuições do Colegiado: analisar e deliberar propostas de alteração do PPC, assim como acompanhar o processo de reestruturação curricular; acompanhar os processos de avaliação do Curso e propor e/ou validar a realização de atividades complementares; assistir os trabalhos e dar suporte ao NDE; acompanhar o cumprimento de suas decisões e propor alterações no seu Regulamento; analisar e decidir sobre pedidos de transferências e de reingresso de discentes quando a coordenação não se achar apta a dar o parecer.

8.4 APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS.

A adaptação curricular ou de estudos que trata esse tópico, segundo a Organização Didática do IFRR, é o procedimento que tem por finalidade promover o ajuste da vida escolar do aluno à proposta pedagógica do curso, levando-se em consideração o aproveitamento dos estudos já realizados, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, ou que precisam ser realizados, os



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
níveis de aprendizagem e os domínios de competências e habilidades que o mesmo demonstra ter ou, que precisa ter.

A adaptação curricular do aluno, que ingressar no curso Tecnologia em Saneamento Ambiental do IFRR/ CBV, depende de cada situação específica, expressa na Organização Didática do IFRR e baseada na LDB (Lei nº 9394/96), podendo ocorrer mediante adoção de um dos seguintes procedimentos: por aproveitamento de estudos, por complementação de estudos, por complementação de carga horária e por suplementação de estudos.

Para requerer a adaptação curricular, o discente deverá obedecer aos prazos definidos no Calendário Acadêmico e os trâmites do processo descritos na Organização Didática do IFRR.

O aluno deverá requerer a adaptação curricular ao Departamento de Registro Acadêmico (DERA) portando os documentos necessários para verificação da equivalência, tais como: o Histórico Escolar, a Estrutura Curricular, bem como os dos Programas de Ensino desenvolvidos no estabelecimento de origem; o parecer será emitido pelo Coordenador de Curso após consulta ao Colegiado sobre o encaminhamento para dispensa, adaptação ou indeferimento da solicitação; os resultados finais do processo serão informados ao DERA para efeito de registro e regularização da vida acadêmica do aluno.

Ademais, poderão ser utilizados outros critérios de aproveitamento de estudos, obedecendo a Organização Didática do IFRR.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

8.5 ATENDIMENTO AO DISCENTE.

Com o intuito de proporcionar um melhor aproveitamento no percurso formativo do acadêmico e um melhor entrosamento deste entre corpo docente e administrativo, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento integral, o IFRR –*Campus* Boa Vista Centro – oferece amplo atendimento ao discente.

As funções do Serviço de Atendimento ao Discente (SAD) contemplam, em termos de praticidade, vários setores e informações, segundo o teor do SAD. Tais informações encontram-se elucidadas nas seguintes mídias e/ou setores, bem como ações pertinentes as funções de SAD:

I – Regulamentos e/ou resoluções:

- a) Organização Didática – rege as decisões didático-pedagógicas desenvolvidas no âmbito do IFRR, observadas a Lei nº 9.394/96 e as Diretrizes para cada nível e modalidade de ensino.
- b) Regimento Interno do Boa Vista – é o conjunto de normas que disciplinam as atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do *Campus* Boa Vista, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias.
- c) Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFRR (Resolução Nº 066 – CONSELHO SUPERIOR, de 14 de fevereiro de 2012) – constitui-se no conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implementação de ações que promovam o acesso, as condições de permanência e êxito no percurso formativo, dos acadêmicos dos discentes regularmente matriculados, na perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.
- d) Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e o Regulamento Geral para realização do estágio curricular supervisionado do Curso em questão – Dispõe sobre os Estágios Supervisionados do estudante do IFRR.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

II – Setores e/ou canais de comunicação:

- a) Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (SIB/IFRR) – constitui-se do conjunto de bibliotecas do IFRR, organizadas de modo funcional e operacionalmente interligadas, com o objetivo de padronizar e otimizar serviços oferecidos pelas bibliotecas, oferecendo suporte bibliográfico e informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O SIB/IFRR é o responsável por regulamentar as normas gerais que devem ser seguidas por todas as bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. No *Campus* Boa Vista Centro o SIB/IFRR é constituído pela Biblioteca do *Campus* Boa Vista, um espaço de estudo e construção do conhecimento, que têm por finalidades despertar o interesse intelectual e favorecer o enriquecimento cultural, devendo atuar como um instrumento de apoio aos processos de ensino, pesquisa e extensão, facilitando aos usuários o livre acesso à informação em qualquer suporte destinado à formação profissional e tecnológica.
- b) Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular (DAPE) – é o órgão responsável, por atribuir, coordenar e subsidiar as atividades docentes, através de um planejamento de ações que vise articular, formar, mediar, intervir e acompanhar a execução do processo de ensino e aprendizagem.
- c) Departamento de Registros Acadêmicos (DERA) – é responsável pelos registros de todas as atividades ligadas à vida acadêmica do discente, desde seu ingresso até a sua outorga de grau.
- d) Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAES) – Dispõe e intervém na elaboração da política de assistência estudantil, bem como, fiscaliza e participa ativamente de projetos relacionados ao auxílio e permanência do estudante na instituição universitária, auxiliando na definição de políticas de alimentação, transporte, moradia, bolsas de permanência entre outras atividades afins.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- e) Coordenação de Curso – é a maior autoridade do curso, realiza o acompanhamento e incentivo das atividades inerentes ao que se refere a ensino, pesquisa e extensão, conforme a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.
- f) Canais de comunicação utilizados entre acadêmicos e IFRR – Pagina do IFRR (www.ifrr.edu.br), pagina do curso, redes sociais (WhatsApp, Facebook, etc), Q-acadêmico, murais institucionais.

III – Ações de Atendimento aos Estudantes implementadas no IFRR – *Campus* Boa Vista Centro:

- a) Ações da Biblioteca – A biblioteca do *Campus* Boa Vista Centro oferece os seguintes serviços de atendimento aos discentes:
- b)
- ✓ Empréstimo domiciliar, devolução, reserva, renovação, consulta local, cadastro de usuários;
 - ✓ Sala de Leitura Individual;
 - ✓ Salão de Leitura para estudo coletivo;
 - ✓ Mini auditórios;
 - ✓ Comutação bibliográfica;
 - ✓ Orientação à pesquisa;
 - ✓ Acesso à internet;
 - ✓ Orientação para o uso da biblioteca;
 - ✓ Organização e promoção de eventos.

Além das ações supraditas a cerca da Biblioteca do *Campus* Boa Vista, esta também oferece em parceria com as coordenações, quando solicitada, a oficina de Periódicos institucionais. Com apresentação em PowerPoint, explanação e navegação em tempo real a oficina apresentar a finalidade de cada portal com fins educacionais encontrados na página do IFRR, coleções, recursos, funcionalidades e modos de pesquisa.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

c) Ações de relacionadas ao Ensino – as ações de ensino são organizadas e executadas de forma interdisciplinar, contemplando acadêmicos, docentes e servidores técnicos administrativos. Constituem em práticas que visam atender as Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares (AACC) como organização e execução de eventos acadêmicos (Semana Acadêmica de Curso, Mostras de projetos integradores, Mostras de projetos culturais e Mostras acadêmicas), seminários, jornadas científicas, rodas de conversas, etc; atividades de atendimento individual e coletivo pelo docente, para sanar dúvidas, orientar pesquisas e/ou outros projetos acadêmicos e; atividades específicas de laboratórios.

Além das ações acima citadas, com a finalidade de apoiar as políticas de ensino, pesquisa e extensão, o IFRR-CBV oferta aos estudantes dos cursos superiores de Licenciatura e Tecnologia, bolsas de Ensino, pesquisa e Extensão. O objetivo das bolsas concedidas aos estudantes é despertar vocações para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da inovação tecnológica, da extensão, da cultura, da docência, do esporte e do desenvolvimento tecnológico entre os estudantes do IFRR-CBV.

As bolsas relacionadas a atividades citadas no parágrafo anterior objetivam estimular os acadêmicos dos Cursos Superiores a desenvolverem atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e aos processos de inovação, contribuindo para a melhoria da qualidade da formação dos estudantes dos cursos superiores dessa IFE, oferecendo-lhes oportunidades de conhecimento e prática em ambientes além das salas de aula; corroborando com o desenvolvimento institucional, por meio das atividades desenvolvidas, auxiliando o IFRR a cumprir com sua missão, visão e valores.

Tais bolsas supra descritas concedidas aos estudantes visa garantir a permanência dos mesmos nessa instituição. Os editais referentes às bolsas são lançados geralmente no mês de dezembro para que os estudantes recebam as bolsas durante os nove meses de vigência dos programas. Tais programas ofertados pelo IFRR são definidos da seguinte forma:

- a) Do Ensino:
 - ✓ Programa de Propostas Pedagógicas Inovadoras (INOVA);
 - ✓ Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID);
 - ✓ Programa de Monitoria.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- b) Da Pesquisa:
 - ✓ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT);
- c) Da Extensão:
 - ✓ Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX).

Além dos programas descritos acima, os estudantes do IFRR-CBV poderão ser bolsista de programas externos à instituição, desde que se enquadrem nos editais publicados pelos órgãos de fomento ao ensino, pesquisa e a extensão.

c) Ações de Assistência Estudantil – leva em conta o Programa Nacional de Assistência Estudantil disposto no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Constituição Federal de 1988 e demais marco legais. Sua execução no *Campus Boa Vista* se dá por meio de um conjunto de ações conduzidas sob a Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) que tem como objetivo prestar serviços em nível ambulatorial através de equipe multidisciplinar, com ações voltadas para a assistência estudantil, visando à promoção, prevenção e proteção à saúde e o sucesso no processo de ensino aprendizagem.

No âmbito do IFRR as Ações de Assistência Estudantil uma resolução interna desde 14 de fevereiro de 2012, a qual fomenta ações nas seguintes áreas:

- ✓ Moradia estudantil;
- ✓ Alimentação;
- ✓ Transporte;
- ✓ Atenção à saúde biopsicossocial;
- ✓ Inclusão digital;
- ✓ Cultura;
- ✓ Esporte;
- ✓ Creche;
- ✓ Apoio didático;
- ✓ Acompanhamento pedagógico;
- ✓ Inclusão social e;
- ✓ Produção intelectual.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

As ações supracitadas contam no contexto do IFRR de uma norma para concessão dos Benefícios de Assistência Estudantil. Além do mais, vinculado a CAES, no ambiente destinado ao Centro Médico, é fomentada, ações de assistência/acompanhamento médica(o), psicológica(o), odontológica(o), acompanhamento de assistente social e de enfermagem.

9 ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

Para o desenvolvimento dos componentes curriculares, utilizar-se-á das seguintes estratégias pedagógicas e recursos metodológicos:

- ✓ Textos: considerando a adequação e sua relação com os estudos em questão, os textos devem ser usados como introdução, síntese ou leitura complementar;
- ✓ Experimentos: utilizados como técnicas de investigação que suscitem à reflexão, análise e posterior organização de dados obtidos e ainda como fonte de informações para que os conceitos pretendidos sejam explicados;
- ✓ Debates: utilizados como estímulo à capacidade de síntese e argumentação dos alunos cabendo ao professor explorar atitudes e valores tais como: saber ouvir, esperar o momento de falar e a capacidade de convencimento;
- ✓ Aulas Expositivas: a serem desenvolvidas como momento de diálogo, exercício de criatividade e do trabalho coletivo na construção do conhecimento;
- ✓ Audiovisual: utilizados como recursos complementares importantes, tais como vídeos, slides, transparências, painéis fotográficos, projetor de multimídia etc., desde que preparados e relacionados à apresentação dos conteúdos;
- ✓ Seminários: propostos como fonte de estimulação à pesquisa, sistematização do saber acadêmico, apropriação e socialização do conhecimento;
- ✓ Visitas Técnicas e Estudo do Meio: proposto como recurso de promoção da articulação: teoria e prática;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- ✓ Estudo de Caso: Proposto como estratégia que propicie ao aluno condições de conhecimento, interpretação e intervenção de uma determinada realidade do mundo\contexto do trabalho.
- ✓ Também será implementada a realização e participação em projetos (simpósios, fóruns de debates, congressos, seminários, visitas técnicas, imersão no empreendimento de atuação, etc.) que venham a contemplar o conhecimento e o enriquecimento curricular dos componentes curriculares ministrados ou do curso como um todo.

10 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva no IFRR está alicerçada no Decreto n° 5296, de 02 de dezembro de 2004, o qual regulamenta as Leis n° 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

No que concerne à educação inclusiva, o *Campus* Boa Vista, conta com dois núcleos: o Núcleo de Inclusão (NI) e o Núcleo de Estudos Afro – Brasileiros e Indígena (NEABI).

10.1 DO NÚCLEO DE INCLUSÃO

O NI é composto por uma equipe interdisciplinar a qual foi instituída pela Portaria N° 448 de 17 de julho de 2014. Esse núcleo tem o objetivo de identificar as pessoas com necessidades específicas no *Campus*, orientar os estudantes com necessidades específicas quanto aos seus direitos, promover a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicação, oferecer atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades específicas, promover junto à comunidade escolar ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática, realizar parcerias e convênios para troca de informações e experiências na área



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

inclusiva, garantir as adaptações necessárias para que os candidatos com necessidades específicas realizem os exames de seleção no *Campus*, orientar os docentes quanto ao atendimento aos estudantes com necessidades específicas, e contribuir para o fomento e difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas. Os princípios que norteiam a atuação do Núcleo de Inclusão são o compromisso com a melhoria da qualidade da educação para todos, acolhimento à diversidade, promoção da acessibilidade, gestão participativa, parceria da escola com a família e outros segmentos sociais e promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

O Núcleo de Inclusão busca soluções para a adequação do *Campus* Boa Vista à Norma Brasileira (NBR) 0950/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que normatiza a acessibilidade, a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

10.2 DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO – BRASILEIROS E INDÍGENA

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do *Campus* Boa Vista, tem a finalidade de implementar as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas. Esse núcleo está estruturado para desenvolver ações educativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões étnico-raciais, especificamente, a temática do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em ações trans e interdisciplinar e que direcionam para a educação pluricultural e pluriétnica.

As competências e responsabilidades atribuídas a este NEABI estão dispostas no Regimento Interno do *Campus* Boa Vista.

11 COLEGIADO DO CURSO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental em conformidade com a Resolução nº147, do Conselho Superior, de 18 de fevereiro de 2014 tem seu Colegiado composto por: 1 (um) presidente, cargo ocupado pelo Coordenador do Curso; 3 (três) docentes em efetivo exercício, vinculados ao curso e eleitos com seus respectivos suplentes em reunião específica convocada pela coordenação do curso, com mandato de 2 (dois) anos e com possibilidade de reeleição por mais 1 (um) mandato; 1 (um) discente e suplente, que tenham cursado no mínimo 1 (um) módulo da carga horária obrigatória e não estejam cursando o último módulo, eleitos pelo seu respectivo Diretório Acadêmico, com mandato de 1 (um) ano e com possibilidade de reeleição por mais 1 (um) mandato; 1 (um) pedagogo, preferencialmente o Coordenador Pedagógico do Curso.

Ademais, os novos representantes serão definidos 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos membros em exercício e “os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Colegiado ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos” (Resolução nº147/14, Art. 10).

12 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

12.1 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

AMBIENTES	Quantidade	m²
Sala de Direção	01	33,20
Sala de Coordenação do Curso	01	30,20
Sala dos Professores	01	75,60
Salas de Aula climatizadas contendo projetor multimídia acoplado, quadros de vidros, mesa para o professor e 35 carteiras apropriadas e recém-adquiridas.	10	480,00
Salas de Aula: climatizada com data show	02	96,00



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Sanitários	04	54,40
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	01	853,00
Praça de Alimentação	01	100,00
Setor de Atendimento /Recepção	01	49,33
Auditório Principal: climatizado; sistema de som ambiente completo, projetor multimídia, ponto de internet, púlpito, mesa para recepção de autoridades e palco. Capacidade para 200 pessoas sentadas.	01	441,12
Sala de Teleconferência climatizada; sistema de som ambiente; microfones c/ cabos; TV 29"; ponto de internet; projetor multimídia. Capacidade para 50 pessoas sentadas (cada)	02	100,00
Sala de Áudio / Salas de Apoio	01	48,65
Biblioteca	01	1295,46
Coordenação de Assistência Estudantil	01	79,55
Sala de Leitura/Estudos	01	395,29
Laboratório de Química /Controle Ambiental	01	180,48
Laboratório de Saneamento Ambiental	01	81,84
Laboratório de Física	01	124,80
Laboratório de Desenho Técnico	01	139,50
Laboratório de Construção Civil	01	233,00
Laboratório de Geoprocessamento	01	139,50
Laboratório de Biologia	01	139,50
Posto Médico e Consultório Odontológico	01	138
Restaurante	01	200
Laboratório de Mecânica de solos	01	263,07

12.2 ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Área total (m2)	Área para usuários (m2)	Capacidade (Nº de usuários)
1.381	1.318	3.654

Outras informações:
O espaço físico está assim distribuído:
a) **1º Piso:** Acervo geral; salão de consulta; sala para leitura individual; sala de multimídia; coordenação; Hall de exposição.
b) **2º Piso:** Duas salas para teleconferência; coordenação de periódicos; salão de periódicos; processamento técnico; Hall de exposição; copa e 06 banheiros masculinos e 06 banheiros femininos, sendo um banheiro de cada bateria, adaptados para os portadores de deficiência física. O acesso ao 2º piso dá-se através de uma rampa.

13 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

13.1 CORPO DOCENTE

Nº.	NOME DO SERVIDOR	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO
1.	Adnelson Jati Batista	Lic. em Matemática	ESPECIALIZAÇÃO
2.	Ananias Noronha Filho	Enfermagem e Obstetrícia	DOCTOR
3.	Arlete Alves de Oliveira	LP. Letras	MESTRADO
4.	Arnóbio Ferreira da Nóbrega	Tecnologia em Anál. e Desenv. de Sistema	MESTRADO
5.	Carlos Alberto Santana	LP. Ciências Agr.	ESPECIALIZAÇÃO
6.	Carlos Roberto Cabral de Lima	LP. Química	ESPECIALIZAÇÃO
7.	Cidéia Salazar Pereira	LP. Biologia	MESTRADO
8.	Cintiara Souza Maia	LP. Química	MESTRADO
9.	Cleide Maria Fernandes Bezerra	Enfermagem	MESTRADO
10.	Cristiane Pereira de Oliveira	LP. Química	MESTRADO
11.	Daygles Maria Ferreira de Souza	LP. História	MESTRADO
12.	Enilza Rosas da Silva	Arquitetura e Urbanismo	ESPECIALIZAÇÃO
13.	Hermes Barbosa de Melo Filho	Eng. Civil	MESTRADO
14.	Heila Antonia das Neves Rodrigues	Lic. Geografia	MESTRADO
15.	Hilton Brandão de Araújo	Eng. Civil	ESPECIALIZAÇÃO
16.	Ilzo Costa Pessoa	LP. Biologia	MESTRADO
17.	Ismayl Carlos Cortez	LP. Biologia	MESTRADO
18.	João Batista Ferreira dos Santos	Lic. Química	MESTRADO
19.	João Franciman R. Cruz	Eng. Civil	ESPECIALIZAÇÃO
20.	Jocelaine Oliveira	LP. Letras	MESTRADO
21.	Joseane Leão de Souza	L.P. Pedagogia	MESTRADO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

22.	Josefa Edinalva de Azevedo Vieira	LP. Geografia	ESPECIALIZAÇÃO
23.	Lana Cristina Barbosa de Melo	LP. Pedagogia	ESPECIALIZAÇÃO
24.	Leovergildo Rodrigues Farias	LP. Química	MESTRADO
25.	Lidiana Lovato	LP. Biologia	MESTRADO
26.	Luiz Faustino de Souza	Lic. em Física	MESTRADO
27.	Moivan Alves da Silva	Lic. em Pedagogia	ESPECIALIZAÇÃO
28.	Nilra Jane Filgueira Bezerra	L.P. Matemática	MESTRADO
29.	Paulo Roberto S. Racoski	Lic. Filosofia e Bacharel em Ciências Sociais	ESPECIALIZAÇÃO
30.	Paulo Rogério Lustosa	Bach e Lic. Filosofia	MESTRADO
31.	Pedro Calheiros R. Filho	LP. Biologia	MESTRADO
32.	Ronaldo Vieira Caixeta	Lic. em Pedagogia	GRADUADO
33.	Rosa Maria Codorvil Benezar	LP. Biologia	MESTRADO
34.	Sandra Mara de Paula Dias Botelho	L.P. Letras	MESTRADO
35.	Saula Leite de Oliveira Dantas	Ciência da Computação	MESTRADO
36.	Sivaldo Souza Silva	Lic. em Matemática	MESTRADO
37.	Udine Garcia Benedetti	LP. Biologia	MESTRADO
38.	Willams Lopes Pereira	Eng. Civil	ESPECIALIZAÇÃO

13.2 PESSOAL TÉCNICO

Servidor	Formação	Cargo	Carga horária
Allan Johnny M. de Mesquita	LP. Educ. Física	Auxiliar Administração	40 h.
Antonia Luzivan Moreira Policarpo	Pedagogia	Pedagoga	40 h.
Antonio Hernandes Costa Souza	LP. Matemática	Técnico em laboratório – Área: Eletrônica/ Eletrotécnica	40h
Bernardo de Moraes Linhares	Engenharia Química	Técnico em laboratório – Área: Química	40h.
Everaldo Carvalho Lima Junior	Pedagogia	Pedagogo	40 h.
Giovani Calerri S. P. Junior	LP. Educ. Física	Téc. Ass. Educacionais	40 h.
Jovita do S. Cardoso Vilhena	LP. Letras/Espanhol	Assistente Administração	40 h.
Juerivalda Moreira Barreto	Biblioteconomia	Bibl - Documentalista	40 h.
Kelson Gomes de Carvalho	EM/ Téc. em Eletrônica	Técnico em laboratório – Área: Eletrônica/ Eletrotécnica	40h.
Larissa Jussara L. de Santana	Pedagogia	Pedagoga	40 h.
Luiza Maria de Sousa	Pedagogia e Letras	Pedagogo	40h
Magdiel Carvalho de Almeida	Nível médio	Auxiliar em administração	40h
Marcos Dione Domann Oliveira	Administração	Auxiliar em Lab. em Edificações	40h
Maria de Fatima F. Araújo	Biblioteconomia	Bibl - Documentalista	40 h.
Maria de Fatima Rodrigues		Técnico em laboratório – Área: Química	40h.
Maria Elisangela L. Santos	Pedagogia	Pedagogo	40 h.
Maricelia C. P. Leite	Serviço Social	Assistente social	40 h.
Raiduce Costa N. Lima	Pedagogia	Pedagogo	40 h.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Rodrigo Campos Morais	EM/ Téc. em Eletrônica	Técnico em laboratório – Área: Eletrônica/ Eletrotécnica	40h
Roselis Bastos da Silva	Pedagogia	Pedagogo	40 h
Simone Albuquerque de Moura	Psicologia	Psicólogo	40 h.
Sofia Marca T. Trabachim	Grad. em Enfermagem	Técnico em laboratório – Área: Análises Clínicas	40 h.
Soraia Batista Oliveira	Lic. Química	Auxiliar Administração	40 h.
Taliana Souza Barreiros	Tecnólogo em Gestão Hospitalar	Assistente em Administração	40h

14 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA

No que concerne à expedição de diplomas, o IFRR, *Campus* Boa Vista Centro, conta com uma estrutura centralizada, denominada de Departamento de Registro Acadêmico (DERA), que operacionaliza os procedimentos regulamentados na Organização Didática e no Regimento Interno. Após completa integralização das disciplinas, ou seja, a conclusão do curso, o estudante será diplomado, *Tecnólogo em Saneamento Ambiental*.

15 REGISTRO PROFISSIONAL

Após obtenção do título, caso seja de interesse do portador, o mesmo poderá solicitar sua inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima (CREA-RR).

16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, LDB. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (LDB). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dez. 1996.



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

BRASIL. Parecer CNE/CES N° 436/2001. Trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer4362001.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2014.

BRASIL. Lei no 8.670 de 30 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://www.mcampos.br/CPA/decreton57731.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

BRASIL. Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_port10.pdf. Acesso em: 09 dez. 2014.

BRASIL. Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006. Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, § 1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_port12.pdf> Acesso em: 23 dez. 2014.

BRASIL. [Ministério da Saúde](#). Departamento de Informática do SUS-DATASUS. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

BRASIL. [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística](#)- IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 dez. 2014.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
BRASIL. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.
Disponível em: < <http://cnes.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília- DF, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 jan. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 06 jan. 2015.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima. Organização Didática do IFRR, 2012.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima/Conselho Superior. Resolução nº 147 de 18 de fevereiro de 2014. Aprova o regulamento dos Colegiados dos Cursos Superiores do IFRR.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima. Plano de Desenvolvimento Institucional – 2014-2018.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima/Conselho Superior. Resolução nº 155 de 22 de maio de 2014. Aprova o regulamento do programa de bolsas de monitoria do IFRR.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima/Conselho Superior. Resolução nº 157 de 10 de junho de 2014. Dispõe sobre as normas e procedimentos da mobilidade acadêmica, nacional e internacional, para estudantes de cursos técnicos de nível médio e superiores do Instituto Federal de Roraima e dá outras providências.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima/Conselho Superior. Portaria nº 448 de 17 de julho de 2014. Institui o Núcleo de Inclusão do IFRR, *Campus Boa Vista*.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima/Conselho Superior. Resolução nº 160 de 10 de julho de 2014. Aprova o regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do IFRR.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.
Acesso em: 06 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008. Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia. Brasília, 2008.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm.
Acesso em: 06 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 13 de dezembro de 2004. Seção 1, p. 34.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

IFRR. Conselho Superior. Resolução nº 160 de 10 de julho de 2014. Aprova o regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 385/CONSELHO SUPERIOR, DE 31 DE JULHO DE 2018.

**APROVA O REGIMENTO
INTERNO DO COMITÊ GESTOR
INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO
INICIAL E CONTINUADA DE
PROFISSIONAIS DE MAGISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA-COMFOR
DO INSTITUTO FEDERAL DE
RORAIMA.**

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23229.000247.2016-22 e a decisão do colegiado tomada na 54.^a sessão plenária realizada em 16 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais de Magistério da Educação Básica-COMFOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 31 de julho de 2018.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO

Presidente

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 385/CONSELHO SUPERIOR, DE 31 DE JULHO DE 2018.

**REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR INSTITUCIONAL DE
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DO
MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR)**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Capítulo I

Da Natureza, das Finalidades e dos Objetivos

Art. 1º O Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima / IFRR (COMFOR), é um órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva de caráter permanente, instituído pela Portaria nº 156, de 21 de janeiro de 2013, em conformidade com a resolução MEC nº 01, de 17 de agosto de 2011.

Art. 2º Cabe ao COMFOR, assegurar a indução, a articulação, a coordenação e a organização de programas e ações de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica, bem como primar pela gestão e execução de recursos recebidos por meio do apoio financeiro do Ministério da Educação (MEC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Art. 3º Caberá ao Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica do IFRR indicar, dentre seus membros, um representante institucional para participar nos Fóruns Estadual e Nacional Permanente de apoio à formação docente, bem como em outras instâncias que tratem da formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica.

Art. 4º A organização e o funcionamento do COMFOR serão regidos pelos dispositivos deste regimento interno e têm por finalidade prestar assessoria à Administração Superior do IFRR no que se refere à colaboração para planejamento, desenvolvimento e avaliação de programas/projetos no âmbito das ações de formação inicial e continuada dos profissionais de magistério da educação básica.

Capítulo II

Da composição do COMFOR no âmbito do IFRR

Art. 5º O **COMFOR** terá composição mínima de:

- I – 01 (um) representante e 01 (um) suplente de cada licenciatura presencial e na modalidade EAD do IFRR;
- II- 01 (um) representante e 01 (um) suplente dos cursos de pós-graduação na área de formação docente para a educação básica;
- III- 01 (um) representante indicado pela Pró-reitoria de Ensino;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IV- 01 (um) representante indicado pela Pró-reitoria de Extensão;

V - 01 (um) representante indicado pela Pró-reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Inovação Tecnológica;

VI - 01 (um) representante da Coordenação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

VII- 01 (um) técnico administrativo de nível superior e da área de formação Docente que atue na área de educação básica;

§1º A nomeação dos representantes e de seus respectivos suplentes será realizada após o encaminhamento das atas de escolha pelos respectivos Colegiados dos Cursos.

§2º Os representantes serão nomeados por Portaria expedida pelo Reitor do IFRR.

§3º A Coordenação Geral do COMFOR será escolhida e indicada pelos membros do Comitê e avalizada pela reitoria, que poderá acatar ou não, mediante justificativa, a indicação. Caso não seja aceita a indicação haverá negociação e acordo entre as partes para a indicação de um dos membros como coordenador geral.

Capítulo III

Do mandato dos representantes do COMFOR

Art. 6º O mandato dos representantes será de dois anos, podendo haver uma recondução.

Parágrafo Único – O mandato da Coordenação Geral do COMFOR será de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, caso a/o mesma/o seja confirmada/o como representante no Comitê Gestor por seus pares.

Capítulo IV

Das competências do COMFOR

Art. 7º Ao COMFOR compete:

I Promover a articulação, o trabalho colaborativo e em rede dos cursos de Licenciatura do IFRR, visando à qualidade da formação inicial dos profissionais de magistério da educação básica;

II Colaborar, no que for de sua competência, e de acordo com as demandas, no processo de implantação e consolidação dos laboratórios de Práticas Docentes para os cursos de Licenciatura do IFRR;

III Realizar estudos e pesquisas de temas ligados tanto à formação inicial e continuada quanto ao trabalho dos profissionais de magistério da educação básica com vistas a subsidiar



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
as políticas públicas de formação desses profissionais;

IV- Articular a integração de diversas instâncias institucionais que atuem na formação inicial e continuada dos profissionais de magistério da educação básica com os sistemas públicos de ensino das regiões/municípios onde o IFRR atua;

V- Colaborar, de acordo com suas competências, com os Colegiados dos diversos Cursos de licenciatura do IFRR, no que se relaciona aos processos de elaboração na reformulação dos projetos políticos pedagógicos dos cursos;

VI- Promover ações/atividades que desenvolvam e aprimorem as competências profissionais dos integrantes do magistério da educação básica;

VII- Articular e propor programas de formação inicial e continuada para os profissionais de magistério da educação básica, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade à distância;

VIII- - Induzir demandas, a partir de critérios técnicos, de programas, projetos e de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

IX- Analisar dados e informações gerenciais no que se refere à implantação e ao desenvolvimento dos programas e ações de Formação Inicial e Continuada para os Profissionais do Magistério da Educação Básica ofertadas pelo IFRR;

X- Coordenar o monitoramento de dados/informações e, quando solicitado, enviá-los ao MEC por meio de sistema informatizado;

XI- Participar, a convite, de planejamento administrativo e didático-pedagógico nos diversos *campi* do IFRR;

XII- Assessorar, quando necessário, os sistemas públicos de ensino da região de abrangência do IFRR no que se refere ao planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e ações de formação inicial e continuada para os profissionais do magistério da educação básica.

Capítulo V

Da organização e atribuições

Art. 8º O COMFOR será organizado em grupos de trabalho (GTs) para melhor desempenhar as atribuições e atividades que lhe competem, quais sejam:

I- GT1 - para assessoramento e acompanhamento permanente dos Laboratórios de Práticas Docentes;

II- GT2 - para assessoramento e acompanhamento permanente dos Licenciatura no que se refere aos projetos político-pedagógicos dos cursos, bem como para articular, planejar e promover ações/atividades que integrem esses cursos as demais instâncias acadêmicas e cursos do IFRR, bem como aos sistemas públicos de ensino regionais;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

II- GT3 - de Estágio Curricular e Supervisionado que promova a integração e socialização do conhecimento adquirido na prática pedagógica do estágio fomentado pelo IFRR;

IV- GT4 – de Educação à Distância (EAD) para assessoramento ao planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações/atividades ofertadas pela modalidade EAD vinculadas aos cursos de formação inicial e continuada para o magistério da educação básica do IFRR;

V- GT5 – de Coleta, Monitoramento e Sistematização de Dados relacionados a programas, projetos e ações desenvolvidas no âmbito da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica no IFRR;

Parágrafo Único – Os GTs deverão ser compostos na primeira reunião após a aprovação do Regimento do Comitê Gestor quando também deverá ser definido um/a coordenador(a) para cada GT.

Art. 9º A cada representante membro do Comitê Gestor compete:

I – Assessorar os Colegiados de Curso de Formação Inicial e Continuada para o magistério da educação básica no encaminhamento de informações e propostas para o desempenho de suas atividades no Comitê.

II – Assessorar, organizar e promover debates envolvendo a comunidade acadêmica, coordenações de cursos de formação inicial e continuada para o magistério da educação básica e demais membros participantes de colegiados desses cursos com vistas a promover a participação nas decisões referentes às definições temáticas para atuação do Comitê.

III – Desempenhar ações/atividades relacionadas à sua atuação no Comitê que lhe forem atribuídas pelos coordenadores e colegiados de cursos de formação inicial e continuada para o magistério da educação básica e/ou pelos Grupos de Trabalho (GTs).

Capítulo VI

Do Funcionamento

Art. 10º O comitê se reunirá ordinariamente duas vezes por semestre ou extraordinariamente sempre que necessário para atendimento às demandas e necessidades identificadas nos GTs.

§1º A convocação para as reuniões ordinárias será feita por circular assinada pelo coordenador Geral do COMFOR com antecedência mínima de 15 dias.

§2º As reuniões do Comitê deverão ser registradas em atas para posterior arquivamento.

Art. 11º O Comitê poderá convidar membros de comprovada experiência em sua área de atuação para fins de assessoramento em suas atividades.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

§1º A ausência às reuniões deverá ser comunicada com antecedência, para a melhor organização dos trabalhos.

§2º A ausência não justificada a três reuniões ordinárias do Comitê será comunicada aos respectivos Colegiados com vistas à indicação de outro representante.

§3º As reuniões do Comitê serão instaladas e terão prosseguimento com a presença de seus membros em qualquer número.

Art. 12º Os GTs deverão comunicar à Coordenação Geral do Comitê o seu cronograma de trabalho e demandas relacionadas às suas atividades.

Art. 13º Os GTs se reunirão conforme as necessidades das tarefas referentes às suas atribuições, sob a coordenação de um de seus membros.

Capítulo VII

Disposições Gerais

Art. 14º Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Comitê Gestor de Formação Inicial e Continuada de Profissionais de Magistério da Educação Básica do IFRR, salvo expressa competência de outro órgão.

Art. 15º Este Regimento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Conselho Superior do IFRR (CONSUP/IFRR).

Art. 16º Qualquer alteração neste Regimento deverá ser aprovado por dois terços de seus membros em reunião especialmente convocada para este fim e pelo CONSUP.

Boa Vista (RR), 25 de junho de 2018.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 386/CONSELHO SUPERIOR, DE 31 DE JULHO DE 2018.

**APROVA REFORMULAÇÃO DO
REGULAMENTO DAS
ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DE
RORAIMA.**

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23231.000353.2017-48 e a decisão do colegiado tomada na 56.^a sessão plenária realizada em 15 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a Reformulação do Regulamento das Atividades de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 31 de julho de 2018.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO

Presidente

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º386/CONSELHO SUPERIOR, DE 25 DE JULHO DE 2018.

**REGULAMENTO INTERNO DAS ATIVIDADES E DAS AÇÕES DE
EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RORAIMA – IFRR**

Boa Vista - RR
Setembro-2017

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Equipe de Elaboração:

Amarildo Ferreira Júnior

Ana Cláudia de Oliveira Lopes

Daniel Chiaradia Oliveira

Evaldo Paulo de Souza Pulcinelli

Eveline de Paula Mendes

Francisca das Chagas de Souza Araújo

Ivânia Nascimento Ferreira Carvalho

Jaiandra da Silva Guimarães

Rafael Pereira Barros



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Sandra Mara de Paula Dias Botelho

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Nadson Castro dos Reis

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Regina Ferreira Lopes

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Diogo Saul Silva Santos

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sandra Grutzmacher

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Fabiana Leticia Sbaraini



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
TÍTULO I	6
DA DEFINIÇÃO, DAS CARACTERÍSTICAS, DAS FINALIDADES, DOS OBJETIVOS E DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	6
CAPÍTULO I	6
DA DEFINIÇÃO.....	6
CAPÍTULO I.....	6
DAS CARACTERÍSTICAS	6
CAPÍTULO III	7
DAS FINALIDADES.....	7
CAPÍTULO IV.....	7
DOS OBJETIVOS	7
CAPÍTULO V	8
DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	8



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

TÍTULO II 9

DAS DIRETRIZES, DAS DIMENSÕES E DAS LINHAS DE EXTENSÃO.....9

CAPÍTULO I 9

DAS DIRETRIZES 9

CAPÍTULO II 10

DAS DIMENSÕES10

CAPÍTULO III 12

DAS LINHAS DE EXTENSÃO..... 12

TÍTULO III15

**DA GESTÃO, DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, DO ACOMPANHAMENTO,
DA AVALIAÇÃO E DA CERTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO 15**

CAPÍTULO I 15



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

DA GESTÃO	15
CAPÍTULO II	15
DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	15
CAPÍTULO III	16
DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO	16
CAPÍTULO IV.....	17
DA CERTIFICAÇÃO	17
TÍTULO IV	18
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	18
ANEXOS	19
MODELO DE CERTIFICADO	21
ORIENTAÇÕES PARA FORMATAÇÃO DO CERTIFICADO	23



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

APRESENTAÇÃO

A Lei n.º 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, fez com que a extensão finalmente ocupasse o seu papel no processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e a sociedade. Dessa forma, estabeleceu como um dos objetivos das Instituições Federais de Ensino desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

É importante considerar a extensão como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais de Educação, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, consolidando a formação de profissionais cidadãos e de espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

A regulamentação das ações de extensão é fundamental e precisa ser apresentada de forma estruturada, para que toda a comunidade, interna e externa, tenha conhecimento das políticas de extensão do IFRR e, principalmente, seja orientada quanto aos procedimentos para a realização e a participação nas atividades institucionais.

Dessa forma, a Pró-Reitoria de Extensão agradece o empenho da equipe de elaboração e tem a satisfação de apresentar esta proposta de regulamentação, tendo em vista orientar as práticas e as atividades extensionistas, concebidas como práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, uma vez que vão além da visão tradicional de formas de acesso e de participação, proporcionando o usufruto direto e indireto por parte dos diversos segmentos sociais.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

**REGULAMENTO INTERNO DAS ATIVIDADES E DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA -
IFRR**

TÍTULO I

**DA DEFINIÇÃO, DAS CARACTERÍSTICAS, DAS FINALIDADES, DOS
OBJETIVOS E DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

CAPÍTULO I

**DA
DEFINIÇÃO**

Art. 1.º Para fins deste regulamento, a extensão, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), é entendida como processo integrado ao ensino e à pesquisa de modo interdisciplinar e realizada por meio de atividades permanentes e/ou temporárias, de caráter educativo, cultural, artístico e/ou científico e tecnológico, desenvolvidas mediante ações sistematizadas e voltadas a questões de desenvolvimento econômico, social e industrial da região na qual o Instituto Federal está inserido.

Parágrafo único. Educação, Ciência e Tecnologia articulam-se de forma a priorizar o desenvolvimento local e regional, possibilitando, assim, a necessária dinamização do conhecimento.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

CAPÍTULO II

DAS

CARACTERÍSTICAS

Art. 2.º O presente regulamento constitui-se em meio legal que regula as condições da organização e do funcionamento da extensão no IFRR, orientando o desenvolvimento das ações, em consonância com o disposto no Estatuto, no Regimento e nos atos normativos internos do IFRR, bem como disciplina as formas de integração da extensão com o ensino, a pesquisa e os demais setores envolvidos, inclusive com os parceiros externos.

Parágrafo único. Serão aplicadas, subsidiariamente, na regulamentação das ações de extensão e dos programas com a comunidade, as demais normas pertinentes estabelecidas em atos decisórios emanados das instâncias deliberativas e executivas da administração superior do IFRR.

CAPÍTULO III

DAS

FINALIDADES

Art. 3.º Este regulamento tem como finalidades:

I – orientar e regulamentar as ações de extensão do IFRR, as competências de sua administração e as áreas de interação com os demais procedimentos acadêmicos e administrativos;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

II – promover, pela definição normativa, o estímulo à expansão da oferta de programas, via projetos, atividades, cursos, eventos e transferência tecnológica na própria instituição e na comunidade externa, por meio de parcerias;

III – disciplinar os relacionamentos, na área da extensão, entre os membros do corpo docente, os estudantes, o corpo técnico-administrativo e os parceiros do IFRR;

IV – contribuir para a integração entre as instâncias administrativas e acadêmicas que compõem a estrutura organizacional da extensão.

Art. 4.º Os programas, os projetos, os cursos, os eventos e a prestação de serviços de extensão têm organização, fluxo de procedimentos, objetivos, critérios para apresentação, aprovação e avaliação de resultados parciais e anuais definidos neste regulamento, em consonância com o PDI, o Estatuto e o Regimento do IFRR, além das normas institucionais específicas e da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DOS

OBJETIVOS

Art. 5.º O objetivo da extensão no IFRR é desenvolver programas, cursos, projetos, eventos e prestação de serviços, integrados com a comunidade, de cunho educativo, científico, tecnológico e artístico-cultural, promovendo a integração entre a teoria e a prática na formação dos futuros profissionais.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Parágrafo único. A extensão, como ação integralizadora do ensino e da pesquisa, deve constituir-se em:

I – meio de formar profissionais e cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às questões da sociedade;

II – alternativa de produção de conhecimento, de aprendizado e de realização de ações simultâneas e transformadoras entre instituição e sociedade;

III – veículo de comunicação permanente com os outros setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada;

IV – prática pedagógica com conteúdos interdisciplinares e transdisciplinares em que a relação escola-professor-estudante-sociedade se dá sob a forma de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e de complementaridade;

V – estímulo aos integrantes da comunidade acadêmica para a vivência social, política, profissional, solidária e coparticipativa entre a instituição e a sociedade;

VI – instrumento de valorização humana, de reconhecimento das diferenças, de combate às desigualdades, de promoção da inclusão social e de inserção no processo produtivo;

VII – instrumento de articulação permanente e de integração com a comunidade externa, com a sociedade civil organizada, com o mercado de trabalho e com o processo produtivo, na perspectiva da aproximação institucional entre educação, ciência, tecnologia, inovação, trabalho e contexto social.

CAPÍTULO V

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Art. 6.º Entende-se como ação de extensão aquela que contemple, pelo menos, um dos seguintes princípios:

I – articulação com o ensino;

II – articulação com a pesquisa;

III – articulação entre pessoas físicas e/ou entre pessoa física e jurídica para o desenvolvimento de ações pedagógicas, associando teoria e prática na formação profissional do estudante;

IV – colaboração na formação e na transformação da sociedade por meio de formas diretas de atuação;

V – consideração do conhecimento socialmente adquirido e do desenvolvimento da comunidade;

VI – promoção de transferência de tecnologia social e industrial.

Art. 7.º As ações de extensão são de natureza didático-pedagógica e podem ser de três tipos:

I – desenvolvidas no âmbito dos cursos técnicos, tecnológicos e de licenciatura, fomentando a dinamização destes por meio de diversificados métodos de estudo/atividade didática específica, tais como palestras, mesas-redondas, debates, seminários, viagens de estudo, júri simulado, estudo de caso, jogos de empresa, visitas técnicas, ações culturais, entre outras;

II – de ação comunitária ou de prestação de serviços na perspectiva de prática profissional enriquecedora da formação acadêmica, veiculadora da retroalimentação do ensino e viabilizadora da intervenção institucional na sociedade; e

III – com a finalidade de articular e formalizar parcerias para a introdução dos estudantes no campo de estágio, bem como para a integração e o conhecimento da realidade social e do futuro trabalho profissional.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
TÍTULO II

**DAS DIRETRIZES, DAS DIMENSÕES E DAS LINHAS DE
EXTENSÃO**

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES

Art. 8.º As diretrizes para a extensão do IFRR estão estruturadas em cinco eixos:

I – Impacto e transformação: estabelecimento de vínculo entre o IFRR e outros setores da sociedade, fazendo com que as ações de extensão tenham um caráter transformador e promovam a autonomia das comunidades. Para isso, é importante estabelecer uma articulação com as administrações públicas, nas esferas federal, estadual e municipal, e com a sociedade civil organizada.

II – Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre o IFRR e os setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de suplantação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica para o estabelecimento de uma aliança com movimentos sociais, industriais e empreendedorismo inovador para a superação das desigualdades e da exclusão.

III – Interdisciplinaridade: integração de áreas distintas do conhecimento, mobilizando diferentes competências para o desenvolvimento de ações na comunidade.

IV – Indissociabilidade entre ensino, pesquisa-inovação e extensão: percepção da função docente e da prática pedagógica de uma perspectiva mais ampliada, tendo estudantes e professores como sujeitos do ato de aprender e comprometidos com a democratização dos saberes.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

V – Avaliação formativa: acompanhamento e avaliação processual e qualitativa, a fim de que os processos alcancem seus objetivos e sejam executados de acordo com o que foi previamente planejado. A avaliação, em certo momento, deverá ter a participação da comunidade externa.

CAPÍTULO II

DAS DIMENSÕES

Art. 9.º São consideradas dimensões das atividades de extensão do IFRR:

I – Programas: conjunto de ações de caráter orgânico-institucional com duração superior a um ano, com clareza de diretrizes orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino e da pesquisa-inovação.

II – Projetos: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico que propiciam a relação teoria-prática e que envolvem docentes e/ou técnicos administrativos, estudantes e a comunidade, além de terem objetivo específico e prazo definido, sendo esses projetos tecnológicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos e de grupos de estudo. Podem ser classificados como:

- a) **Projetos de docentes:** propostas de atividades de extensão encaminhadas por docentes efetivos;
- b) **Projetos de técnicos administrativos:** propostas de atividades encaminhadas por técnicos administrativos;
- c) **Projetos de estudantes:** propostas de atividades encaminhadas por estudantes a convite de um professor ou de um técnico administrativo, que se responsabilizará pela execução e pelos trâmites legais da documentação.

III – Serviços, produtos e processos de base tecnológica: atividades não rotineiras de consultoria, assessoria, laudos técnicos com agregado tecnológico para comunidade, empresas e ou instituições públicas, mediante celebração de parceria, quando o objeto assim requeira,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

considerando que os processos tecnológicos são atividades de transferência de conhecimento e tecnologia advindos do ensino, da pesquisa e inovação e da extensão;

IV – Eventos: ações que implicam a apresentação e a exibição pública e livre, ou com clientela específica, do conhecimento ou do produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFRR, com classificação por interesse, número de participantes e metodologia.

V – Fomento a estágio e emprego: ações que visam à inserção dos estudantes do IFRR no mundo do trabalho por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como da captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego no setor produtivo.

VI – Cursos de formação inicial e continuada: ações pedagógicas de oferta não regular, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com ementa e critérios de avaliação previamente definidos, com carga horária conforme resolução dos cursos FIC, nas seguintes categorias:

- a) Formação inicial: mínima de 160h;
- b) Formação continuada: mínima de 40h;
- c) Proeja FIC: mínima de 1.400h.

VIII – Produção e publicação: divulgação de material didático elaborado, tais como livros, apostilas, manuais, cartilhas, vídeos, filmes, *softwares*, CDs, entre outros, cuja articulação é feita entre as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa-Inovação e Extensão.

IX – Empreendedorismo: promoção da constituição de gestão de pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, empreendimentos solidários e cooperativismo, além de outras ações voltadas à identificação, ao aproveitamento de novas oportunidades e de recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a proatividade.

X – Visitas técnicas e gerenciais: interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho, com o objetivo de complementação didático-pedagógica de disciplinas teóricas/práticas específicas e de verificação *in loco* do ambiente de trabalho e do processo produtivo e de gestão das empresas e instituições.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

XI – Relação interinstitucional: intercâmbio e acordos de cooperação nacional e internacional como instrumento de melhoria do ensino, da pesquisa-inovação e da extensão.

XII – Acompanhamento de egressos: ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso na perspectiva de identificar cenários no mundo do trabalho.

XIII – Bolsas de extensão interna: programa de concessão de bolsa de extensão do IFRR que visa incentivar a participação de estudantes nas modalidades de ensino técnico, tecnológico e superior, conforme proposto em regulamento de concessão de bolsas de PBAEX.

CAPÍTULO III

DAS LINHAS DE EXTENSÃO

Art. 10. São consideradas como Linhas de Extensão:

I – Acessibilidade: desenvolvimento de programas, projetos, eventos e ações voltados aos processos de atenção, emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, entre outras; estudos em ergonomia; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção que contemplem a diminuição das barreiras de comunicação e físicas.

II – Artes e Patrimônio Histórico-Cultural: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações que fomentem o desenvolvimento cultural; criação e performance de dança, teatro, música, folclore, artesanato, artes plásticas, gráficas e visuais; produção e divulgação de informações e material didático na área; ações multiculturais que envolvam as diversas áreas da produção e da difusão cultural e artística, e favoreçam a difusão do patrimônio artístico, cultural, histórico, natural, material e imaterial; formação, organização e manutenção de centros de memória (museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais).

III – Comunicação, Mídia e Marketing: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações fomentadoras da criação de metodologia de produções de mídia que dê suporte de



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

comunicação a programas e projetos de mobilização social de organizações governamentais e da sociedade civil; mídias contemporâneas, multimídia, *web design*, arte digital; veículos de difusão da informação, impressos e eletrônicos; promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.

IV – Desenvolvimento Regional: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações que possibilitem a realização de diagnósticos, planejamento regional, urbano e rural, técnico-científico, visando ao tratamento de problemas da população local; estudos sobre desenvolvimento regional integrado; modos de vida urbana e rural e diversificação das formas sociais familiares; análise socioeconômica de cadeias agroindustriais; assistência técnica; dinâmicas socioambientais; estratégias de produção de roteiros turísticos sustentáveis; agroindústria; avaliação de processos e metodologias de intervenção.

V – Educação e Formação Profissional: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações que discutam educação e cidadania; incentivo à leitura e à alfabetização; processos de ensino-aprendizagem em leitura, escrita e línguas estrangeiras; desenvolvimento de metodologias de ensino da educação presencial e a distância; formação continuada e apoio a professores da educação básica.

VI – Desenvolvimento Rural e Questão Agrária: desenvolvimento de programas, projetos, realização de eventos que contribuam para a formação continuada de pessoas que residem no campo;

VII – Meio Ambiente e Sustentabilidade: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações que promovam avaliações globais de impacto no meio ambiente, incluindo armazenamento, gerenciamento e reciclagem de água e gerenciamento de resíduos e controle de poluição; energia, biocombustíveis, bioprospecção, processos de educação ambiental e sustentabilidade, cidadania e meio ambiente.

VIII – Qualidade de Vida e Saúde: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações que promovam cuidados com a saúde do ser humano (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), incluindo as ações de educação e promoção da saúde, proteção e reabilitação de doenças;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

práticas esportivas e de lazer; processos de atenção e inclusão da terceira idade; processos visando à promoção e à assistência à saúde animal.

IX – Tecnologia, Produção e Inovação: desenvolvimento de produtos ou processos que favoreçam o crescimento e a produtividade; inovações e mercado de trabalho; instituições, ciência e tecnologia; áreas estratégicas, processos de desenvolvimento de tecnologia social e relações entre ciência, tecnologia e sociedade em parceria com o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT/PROPESQ.

X – Violência e Cultura da Paz: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações que minimizem a violência e favoreçam a mediação de conflitos; ações educativas e preventivas relacionadas ao uso de drogas e à garantia de direitos humanos; planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias de intervenção.

XI – Direitos Humanos e Diversidade: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações que discutam e favoreçam a promoção, a defesa e a garantia de direitos e respeitem questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, e promovam a autonomia dos povos, principalmente indígenas, tendo por base o etnodesenvolvimento.

XII – Produção Animal: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações direcionadas à produção de origem animal.

XIII – Produção Vegetal: desenvolvimento de programas, projetos, eventos ou outras ações direcionadas à produção de origem vegetal.

XIV – Temas Específicos: realização de eventos, processos de formação continuada que se refiram às diversas áreas do conhecimento, visando ao fortalecimento e ao atendimento das necessidades identificadas no contexto loco-regional.

XV – Esporte, Recreação e Lazer: atividades de fomento, apoio e desenvolvimento do esporte educacional e comunitário, além da recreação, como instrumentos de socialização e integração, bem como do lazer como princípio educativo e forma de promoção de bem-estar pessoal, físico, mental e social dos sujeitos na ocupação do tempo livre.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

TÍTULO III

DA GESTÃO, DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO, E DA CERTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

CAPÍTULO I

DA GESTÃO

Art. 11. A gestão das atividades de extensão é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), em conjunto com as Diretorias e as Coordenações de Extensão dos *Campi*, conforme definição constante no Regimento do IFRR.

I – As bolsas de extensão gerenciadas pela PROEX serão descentralizadas para os *Campi*, por meio de editais específicos elaborados em conjunto com o Fórum Interno de Extensão e publicados pela PROEX.

II – Os *Campi*, dentro dos limites de sua autonomia e disponibilidade financeira, poderão criar programas próprios de extensão, desde que observadas as condições deste regulamento.

CAPÍTULO II

DA

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Art. 12. As Atividades de extensão deverão ser propostas pelos *Campi*, em conformidade com as diretrizes, dimensões e linhas de extensão definidas neste regulamento.

§ 1.º As propostas de atividades de extensão serão submetidas à apreciação da Diretoria/Coordenação de Extensão do *Campus* para fins de aprovação e registro.

§ 2.º Trimestralmente, deverá ser encaminhado pela Diretoria/Coordenação de Extensão dos *Campi*, o relatório consolidado das ações de extensão.

Art.13. As Atividades de extensão só podem se iniciar depois de aprovadas e registradas pela Diretoria/Coordenação de Extensão dos *Campi*.

Art. 14. A proposta de atividade de extensão deverá ser apresentada por meio dos formulários constantes nos anexos III, IV, V e VI.

Parágrafo único. Serão considerados extensionistas os estudantes, os colaboradores e os demais servidores que integrarem ações de extensão em que todos avaliarão as ações e os envolvidos.

CAPÍTULO III

DO

ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 15. No fim de cada atividade de extensão, o proponente da ação deverá encaminhar um relatório final, conforme formulário no anexo III, para que seja realizada a certificação.

Art. 16. Durante a execução das atividades de extensão, a PROEX, por meio da Coordenação de Programas e Registros (CPR), fará visitas aos *Campi* com a finalidade de promover o monitoramento e o acompanhamento das atividades e da execução da política de extensão do IFRR.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Parágrafo único. A qualquer tempo, o *Campus* interessado poderá solicitar a visita da equipe técnica da PROEX para fins de assessoramento, orientações ou esclarecimentos sobre a política de extensão do IFRR.

CAPÍTULO IV

DA CERTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 17. Para fins de expedição de comprovação de participação em atividades de extensão, considerar-se-á:

I – Aproveitamento: em todas as atividades, para fins de aprovação, exigir-se-á o mínimo de 75% de frequência e, para aquelas que incluem avaliação de conhecimento, aproveitamento igual ou superior ao mínimo definido na Organização Didática, para fins de aprovação;

Art. 18. As atividades de extensão, depois de aprovadas pelo setor de extensão de cada *campus*, serão certificadas ao seu término e deverão ser registradas em livros específicos e/ou cadastrados no sistema de gestão dos processos administrativos e acadêmicos pelos setores de extensão dos *Campi*.

Parágrafo único: No caso dos Cursos FIC a certificação deverá ser feita pelo DERA/CORES dos *Campi*, para cadastro no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional Tecnológica (Sistec).

Art. 19. A emissão de certificação deverá ser solicitada por formulário próprio, assinado e entregue na Diretoria/Coordenação de Extensão dos *campi* em que se encontra registrada a atividade.

Parágrafo único. A Diretoria/Coordenação de Extensão terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a entrega dos certificados, contados a partir da data de recebimento da solicitação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Art. 20. Os programas com recurso descentralizado, a exemplo do Pronatec-Mulheres Mil, terão modelos específicos de certificado, conforme definição legal que orienta a execução de cada programa.

Art. 21. A certificação será conforme as especificações do anexo I.

Parágrafo único. No caso de certificação de palestras e outros eventos em que a descrição dos conteúdos for dispensada, deve-se seguir o anexo II.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Os casos omissos deste regulamento serão dirimidos pela Pró-Reitoria de Extensão e pelos diretores/coordenadores de Extensão dos *Campi*, sempre em consonância com o PDI, o Termo de Metas, o Estatuto e o Regimento do IFRR.

Parágrafo único. A PROEX poderá convocar, a qualquer momento, o Fórum Interno de Extensão para tratar de questões relacionadas à extensão não previstas neste regulamento.

Boa Vista-RR, 21 de setembro de 2017.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ANEXOS:

ANEXO I MODELO DE CERTIFICADO DA EXTENSÃO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

CERTIFICADO

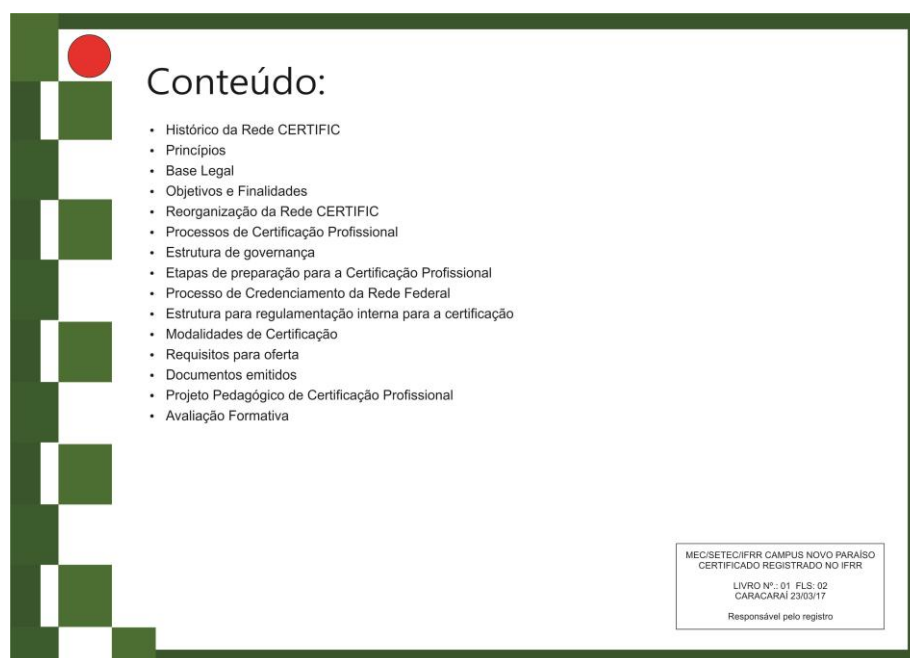
Certificamos que **JULIANA BEZERRA MACHADO** concluiu o Curso de **Formação de Avaliadores do Programa CERTIFIC**, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no período de 08 a 12 de setembro de 2014, totalizando 40h.

Boa Vista - RR, 04 de janeiro de 2016.

(Nome completo)
Diretor/Coordenador de Extensão
N.º da Portaria de Nomeação

INSTITUTO FEDERAL
Roraima

Verso



Conteúdo:

- Histórico da Rede CERTIFIC
- Princípios
- Base Legal
- Objetivos e Finalidades
- Reorganização da Rede CERTIFIC
- Processos de Certificação Profissional
- Estrutura de governança
- Etapas de preparação para a Certificação Profissional
- Processo de Credenciamento da Rede Federal
- Estrutura para regulamentação interna para a certificação
- Modalidades de Certificação
- Requisitos para oferta
- Documentos emitidos
- Projeto Pedagógico de Certificação Profissional
- Avaliação Formativa

MEC/SETEC/IFRR CAMPUS NOVO PARAÍSO
CERTIFICADO REGISTRADO NO IFRR

LIVRO Nº: 01 FLS: 02
CARACARAI 23/03/17
Responsável pelo registro



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ANEXO II MODELO DE CERTIFICADO DA EXTENSÃO



O modelo de certificado apresenta uma borda decorativa verde com um padrão de quadrados brancos e verdes. No canto superior esquerdo, há um círculo vermelho. No canto inferior esquerdo, está o logo do Instituto Federal de Roraima, que consiste em uma grade de quadrados verdes e brancos.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

CERTIFICADO

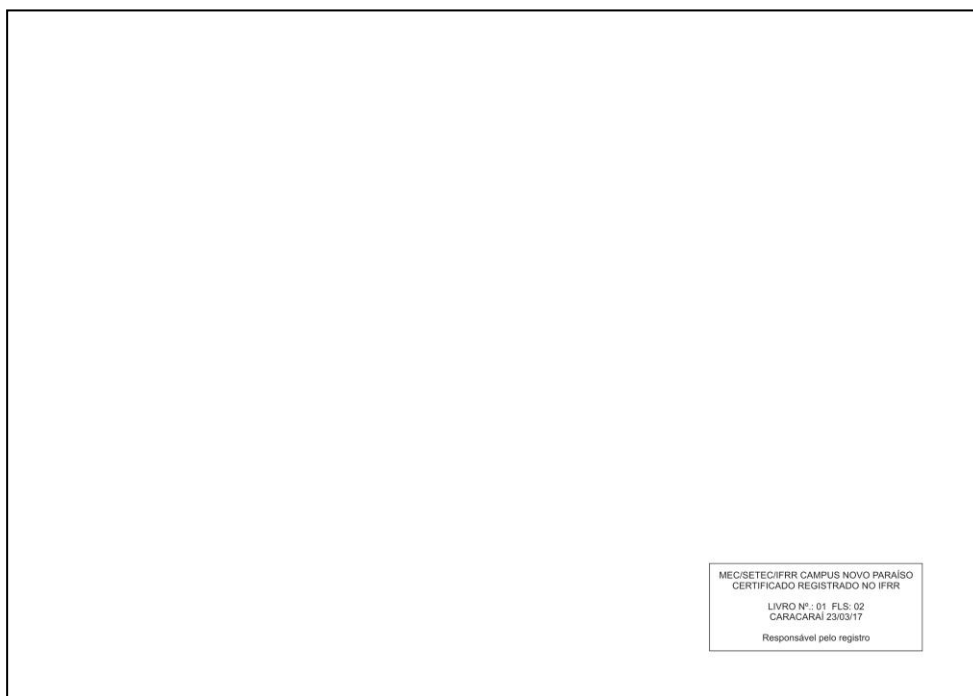
Certificamos que **JULIANA BEZERRA MACHADO** concluiu o Curso de **Formação de Avaliadores do Programa CERTIFIC**, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no período de 08 a 12 de setembro de 2014, totalizando 40h.

Boa Vista - RR, 04 de janeiro de 2016.

(Nome completo)
Diretor/Coordenador de Extensão
N.º da Portaria de Nomeação

INSTITUTO FEDERAL
Roraima

Verso



O verso do certificado é uma área vazia com uma borda preta. No canto inferior direito, há uma caixa de texto com as seguintes informações:

MEC/SETEC/IFRR CAMPUS NOVO PARAÍSO
CERTIFICADO REGISTRADO NO IFRR

LIVRO Nº: 01 FLS. 02
CARACARAI 23/03/17

Responsável pelo registro

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ORIENTAÇÕES PARA A FORMATAÇÃO DO CERTIFICADO:

FORMATO CorelDRAW: Programa de desenho para [design gráfico](#).

MODELO DE CERTIFICADO DA EXTENSÃO FRENTE:

Timbre: Arial – Tamanho 12pt

Título: Malgun Gothic – Tamanho: 60 pt / Negrito / cor: C:82 M:38 Y:100 K:35



Texto: Arial – Tamanho: 16 pt

Local/Data: Arial – Tamanho: 14 pt

Assinaturas: Arial – Tamanho 12pt



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



	RELATÓRIO FINAL DA AÇÃO DE EXTENSÃO	
---	--	---

ANEXO III

CAMPUS:		Nº do Registro do Projeto:	
1. Área(s) Temática(s) da Política de Extensão do IFRR			
<input type="checkbox"/> Comunicação	<input type="checkbox"/> Meio Ambiente		
<input type="checkbox"/> Cultura	<input type="checkbox"/> Saúde		
<input type="checkbox"/> Direitos Humanos e Justiça	<input type="checkbox"/> Tecnologia e Produção		
<input type="checkbox"/> Educação	<input type="checkbox"/> Trabalho		
2. Vinculado à Ação			
() Eventos () IF Comunidade () Egressos () Curso Livre () Outros:			
3. Identificação da Atividade		Carga Horária:	
Nome do Projeto:			
Coordenador:			
4. Público Envolvido:			
Docentes	Técnicos Administrativos	Alunos Voluntários	Público Beneficiado
5. Ações desenvolvidas (descreva resumidamente as ações desenvolvidas)			
6. Análise de Execução (descrever, de forma sucinta, os objetivos, os aspectos positivos e negativos, as mudanças ocorridas durante o desenvolvimento da atividade, as dificuldades encontradas e as propostas para a solução dos problemas)			
7. Objetivos Alcançados (marcar apenas um item)			
() Atingiu totalmente () Atingiu parcialmente () Não atingiu			
8. Resultados (descrever os principais resultados, os impactos ou os efeitos alcançados com o desenvolvimento da atividade)			
9. Na atividade de extensão desenvolvida, foi realizada avaliação?			
() Sim () Não			
10. Avaliação realizada pelo público beneficiado			
11. ANEXOS (registros: fotos especificando o nome dos envolvidos, lista de frequência, <i>folders</i> , cartazes de divulgação da ação)			
<hr/> Coordenador de Projeto		<hr/> Diretor/Coordenador de Extensão	
		Boa Vista-RR, _____ de 2017.	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

 INSTITUTO FEDERAL Roraima	FORMULÁRIO PARA PROPOSTA DE CURSOS LIVRES	
--	--	---

ANEXO IV

Campus:	REGISTRO Nº
Nome do Curso:	
Área(s) Temática(s) da Política de Extensão do IFRR (envolvida(s) no Projeto, no máximo 3, enumerando-as de 1 a 3 por ordem de importância)	
<input type="checkbox"/> Comunicação	<input type="checkbox"/> Meio Ambiente
<input type="checkbox"/> Cultura	<input type="checkbox"/> Saúde
<input type="checkbox"/> Direitos Humanos e Justiça	<input type="checkbox"/> Tecnologia e Produção
<input type="checkbox"/> Educação	<input type="checkbox"/> Trabalho
Linhas de Extensão	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

<input type="checkbox"/> Acessibilidade	<input type="checkbox"/> Qualidade de Vida e Saúde	
<input type="checkbox"/> Artes patrimônio histórico - Cultural	<input type="checkbox"/> Tecnologia, produção e Tecnologia	
<input type="checkbox"/> Comunicação Mídia e Marketing	<input type="checkbox"/> Violência e Cultura da Paz.	
<input type="checkbox"/> Desenvolvimento Regional	<input type="checkbox"/> Direitos humanos e Diversidades	
<input type="checkbox"/> Educação e Formação Profissional	<input type="checkbox"/> Produção Animal	
<input type="checkbox"/> Desenvolvimento Rural e questão Agrária	<input type="checkbox"/> Produção Vegetal	
<input type="checkbox"/> Meio ambiente e Sustentabilidade	<input type="checkbox"/> Temas Específicos	
<input type="checkbox"/> Esporte Recreação e Lazer.		
Responsável pelo Curso:	Categoria:	
	<input type="checkbox"/> Docente	
	<input type="checkbox"/> Técnicos	
E-mail:	Telefone Celular:	Telefone Institucional:
Equipe de Trabalho: (colaboradores)	Função no Projeto:	Telefone Celular:
Carga Horária total do Curso:	Início:	Término:
Local de realização do curso:	Horário	
	Início:	Término:

Modalidade do Curso:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

<p>() Presencial – Exige 100% de presença o local do Curso.</p> <p>() Semipresencial – Parte presencial, parte à distância.</p> <p>() A Distância – Curso com presença virtual.</p>
Justificativa: (máx. 10 linhas)
Fundamentação Teórica: (máx. 10 linhas)
Objetivos:
Geral:
Específicos:
Metodologia: (máx. 10 linhas)
Conteúdo Programático:
Bibliografia:
Cronograma das atividades:
Público Alvo:
Resultados esperados:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Números de vagas:	
Período de inscrição:	Local de inscrição:

Resumo Geral das Despesas Financeiras	
O curso requer despesas financeiras () não () sim – especificar abaixo	
Categoria	Total R\$
<i>Material de Consumo</i>	
<i>CUSTO GERAL DO CURSO</i>	
ASSINATURA DO PROPONENTE	
_____, _____ de _____ de _____	
Responsável pelo Curso	
Parecer sobre a execução	
() DEFERIDO () INDEFERIDO	

_____, _____ de _____ de _____	
Direção/Coordenação de Extensão do <i>Campus</i>	
Parecer da disponibilidade orçamentária (quando necessário)	
() DEFERIDO () INDEFERIDO	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

_____, _____ de _____ de _____

Diretoria/Coord. de Administração e Planejamento do *Campus*



Parecer da Direção Geral

() DEFERIDO () INDEFERIDO

_____, _____ de _____ de _____

Direção Geral do *Campus*

ANEXO V

 <p>INSTITUTO FEDERAL Roraima</p>	<p>FORMULÁRIO PARA PROPOSTA</p> <p>EVENTOS</p>	 <p>PROEX</p>
---	--	---



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Título do Evento:		
Responsável pela Ação:	E-mail:	Telefone:
Equipe de Trabalho:	E-mail:	Telefone:
Período de Realização:		
Início:	Término:	Carga Horária:
Classificação do Evento:		
<input type="checkbox"/> Congresso	<input type="checkbox"/> Seminário	<input type="checkbox"/> Ciclo de Debates
<input type="checkbox"/> Evento Esportivo	<input type="checkbox"/> Exposição	<input type="checkbox"/> Festival
<input type="checkbox"/> Simpósio	<input type="checkbox"/> Espetáculo	<input type="checkbox"/> Outros:
Área Temática Principal: Marque a área mais relacionada ao evento.		
<input type="checkbox"/> Comunicação Justiça	<input type="checkbox"/> Cultura	<input type="checkbox"/> Direitos Humanos e
<input type="checkbox"/> Educação	<input type="checkbox"/> Tecnologia e Produção	<input type="checkbox"/> Meio Ambiente
PROPOSTA (resumo da proposta do evento: máx. 10 linhas)		
Geral:		
Específico:		
Metodologia: (máx. 10 linhas)		
Público-Alvo:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Cronograma das Atividades:

Resultados Esperados:

ASSINATURA DO PROPONENTE

() DEFERIDO

(_____)

INDEFERIDO

PARECER:

_____, _____ de _____ de _____

Responsável pelo Curso

Parecer sobre a Execução

() DEFERIDO

(_____)

INDEFERIDO

PARECER:

_____, _____ de _____ de _____

Direção/Coordenação de Extensão do *Campus*

Parecer da Disponibilidade Orçamentária (quando necessário)

() DEFERIDO

(_____)

INDEFERIDO

PARECER:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

_____, _____ de _____ de _____

Diretoria/Coord. de Administração e Planejamento do *Campus*

Parecer da Direção Geral

() DEFERIDO

(_____)

INDEFERIDO

PARECER:


_____, _____ de _____ de _____

Direção Geral do *Campus*



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ANEXO VI

 INSTITUTO FEDERAL Roraima	FORMULÁRIO DE PROJETO EXTENSÃO SEM BOLSA	
--	---	---

REGISTRO SOB N.º

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO						
1. Título do Projeto:						
1.1 Temporalidade/Duração e Carga horária						
Data Início	Data Término	Duração	Carga Horária Semanal	Carga Horária Total		
2. Responsável pelo Projeto/Atividade						
<input type="checkbox"/> Coordenador			<input type="checkbox"/> Orientador		Titulação:	
Nome:						
Cat. Funcional:		E-mail:		Telefone:		
<input type="checkbox"/> Docente <input type="checkbox"/> Técnico Administrativo						
3. Equipe de Extensionistas Envolvidos na Execução do Projeto/Atividade						
3.1 Servidor Docente/Administrativo						
Nome		Telefone	E-mail	C/H sem.	C/H Total	
3.2. Alunos						
Nome		Curso	Telefone	E-mail	C/H sem.	C/H Total
4. Instituições Parceiras (neste caso, a responsabilidade pela constituição da parceria é do <i>Campus</i> , por meio de setor de extensão, bem como dos responsáveis pelo projeto ou pela atividade)						



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Nome	Função no Projeto

**5. Unidade de Ensino, Setor ou Entidade(s)
Acadêmica(s) Envolvida(s) na Realização do Projeto/Atividade**

Nome	Função no Projeto

II – VINCULAÇÃO DO PROJETO/DA ATIVIDADE À POLÍTICA DE EXTENSÃO DO IFRR

6. Área (s) Temática(s) da Política de Extensão do IFRR Envolvida (s)

<input type="checkbox"/> Comunicação	<input type="checkbox"/> Meio Ambiente
<input type="checkbox"/> Cultura	<input type="checkbox"/> Saúde
<input type="checkbox"/> Direitos Humanos e Justiça	<input type="checkbox"/> Tecnologia e Produção
<input type="checkbox"/> Educação	<input type="checkbox"/> Trabalho

7. Programas da Política de Extensão do IFRR Envolvidos

Extensão Rural e Orientação Técnica ao Homem do Campo e aos APLS Urbanos e Rurais
Educação Profissional, Esporte, Cultura e Lazer
Educação Profissional, Tecnologia Social e Cidadania

8. Linhas de Ação da Política de Extensão do IFRR

<input type="checkbox"/> Acessibilidade	<input type="checkbox"/> Tecnologia, Produção e Inovação
<input type="checkbox"/> Artes e Patrimônio Histórico-Cultural	<input type="checkbox"/> Violência e Cultura da Paz
<input type="checkbox"/> Comunicação, Mídia e Marketing	<input type="checkbox"/> Direitos humanos e Diversidades
<input type="checkbox"/> Desenvolvimento Regional	<input type="checkbox"/> Produção Animal
<input type="checkbox"/> Educação e Formação Profissional	<input type="checkbox"/> Produção Vegetal
<input type="checkbox"/> Desenvolvimento Rural e Questão Agrária	<input type="checkbox"/> Esporte, Recreação e Lazer
<input type="checkbox"/> Meio Ambiente e Sustentabilidade	<input type="checkbox"/> Temas Específicos
<input type="checkbox"/> Qualidade de Vida e Saúde	

III – DETALHAMENTO DO PROJETO/DA ATIVIDADE

9. Público- Alvo e Local de Execução do Projeto/Atividade

--

10. Objetivo Geral (o que se pretende alcançar ao final do projeto?)

--



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

11. Objetivos Específicos (desdobramento do objetivo geral; orientam as metas a serem alcançadas por meio dos indicadores físicos)

12. Justificativa (detalhar o porquê do projeto/atividade e demonstrar a relação com o ensino e a pesquisa)

13. Descrição das Atividades do Projeto (detalhar o que será executado com o projeto)

14. Metodologia (detalhar como o projeto será executado)

15. Avaliação e Verificação de Resultados (de que maneira o projeto será avaliado?)

16. Impactos e Resultados Esperados (que benefícios são esperados?)

17. Cronograma de Execução do Projeto/Atividade (distribuição das atividades ao longo do período de duração do projeto/da atividade)

Atividade	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

IV – DETALHAMENTO DOS RECURSOS MATERIAIS, LOGÍSTICOS E FINANCEIROS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

18. Material de Consumo

Descrição	Unidade	Quant.	Valor – R\$
SUBTOTAL			
CUSTO GERAL DO PROJETO/DA ATIVIDADE		Total R\$	

V – RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

19. ALUNOS EXTENSIONISTAS

_____	Data: ____/____/____

Nome	Assinatura

20. SERVIDOR COORDENADOR/ORIENTADOR

_____	Data: ____/____/____

Nome	Assinatura

VI – APRECIÇÃO/APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO/DA ATIVIDADE



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

21. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DA CHEFIA IMEDIATA DO SERVIDOR

Estou ciente do envolvimento do servidor acima identificado neste projeto/nesta atividade e sou de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste projeto/programa/atividade de extensão.

Data: ____/____/____

Nome

Assinatura

22. PARECER DA DIRETORIA/COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO CAMPUS

Esta Diretoria/Coordenação, considerando a política de extensão do IFRR e conforme o Regulamento Interno das Atividades e das Ações da Extensão, é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste projeto/atividade de extensão.

Data: ____/____/____

Nome

Assinatura

23. PARECER DA DIRETORIA/COORDENAÇÃO PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste projeto/desta atividade de extensão



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Data: ____ / ____ / ____

Nome

Assinatura



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 387/CONSELHO SUPERIOR, DE 1 DE AGOSTO DE 2018.

**APROVA O REGIMENTO
INTERNO DO COMITÊ GESTOR
DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DO INSTITUTO
FEDERAL DE RORAIMA.**

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer da Conselheira Relatora, constante no Processo n.º 23231.000224.2017-50 e a decisão do colegiado tomada na 56.^a sessão plenária realizada em 15 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 1 de agosto de 2018.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO

Presidente

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º387/CONSELHO SUPERIOR, DE 1 DE AGOSTO DE 2018.

**REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DO IFRR – v 0.4**

Boa Vista

2017

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 44/2018
Publicado em 03 de Agosto, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Sumário

Capítulo I.....	192
DA APRESENTAÇÃO	192
Capítulo II.....	192
DA NATUREZA	192
Capítulo III.....	193
DA COMPOSIÇÃO	193
Capítulo IV	194
DAS COMPETÊNCIAS.....	194
Seção I	194
DAS ATRIBUIÇÕES DO CGTI.....	194
Seção II	194
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE.....	194
Seção III	195
DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS	195
Seção IV	196
DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA	196
Capítulo V	196
DO FUNCIONAMENTO DO CGTI.....	196
Capítulo VI	197
DOS GRUPOS DE TRABALHO DO CGTI.....	197
Capítulo VII	198
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	198



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Capítulo I

DA APRESENTAÇÃO

Art. 1º O presente Regimento disciplina a organização, as competências e o funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Capítulo II

DA NATUREZA

Art. 2º O CGTI foi instituído pela Portaria do Gabinete da Reitoria n.º 512/2011.

Art. 3º São objetivos do CGTI:

- I - Estabelecer políticas e diretrizes para área de Tecnologia da Informação (TI);
- II - Promover o alinhamento da área de negócio com a área de TI, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- III – Elaborar, avaliar e revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- IV - Determinar as prioridades de investimentos na área de TI para dar suporte às necessidades institucionais em face de mudanças tecnológicas;
- V - Discutir as normas para o uso dos recursos tecnológicos do IFRR;
- VI - Supervisionar o estado dos projetos e resolver conflitos de recursos; e
- VII - Monitorar níveis de serviço e suas melhorias.

Art. 4º A organização e o funcionamento do CGTI serão regidos pelos dispositivos deste Regimento e tem por finalidade auxiliar a Instituição na tomada de decisões relacionadas a TI.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Capítulo III DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O CGTI terá a seguinte composição:

I – Presidência;

II – Membros;

III – Assessoria; e

IV – Secretaria.

§ 1º A Presidência será exercida pelo Reitor do IFRR, conforme Portaria n.º 19/2017 da STI/MPDG, e no caso de seus impedimentos e afastamentos legais, a presidência será exercida Pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional;

§ 2º A Assessoria de que trata o inciso III do *caput* será exercida pelo Diretor de TI da Reitoria;

§ 3º A Secretaria que alude o inciso IV do *caput* será exercida por servidor do IFRR, eleito em reunião ordinária, com quórum superior a 50%, por maioria simples, com mandato de dois anos, podendo ser reeleito por igual período, limitado a dois mandatos consecutivos. Nos impedimentos e afastamentos legais, poderá ser designado um secretário ad hoc na ocasião da reunião;

Art. 6º O CGTI será constituído pelos seguintes membros:

I – Diretores Gerais dos *Campi*;

II – Pró-reitores;

III – Diretor de TI.

Parágrafo único. Os Diretores Gerais dos *Campi* e Pró-reitores poderão indicar suplentes formalmente indicados.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Capítulo IV

DAS COMPETÊNCIAS

Seção I

DAS ATRIBUIÇÕES DO CGTI

Art. 7º Compete ao CGTI:

I - Propor as políticas de governança de TI por meio do PDTI observando orientações do Governo Federal;

II - Formular, monitorar e avaliar a implementação da política de governança TI;

III - Elaborar, revisar e aprovar as políticas e diretrizes para o PDTI do IFRR;

IV - Definir prioridades na formulação de planos e projetos relacionados à TI;

V - Estabelecer e propor a utilização de recursos de investimento e custeio para a área de TI, inclusive quanto às aquisições de hardware, software e serviços correlacionados;

VI – Supervisionar a implementação do gerenciamento do processo de contratações de bens e serviços de TI com seus respectivos acordos de nível de serviço;

VII – Monitorar a disponibilidade dos dados abertos do IFRR, conforme Plano de Dados Aberto – PDA vigente;

VIII - Dar publicidade aos seus atos por meio de canais oficiais do IFRR.

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 8º Compete ao Presidente do CGTI:

I - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - Aprovar a pauta de reuniões;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- III - Elaborar a ata das reuniões e distribuir informações;
- IV - Resolver as questões de ordem;
- V - Exercer o voto de desempate;
- VI - Baixar atos necessários à organização interna;
- VII - Criar grupos ou comissões especiais para aprofundar debates e discussões sobre assuntos técnicos ou operacionais afetos ao tema de TI; e
- VIII - Definir os coordenadores dos grupos ou das comissões especiais, quando necessário.

Seção III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS E DA ASSESSORIA DE TI

Art. 9º Compete aos membros e à assessoria do CGTI:

- I - Participar das reuniões, contribuindo no estudo, nas discussões e na busca de soluções relacionadas à administração de recursos e pessoal de TI;
- II - Exercer o direito de voto nas tomadas de decisões;
- III - Relatar, mediante a emissão de parecer a serem submetidas à apreciação do CGTI, as matérias que lhe tenham sido encaminhadas pelo presidente;
- IV - Participar das comissões especiais designadas pelo Presidente;
- V - Propor a inclusão de assuntos nas pautas das reuniões.

Parágrafo único. À assessoria de TI, exercida pelo Diretor de TI da Reitoria, compete também prestar esclarecimentos de caráter técnico, mediar diálogo entre o CGTI e os setores de TI do IFRR. Apresentar propostas e relatórios quanto ao cumprimento do PDTI e a operacionalização das políticas relacionadas e auxiliar no monitoramento dos dados abertos do IFRR.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Seção IV

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA

Art. 10. Compete à Secretaria do CGTI:

- I - Fazer as convocações determinadas pelo presidente;
- II - Distribuir previamente a pauta da reunião;
- III - Secretariar as reuniões;
- IV - Redigir e providenciar as devidas assinaturas e divulgar as atas das reuniões;
- V - Organizar os processos e seus trâmites;
- VI - Assistir os membros do CGTI no exercício da função; e
- VII - Manter atualizada a correspondência e documentação do Comitê.

Capítulo V

DO FUNCIONAMENTO DO CGTI

Art. 11. O CGTI reunir-se-á pelo menos uma vez a cada semestre e extraordinariamente por convocação do seu Presidente ou pela subscrição da maioria simples de seus membros.

§ 1º As reuniões ordinárias realizar-se-ão em horários e dias fixados pelo presidente.

§ 2º As reuniões ocorrerão em local a ser indicado na convocação das reuniões.

§ 3º Poderão fazer parte da reunião, sem o poder de voto, convidados que possam esclarecer ou subsidiar o Comitê no tocante aos assuntos da pauta, contribuindo para o bom funcionamento das atividades do CGTI.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Art. 12. As sessões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e as extraordinárias com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

Parágrafo único. As sessões funcionarão com maioria simples de seus membros.

Art. 13. As decisões do CGTI serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 14. Os atos do CGTI serão registrados em atas e, quando necessário, formalizados em resoluções.

Parágrafo único. As matérias aprovadas *ad referendum* deverão ser homologadas na reunião seguinte pelo CGTI.

Capítulo VI

DOS GRUPOS DE TRABALHO DO CGTI

Art. 15. O Presidente do CGTI poderá instituir grupos de trabalho (GT's) para o desempenho de tarefas específicas, permanentes e/ou temporárias, com competências, composições e meios adequados para cada caso.

§ 1º Os GT's poderão, a critério do CGTI e considerando a complexidade do tema e da meta a ser alcançado, definir o Coordenador e Relator para facilitar o trabalho de cada grupo.

§ 2º Poderão participar dos GT's pessoas externas ao Comitê, a convite da Presidência do CGTI.

§ 3º As atividades dos GT's serão apresentadas ao CGTI.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Os atos do CGTI serão publicados nos canais oficiais de divulgação do IFRR.

Art. 17. O Regimento interno do CGTI deverá ser aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP) e futuras alterações deverão ser aprovadas por 2/3 (dois terços) dos membros do CGTI e pelo CONSUP.

Art. 18. Os casos omissos a este Regimento serão resolvidos pelo CGTI.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor nesta data.